

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Director António Dias Lourenço

10 de Abril de 1975 Ano 45—Série VII—N.º 52

Preço: 4\$00 Angola e Moçambique: 9\$50

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português * Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3. - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»



Assim se vê a força do PCP

MAIS DE MIL SESSÕES E COMÍCIOS EM OITO DIAS DE CAMPANHA ELEITORAL

Fez ontem uma semana que começou a campanha eleitoral no nosso país — a primeira campanha eleitoral livre após 48 anos de opressão fascista e igualmente a primeira na História de Portugal em que o Partido Comunista Português participa — e que se destina a esclarecer a população sobre a escolha dos candidatos que irão integrar a futura Assembleia Constituinte.

Oito dias decorreram já em que a actividade do nosso Partido se multiplicou por aldeias e cidades, levando a nossa voz a todos os trabalhadores e a toda a população. Mas a actividade do PCP não surge só no momento eleitoral, ou mesmo depois do 25 de Abril, com o único intuito de angariar votos. A nossa «campanha eleitoral» — se é que assim a podemos chamar — há muito que começou, visando sempre o esclarecimento e a consciencialização das massas trabalhadoras e da população em geral para a resolução dos problemas que as afligem, mobilizando os portugueses para a luta pela democracia e pelo socialismo.

Muito antes da vitória do Movimento das Forças Armadas — dezenas de anos

atrás — já a nossa «campanha eleitoral», passe a expressão, tinha começado. As lutas dos trabalhadores, as grandiosas manifestações antifascistas ou qualquer iniciativa justa contra a opressão sempre mereceram o apoio do nosso Partido e dos seus militantes, que não excusavam os perigos para se porerem ao lado dos interesses do Povo e o conduzirem na luta. Milhares e milhares de exemplos podem ser apontados, nomeadamente as greves que se sucederam no regime fascista, as grandiosas manifestações de rua, levadas a cabo pelo nosso Partido ou mesmo os comícios-campanha que, nesse tempo, camaradas nossos não hesitaram

em fazer, correndo os maiores riscos.

Este é o passado que avança a actualização presente e futura do nosso Partido. Um passado em que estivemos sempre na primeira linha para a conquista da liberdade e na defesa dos mais justos direitos do Povo português.

E se o passado é para não esquecer, por tudo o que ele representa, o presente e o futuro são neste momento os objectivos da vanguarda revolucionária das classes trabalhadoras.

Logo após o 25 de Abril, toda a actividade do nosso Partido se movimentou no sentido de esclarecer a população relativamente aos

objectivos e à linha política que o Partido Comunista Português preconizava para uma sociedade mais justa, em que a exploração do homem pelo homem fosse definitivamente banida. Desde logo — mesmo sem pensar em eleições — o nosso Partido procurou ouvir os anseios das classes trabalhadoras, escutar as soluções que estas preconizavam. Em vez de falar de cor o nosso Partido identificava-se com as massas. Em vez de apontar soluções estudadas no gabinete o nosso Partido escutava as soluções que os trabalhadores apontavam. Recordese, para o efeito, as reuniões de pequenos e médios camponeses, de pequenos e

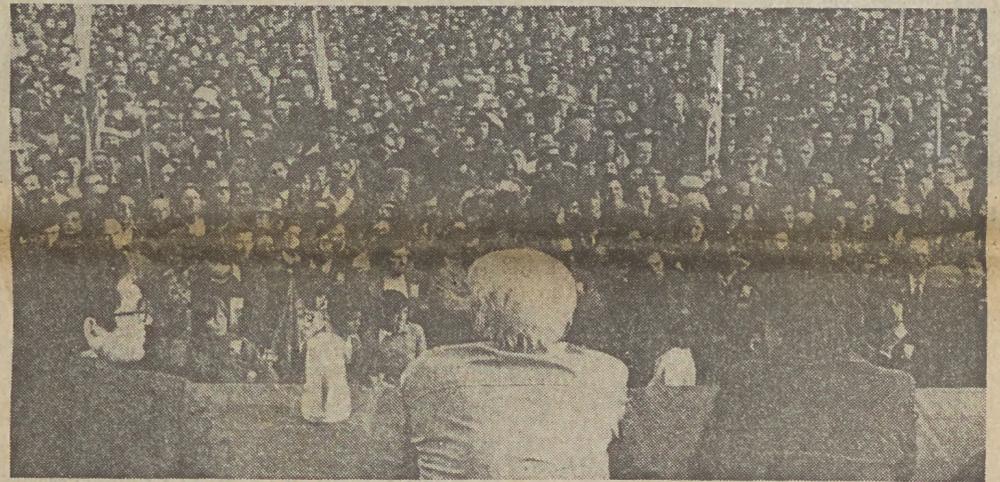
médios comerciantes, de operários e de tantos outros sectores de actividade do nosso país. Era a liberdade que o nosso Partido propunha e que alguns não estão dispostos a aceitar — a liberdade de serem os trabalhadores a decidirem, como se tem verificado nos referidos encontros.

E sucederam-se os comícios e as sessões de esclarecimento no intuito de esclarecer o nosso Povo. Comícios e sessões de esclarecimento onde não havia a preocupação da caça ao voto, como sucedia em relação a outros partidos políticos. Comícios e sessões de esclarecimento

CONT. NA PÁG. 3

PLATAFORMA DE ACORDO CONSTITUCIONAL COM OS PARTIDOS POLÍTICOS

Na edição de amanhã do suplemento diário do «Avante!», publicaremos o texto integral deste importante documento.



Com a presença do camarada Álvaro Cunhal decorreu em Faro o maior comício jamais realizado no Algarve

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ EM ANGOLA!

Derrotada em Portugal, a reacção ataca em Angola. É uma tática a que ela vem recorrendo desde o 25 de Abril. Travar a descolonização em África e a democratização em Portugal é o objectivo dos inimigos dos povos

a desenvolver ali as suas criminosas manobras. Está em jogo também a manutenção de um campo próprio à sua tática da reacção. O 25 de Abril foi um rude golpe para as forças reaccionárias do capital internacional. A des-

volucionários em Portugal. O imperialismo tenta recuperar o que perdeu. Sempre que possível ataca simultaneamente em África e na Europa. O 11 de Março foi uma prova disso. A reacção tentou levantar a cabeça não apenas em Portugal, mas também em Moçambique, em Angola — onde se verificou um criminoso massacre de militantes do MPLA — em São Tomé e na Guiné-Bissau. Jogou e perdeu. Mas voltará à carga.

Angola é, infelizmente, um campo próprio às suas manobras devido aos apoios internos com que ali contam as forças da contra-revolução. Como oportuna-mente declarou o camarada Agostinho Neto em Lisboa, a reacção está de facto activa, e

nós, combatentes, não esqueçamos que ela vai procurar liquidar as forças progressistas. O imperialismo está a tentar fazer de Angola um novo Vietnam. Urge opor aos seus criminosos intentos uma intransponível barreira. Urge uma enérgica, consequente e lúcida actuação das Forças Armadas Portuguesas em Angola. O reforço da presença do MPLA em Angola, onde o seu prestígio e implantação entre as massas trabalhadoras aumentam dia a dia, e a acção conjugada de todas as forças progressistas de Angola e Portugal constituem o mais poderoso antídoto contra os criminosos planos do capital internacional. É preciso sabermos dizer NÃO a um segundo Vietnam em Angola.



O Povo de Angola vencerá!

angolano e português. Há uma ligação profunda entre os dois processos. Os avanços e os recuos, aqui e em África, são inseparáveis.

A grande nação irmã africana é neste momento alvo da cobiça e dos planos agressivos do imperialismo. As reservas de petróleo, de ferro e de minérios raros, assim como as imensas riquezas agrícolas de Angola despertam a cobiça dos gigantes multinacionais.

Mas não é só o esforço despendido para manter os supelúculos que o fascismo permitia aos monopólios retirar da terra angolana que impede o imperialismo

colonização abriu uma perspectiva de independência real aos territórios sob a dominação colonial portuguesa. E a reacção internacional reage com todas as armas que ainda tem entre mãos. Os focos de liberdade criados na Europa e em África molesta o imperialismo. A Europa capitalista, os EUA, os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia vêem com apreensão o desequilíbrio de forças que se estabelece em seu desfavor. Não é ocasional a íntima ligação que se tem verificado entre atentados da reacção em Angola, Moçambique e mesmo na República da Guiné-Bissau e as tentativas de golpes contra-re-

ANTI-SOVIETISMO ARMA DA REACÇÃO

Poucos dias decorridos sobre o início da campanha eleitoral, já a actualização de alguns partidos dá a entender qual a tónica escolhida, quais os «argumentos» com que, no seu afã de conquistar votos, vão jogar para alcançarem os seus intentos. Copiando os métodos desde há muitos utilizados nas democracias burguesas, entendem esses senhores que a melhor maneira para defender as suas ideias passa pelo anti-sovietismo — o que não é senão uma modalidade do mais estafado anti-comunismo.

E então é vê-los a deitar mão de todo o velho arsenal da «guerra-fria». Uns falam do «imperialismo soviético». Outros, ainda mais

irresponsáveis, afirmam que os sindicatos soviéticos «estão despojados de qualquer valor»; apenas servem para organizar comensais, passadas e jogos de futebol» (!)

Afirmar ou escrever coisas como estas é fácil; mais difícil é fundamentá-las. E que a realidade soviética é bem diferente daquela que a pintam certos «democratas». Na União Soviética deram-se até hoje passos no sentido do progresso e da valorização integral das populações como em nenhum outro país. Na União Soviética dão-se passos decisivos para a construção da sociedade comunista.

(Ler na página 9)

OS PORTUGUESES NÃO SE DIVIDEM ENTRE CATÓLICOS E NÃO-CATÓLICOS

Não é novidade para ninguém o dizer-se que a maioria dos portugueses são católicos. E as forças reaccionárias bem o sabem. É por isso que nos seus esforços desesperados para entrar no processo de democratização e fazer voltar Portugal à situação anterior ao 25 de Abril, essas forças não hesitam em tentar virar a população católica contra o Go-

verno Provisório, o MFA e as forças democráticas, nomeadamente o nosso Partido.

Recorrem às calúnias, inventam fantasmas, deturpam a história, falseiam afirmações. E a verdade é que, aqui e ali, em regiões mais marcadas pela triste herança fascista da desinformação e da ignorância, conseguem levar atrás de si elementos da população.

Impõe-se, pois, uma continuada e paciente tarefa de esclarecimento. Pela nossa parte, não descansaremos enquanto subsistirem as dúvidas, enquanto houver portugueses enganados por uma propaganda reaccionária que utiliza as legítimas convicções religiosas de alguns para tentar perpetuar a exploração do homem pelo homem.

É justo dividir os portugueses entre católicos e não católicos? Os comunistas defendem a liberdade religiosa? Existem razões para uma cooperação entre comunistas e católicos? Quais devem ser as relações entre a Igreja e o Estado? Pode um católico

ser membro do Partido Comunista Português? São perguntas que surgem. Perguntas para que temos uma resposta.

(Ler na página 5)

SUPLEMENTO DIÁRIO

Saiu ontem o número seis do suplemento diário do «Avante!», cuja publicação, iniciada no primeiro dia da campanha, se prolongará, conforme já anunciámos, até ao fim desta, aparecendo a público todos os dias, excepto às quintas-feiras — dia de saída da habitual edição semanal — e domingos.

Organizador e agitador colectivo, instrumento de trabalho nas mãos dos militantes e simpatizantes do nosso Partido, o «Avante!» diário tem sido, e tudo faremos para que continue a ser, um veículo importante para o esclarecimento e divulgação do que pretende e propõe o PCP, uma

tribuna dos candidatos comunistas, deputados do povo.

Falam-nos alguns amigos nas dificuldades que têm encontrado para adquirir o nosso suplemento. Aproveitamos para informar que a edição diária do «Avante!» apenas é vendida nos Centros de Trabalho do PCP, nos ardnas de Lisboa e Porto e em algumas casas comerciais (outras que estejam interessadas, podem-se-nos dirigir nesse sentido). Qualquer problema que haja com a recepção nos Centros de Trabalho do suplemento diário deve também ser-nos imediatamente comunicado.

PÁGINA 2

Avante!



Tarefas imediatas e caminho para o socialismo



NA história, as mudanças revolucionárias, a substituição do velho pelo novo, depararam sempre com a resistência dos elementos conservadores. Cada posição perdida, cada novo êxito das forças portadoras do futuro, provocam a exasperação dos vencidos. Até que um dia chega a derrota definitiva, o último acto de desespero das forças ultrapassadas, e um novo estádio de desenvolvimento progressivo e pacífico vem pôr à prova as potencialidades do novo sistema de vida.

Em Portugal, a derrota definitiva dos remanescentes do antigo regime, dos neofascistas, ainda não foi infligida — há ainda posições e redutos da reacção a dismantelar. No entanto, condições mais favoráveis à revolução democrática portuguesa se abriram com a derrota da tentativa contra-revolucionária de 11 de Março.

Que a existência e a conjugação das duas forças motrizes do processo revolucionário — o movimento popular de massas e o Movimento das Forças Armadas — não eram uma simples construção teórica dos comunistas, foi um facto que os acontecimentos plenamente comprovaram.

A aliança Povo-MFA não só mostrou a sua verdadeira força na vitória sobre a contra-revolução, como dela saiu ainda mais coesa e reforçada.

A originalidade do processo revolucionário português determina formas institucionais novas, adaptadas à nossa situação nacional específica, e nestes 30 dias que medeiam desde a tentativa de golpe contra-revolucionário, um acerto-de-passo nos terrenos político, económico e social tem sido a preocupação dominante das forças realmente interessadas na consolidação e desenvolvimento das conquistas democráticas.

A institucionalização do MFA com a criação dos seus principais órgãos dirigentes — o Conselho da Revolução e a assembleia plenária dos oficiais, sargentos e soldados das três Armas —, com vistas a uma intervenção política responsável a curto e a médio prazo; o termo das conversações com os partidos e os compromissos assumidos entre militares e as forças políticas mais representativas das diversas classes e estratos da sociedade portuguesa actual, são medidas que se projectam num largo período de transição para formas sociais novas que hão-de trazer ao nosso povo, infelicitado por 48 anos de fascismo, um futuro ridente, no qual se realizarão as aspirações populares mais sentidas.

O carácter das medidas encaradas para o período imediato e das que se projectam no futuro é significativo do espírito que anima os dirigentes do MFA e das suas concepções de democracia.

É evidente que os capitães do 25 de Abril poderiam ter tentado impor ao País uma ditadura militar, um regime militarista com exclusão dos partidos democráticos — ainda que essa ditadura viesse envolvida dos melhores propósitos democratizantes.

O não o terem feito, o terem procurado e sabido encontrar o seu povo, sem abdicarem da autoridade e das responsabilidades contraídas como garantes do processo revolucionário, é uma marca positiva que não pode deixar de assinalar-se.

O diálogo com os partidos e com o povo, o esforço de conciliação na busca de um caminho comum e a natureza dos compromissos assumidos para esse período transitório, tão largo quanto as exigências da defesa e consolidação das conquistas alcançadas o determinem, são actos que se inserem profundamente numa perspectiva revolucionária, partilhada pelo que há de mais válido e avançado no nosso povo.

O socialismo, como opção dos homens do MFA que fizeram o 25 de Abril proclamada na sua assembleia plenária de 8 último, linha de rumo da revolução democrática portuguesa, é o vínculo que liga os militares pro-

gressistas e patriotas aos trabalhadores da cidade e do campo, às classes mais desfavorecidas na repartição das riquezas criadas pelas suas próprias mãos e acaparadas à larga pelos parasitas monopolistas e latifundiários.

Que socialismo? O socialismo tornou-se uma aspiração e uma necessidade histórica do Povo Português com tanta força que mesmo inimigos jurados da democracia e da liberdade o põem como objectivo demagógico da sua acção antipopular.

Spínola e mais recentemente o general Galvão de Melo, agora candidato «independente» pelo CDS, proclamaram-se curiosamente defensores do «socialismo em liberdade». Pelo «socialismo democrático» se define o PPD. O «socialismo em liberdade», em Spínola — pelo menos —, inspirava o golpe reaccionário de 11 de Março. Na sua expressão social e política propõe-se manter, sob a capa da social-democracia, a estrutura capitalista da velha sociedade de classes.

Os socialistas do PSP pronunciam-se igualmente por um «socialismo em liberdade», um «socialismo à portuguesa» — que não se percebe muito bem o que é —, ao mesmo tempo que inculcam ao PCP um socialismo de «partido único», de «modelo soviético» — como escrevia o dr. Salgado Zenha —, um «socialismo dogmático» — no dizer do sr. Manuel Alegre —, de onde se deduz que o «socialismo em liberdade» é algo de indefinido como corpo de ideias, mas, definitivamente oposto às concepções de Marx, Engels e Lênine.

Por outro lado, o «socialismo em liberdade», o «genuíno», é já conhecido de gingeira: destina-se a cobrir o verdeto anticomunista dos «ideólogos» da conciliação de classes, do revisionismo, dos que querem retirar ao marxismo-leninismo o seu carácter revolucionário.

A opção socialista do MFA põe na ordem do dia a necessidade de uma definição clara do caminho para o socialismo em Portugal, de acordo com as leis gerais da revolução socialista — que não podem transgredir-se — e com a originalidade do processo revolucionário português. No fundo, problemas de conteúdo e de forma que é preciso ir equacionando desde já, reduzindo à expressão mínima as margens do improvisado.

Aos que querem imputar-nos um «modelo» de socialismo — soviético, de «partido único», etc. —, e o fazem intencionalmente para desnaturar e combater a política do PCP, diremos que o processo revolucionário português não tem paralelo na nossa história e no mundo, e que todos os que com as suas mãos estão modelando o Portugal do futuro, estão, simultaneamente, fazendo teoria e prática, elaborando ideias e aplicando-as às condições peculiares do País.

Para o PCP, vanguarda revolucionária dos trabalhadores portugueses, a revolução não se exporta... nem se importa. Orientados pela bússola do marxismo-leninismo — que é um guia para a acção e não o receituário dogmático que o sr. Manuel Alegre nos quer atribuir — os comunistas portugueses, ao lado de todos os que estão empenhados na construção de um Portugal livre, independente e democrático, encontrarão as formas próprias de edificação do futuro socialista que as condições peculiares do País e a originalidade do nosso processo revolucionário determinem e aconselhem.

A via para o socialismo passa pela resolução das tarefas imediatas da revolução democrática portuguesa para este período transitório. Neste âmbito se enquadram as nacionalizações da banca e dos seguros, como pontos de partida para a aplicação prática da estratégia antimonopolista, a criação de um Tribunal Militar Revolucionário para julgamento dos implicados no 11 de Março e a promulgação de medidas conducentes a uma rápida

reforma agrária que exproprie os grandes latifúndios e dê a terra a quem a trabalha.

Problemas agudos cuja solução é imperiosa, exigem uma mobilização de meios e uma criteriosa definição de prioridades que não podem ser proteladas pela ferrugem da burocracia ou pela contemporização no saneamento de elementos desafectos à nova ordem de coisas.

Importa que a realização do Plano Económico de Emergência se vincule às necessidades do arranque da economia nacional, quebrantada por 48 anos de fascismo e pela sabotagem do capital financeiro depois do 25 de Abril, e ao mesmo tempo às exigências fundamentais da elevação do nível de vida do povo.

Há questões escaldantes de preços, salários e emprego e o drama pungente dos bairros de lata que estão atirando para o desespero milhares de trabalhadores que sofreram na sua carne e na dos seus as consequências do desprezo criminoso da odiosa exploração do fascismo. Nas águas turvas do desespero das classes menos favorecidas pescam os aventureiros e os «fazedores de milagres» pseudo-revolucionários, bem lubrificadas pela reacção, todos interessados em gerar no País um clima artificial de conflitos e de hostilidade ao processo democrático, ao MFA e ao Governo Provisório.

Nenhuma política social pode triunfar, no quadro da revolução portuguesa, sem a participação consciente e activa dos trabalhadores. As forças democráticas realmente interessadas em levar até às consequências últimas o processo político actual, têm uma tarefa primordial a cumprir no esclarecimento e consciencialização das massas e na busca de forma de participação popular na solução dos problemas.

Uma nova atitude na frente do trabalho resultará da conjugação de uma acção política em profundidade e da crescente e imperiosa democratização do Estado.

Há já exemplos de empenhamento popular na resolução dos problemas mais prementes, que devem generalizar-se através de um diálogo fraterno e directo entre os órgãos de poder e o povo.

A reconstrução do Liceu de Almada, pelos trabalhadores da região, pelos alunos interessados em desbloquear o ensino e pelos pais e encarregados de educação, depois dos estragos e depredações causados pelos «gangsters» do MRPP; a participação voluntária de milhares de moradores dos bairros de lata em obras de higiene e sanidade com a colaboração, e até às vezes sem ela, das autarquias locais; a decisão de um grupo de operários da Lisnave de repararem vários tractores no quartel do Forte de Almada destinados pelo MFA às cooperativas agrícolas recentemente constituídas por camponeses e assalariados rurais do Sul, são formas de empenhamento e participação populares que devem incentivar-se e alargar-se a todo o País.

A campanha eleitoral, as eleições para a Assembleia Constituinte e a elaboração e aprovação de uma Constituição, não podem desvincular-se das conquistas e das condições da revolução democrática portuguesa.

A atitude das diversas forças intervenientes na conjuntura política actual em relação a estes problemas e as formas de resolução pela via revolucionária é a pedra de toque da sua sinceridade política e do seu devotamento ao povo.

O PCP, vanguarda da classe operária portuguesa, não poderia, sem trair a sua condição de classe e os princípios superiores por que se guia, alhear-se dos problemas do povo, fazer demagogia, furtar-se às suas responsabilidades.

Como espinha dorsal do movimento de massas, o PCP estará na primeira linha do combate pela realização das tarefas imediatas da revolução democrática como amanhã na edificação de um Portugal livre, independente e socialista.

Tarefas imediatas e caminho para o socialismo

MAIS DE MIL SESSÕES E COMÍCIOS EM OITO DIAS

CONT. DA 1.ª PÁG.

que, por vezes, a reacção pretendeu boicotar e que nalguns casos conseguiu. Mas também isso não constituiu

Revolução a sua vitória nas eleições. E preciso realizar um trabalho comunista nas fábricas, nos portos, nas minas, nas escolas, nos campos, entre os trabalhadores da fun-

ções de esclarecimento os candidatos comunistas tiveram oportunidade de contactar com dezenas e dezenas de milhares de portugueses. Caravanas automóveis, com-

das pela Comissão Distrital de Portalegre dos nosso Partido, ou a realizada pela C. D. de Viana do Castelo no quartel da GNR daquela cidade, ou a realizada pela Comissão

ficentemente aproveitadas, a má divisão da terra foram aspectos de uma minuciosa análise do camarada Alvaro Cunhal. Se dúvidas existissem quanto à política do nosso Partido relativamente aos que trabalham a terra, política que tem sido criminosamente desvirtuada pelas forças reaccionárias interessadas em manter o seu domínio de classe, essas dúvidas terão ficado, definitivamente, anuladas nos milhares de trabalhadores e camponeses que afluíram ao comício de Santarém.

Anteriormente, no caminho para Santarém, falando a milhares de pessoas que o aguardavam em Salvaterra de Magos, o camarada Alvaro Cunhal tinha acentuado que para o povo trabalhador de qualquer região, democracia significava não apenas liberdades mas liberdades e reforma agrária e manifestara o objectivo que sempre norteou a nossa acção: servir aqueles que trabalham.

Em Leiria, questões relativas à actividade sindical repunha ferocemente antes do 25 de Abril, à assistência médica, ao trabalho, à exploração que sofre a classe piscatória e os funcionários públicos foram alguns dos assuntos sobre os quais se debateram os camaradas interventores. A necessidade de esclarecimento político entre as camadas rurais ainda presas às imagens da propaganda fascista foi tam-

cadores e das operárias conserveiras foram abordados pelo camarada Alvaro Cunhal. Vindos de toda a provincia do Algarve, em quatro comboios especiais, cerca de 35 mil pessoas escutaram, nas palavras dos oradores, as vias de solução para a vida de exploração que sofrem quotidianamente. O secretário-geral do nosso Partido salientou, por último, o desejo do PCP em veiculados os problemas que afectam os operários, camponeses e pescadores do Algarve e do País. Desejo esse que constitui um incentivo para a acção que desde sempre o nosso Partido desenvolveu. Acção sem a qual será impossível pensar em construir uma verdadeira democracia em Portugal. Acção que é impossível ser esmagada, por mais que se esforcem os inimigos do povo, porque ela é a acção desse mesmo povo construindo o seu futuro.

A escalada da reacção...

Entretanto, a campanha eleitoral é acompanhada em todo o País por uma esca-

em terras onde não houve Seara, candidata do PCP pelo círculo eleitoral de Braga. Impedidos de realizar o «programa» pela vigilância dos nossos militantes, os reaccionários, a convite do agrário Manuel Ferreira de Azevedo («O Péssegro») — conhecido activista do CDS — reuniram-se numa das suas quintas e queimaram um retrato da nossa camarada.

Reagindo, o povo concentrou-se em frente da quinta, respondendo à provocação com a palavra de ordem «fascista, escuta, o povo está em luta». Mais tarde, porém, o bando de arruaceiros dirigiu-se ao Centro de Trabalho do PCP e destruiu parcialmente as suas instalações, agredindo à paulada os camaradas que acorreram a defender a sede.

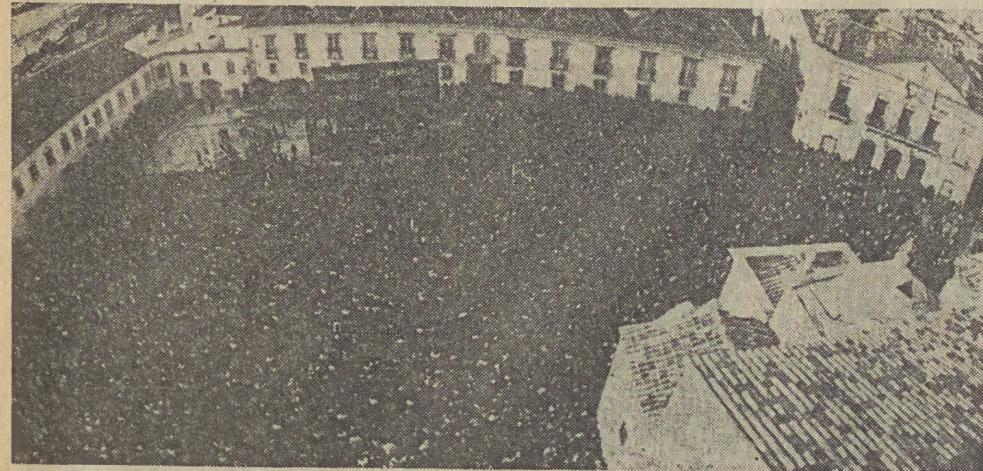
...em Portalegre...

Agresões semelhantes repetem-se quase diariamente saneadamente, em regiões onde o 25 de Abril parece não ter chegado.

«Morte aos comunistas» é uma palavra de ordem dos tempos do fascismo e um «slogan» habitual nos comi-

correu o distrito de Leiria, levando às massas o programa do PCP. Depois de percorrer o norte do distrito, sempre amistosamente recebidos pela população, ao passar pelo lugar de Pontão, um grupo de cerca de 30 orquestrados do PPD, empunhando bandeiras desse partido, paus e pistolas, provocaram ferocemente os nossos camaradas colocando-se a meio da estrada aos gritos de «PPD!» e «Abaixo os comunistas!», ao mesmo tempo que apedrejavam a caravana e ameaçavam com as pistolas os seus componentes.

Mais tarde, na sessão de propaganda do nosso Partido na Sociedade Filarmónica do Avelar, um pequeno grupo de provocadores, munidos de duas bandeiras do PPD tentaram boicotar a sessão. Expulsos da sala pela acção enérgica dos nossos camaradas apoiados pela vasta assistência, os provocadores, já na rua, agrediram barbaramente com uma matraca de ferro um elemento da caravana que se encontrava isolado, causando-lhe vários ferimentos que o obrigaram a



Um aspecto do Largo da Sé, em Faro, onde decorreu o comício do nosso Partido

motivo de desânimo para a actividade do nosso Partido, apenas comprovou a sua força. Em Ribeira de Pena, um caso entre outros, a nossa camarada Margarida Tengarrinha foi cobardemente agredida quando ali se deslocou para uma sessão de esclarecimento, a qual não se chegou a realizar. Dias depois, a mesma camarada lá estava novamente e dessa vez a reacção não conseguiu os seus intentos e a sessão revestiu-se de uma afluência por parte da população jamais vista naquela localidade.

Mas a nossa campanha eleitoral não se limita ao restrito período de vinte dias que antecede as eleições. Ela prolongar-se-á no futuro visando esclarecer cada vez mais a população portuguesa para que os interesses do povo trabalhador não mais possam ser manipulados por indivíduos que apenas pretendem aproveitar os seus sacrifícios. Terminadas as eleições para a Assembleia Constituinte a actividade do nosso Partido continuará cada vez mais forte, cada vez mais intransigente na defesa das classes trabalhadoras.

E, como afirmávamos no primeiro número do suplemento diário do «Avante!»: Nenhum outro partido está em condições de estrair multidões comparáveis. Somos o partido dos trabalhadores, o partido que levou as massas, em estreita aliança com o MFA, a conter e derrotar a reacção no 28 de Setembro e no 11 de Março, o partido da reforma agrária, a vanguarda revolucionária da classe operária. E, mais adiante: E preciso ir até às massas e levar-lhes a verdade, colocá-las perante o momento revolucionário, avivar ou despertar a consciência de classe em cada trabalhador vacilante, desfazer as suas dúvidas, explicar-lhe o que é o nosso Partido, o que fez em 48 anos de clandestinidade, que papel desempenhou desde o 25 de Abril, qual o seu Programa, que significado terá para a

ção pública. (...) E preciso dialogar com os trabalhadores desinformados combater com firmeza o anticomunismo, levar brigadas de esclarecimento a aldeias onde a reacção calunia o nosso Partido.

Foi este, em grande parte, o trabalho de ontem do nosso Partido. Trabalho que é para hoje e para o futuro.

Campanha eleitoral: redobrar os esforços

Com a campanha eleitoral assistiu-se ao reforço das manobras anticomunistas e da onda de calúnias contra o Partido Comunista Português, que já antes se fazia sentir. Aliada a esta movimentação, a reacção, sob as mais diversas capas, não hesita mesmo em utilizar a confrontação física para tentar impedir que os comícios e sessões de esclarecimento do nosso Partido se realizem. E, se nalguns casos conseguiu êxitos, poucos aliás, a sua força apagou-se perante o número esmagador de comícios e sessões que o Partido Comunista tem levado a efeito.

Nestes primeiros oito dias da campanha eleitoral, já se realizaram mais de mil comícios e sessões de esclarecimento. Em pequenas povoações ou nas grandes cidades. Em simples palheiros ou em praças públicas, ou grandes recintos. Apenas com uma centena de pessoas ou com dezenas e dezenas de milhares a assistirem.

«Assim se vê a força do PCP!», palavra de ordem que surgiu durante o comício realizado no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, para a apresentação dos candidatos daquele distrito e no qual estiveram presentes cerca de 100 000 pessoas, torna-se ainda mais real à medida que se efectuam por todo o Portugal os comícios e sessões promovidos pelo PCP.

Neste último fim-de-semana, em que o redobrar de esforços levou à prática 29 grandes comícios e 276 ses-

boios especiais, excursões de autocarros, tudo tem sido utilizado para as concentrações realizadas pelo nosso Partido, numa imensa festa popular de confiança no futuro democrático e socialista no nosso país.

Concelhia de Gondomar em S. Pedro da Cova, como a efectuada no Grupo Desportivo da Fábrica de Louças de Sacavém, revestem-se da mesma importância que tiveram os grandiosos comícios que neste último fim-de-semana se

DOMINGO, EM BELÉM

GRANDE FESTA POPULAR

No próximo dia 13, domingo, o PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS promove uma GRANDE FESTA POPULAR na zona do Mercado de Abril, em Belém, Lisboa.

Esta FESTA é promovida pelo Sector Intelectual de Lisboa do PCP com o apoio entusiástico do sector Juvenil do Partido.

Desde as 10 horas da manhã, decorrerá uma ampla confraternização popular com bandas, filarmónica, canto livre, projecção de cinema, teatro, teatro infantil, ilusionismo, jograis, exposições, variedades, iniciativas de convívio, música sinfónica, coros, canções, terminando com um BAILE POPULAR.

Está igualmente previsto um convívio ao ar livre, com a intervenção dos candidatos do sector intelectual de Lisboa.

Classe operária, trabalhadores, Povo de Lisboa!
Todos a Belém!
Todos à GRANDE FESTA POPULAR!

Mas para o Partido Comunista Português é tão importante o comício onde estiveram presentes dezenas de milhares de pessoas como a simples sessão de esclarecimento, numa povoação distante, onde compareceu uma centena de pessoas.

Assim, por exemplo, as sessões realizadas recentemente em Montalvão, Benavila, Avis, Terrugem, Nisa, Alegrete ou Monte do Arneiro, promovi-

sucederam em Faro, Santarém e Leiria.

Até ao final da campanha, impossível se torna fazer uma estimativa das centenas de sessões que ainda se irão efectuar. Mas o que já foi feito é bem a prova de que o nosso Partido não teme as eleições como certas vozes, na sua cega campanha anticomunista, pretendem fazer crer.

A participação das massas populares na campanha eleitoral revelou-se, intensamente, nos comícios do último fim-de-semana em que participou o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do do nosso Partido. Acorrendo a ouvir, as massas populares de Faro, Santarém, Leiria e Salvaterra de Magos prestam ao nosso Partido o testemunho da confiança que este lhes merece como guia incontestável da luta da classe operária e do povo trabalhador português. Uma constante destes comícios consistiu na análise efectuada, quer pelo camarada Alvaro Cunhal, quer pelos camaradas das Organizações Regionais e pelos camaradas candidatos neles presentes, acerca dos problemas regionais de cada zona que mais afectam as massas laboriosas e cuja resolução não representa apenas uma necessidade meramente local, mas uma imposição para o desenvolvimento do processo revolucionário em curso. Esta análise demonstrou ainda o profundo conhecimento do nosso Partido sobre os problemas concretos que atingem diferentes estratos de trabalhadores em diversas regiões do País, demonstrou que o nosso Partido conhece a vida quotidiana do povo português porque é um partido enraizado nas massas populares, porque o futuro que aponta no seu Programa é aquele que corresponde aos interesses e aspirações do povo. E o futuro histórico da libertação das massas laboriosas e do Povo português em geral.

Em Santarém, o tema central da exposição do camarada Alvaro Cunhal foi a candente questão da reforma agrária e os problemas com que se debatem quer assalariados rurais, quer pequenos agricultores. A entrega das terras a quem efectivamente as trabalha, aos assalariados, aos pequenos camponeses, os numerosos exemplos de terras não fabricadas ou insu-



A participação dos trabalhadores no comício de Santarém foi significativa

lada da reacção, que se caracteriza, como não podia deixar de ser, pelo mais feroz anticomunismo. Da extrema-direita à extrema-esquerda as provocações dos reaccionários visam o mesmo objectivo, qual orquestrada campanha, que mais não pretende senão travar o processo revolucionário em curso, na tentativa desesperada de impedir a construção do socialismo em Portugal.

Com o início da campanha, os caciques do fascismo tornaram-se tão arrogantes que não hesitam em proclamar bem alto a sua ideologia reaccionária, como aconteceu em Penafiel, onde, durante uma sessão de esclarecimento, se ouviram frases como: **Sou fascista e com muito gosto!** Convencidos, ao que parece, que a actual campanha é de algum modo semelhante às que se realizavam no tempo das «eleições» fascistas, os saudosistas do 24 de Abril permitiram-se todo o tipo de agressões aos candidatos comunistas.

Em São Tiago da Cruz, Farnalhão, um grupo de reaccionários pretendeu transformar a tradicional «Queima do Judas» em festa anticomunista, anunciando que iriam queimar em público retratos de comunistas, entre os quais o da camarada Maria José

receber tratamento no hospital da vila. Ao mesmo tempo, uma senhora que também se encontrava isolada foi esbofetada.

Esta a actuação de um agrupamento que se diz «democrático» e «popular». Também em Lisboa a escadada reaccionária se intensificou. Grupos contra-revolucionários auto-nomeados de «esquerda» estão ao levar a cabo verdadeiros actos de terrorismo, tomando como principal alvo dos seus ataques o partido da classe operária e das massas trabalhadoras, o Partido Comunista Português.

Depois da criminoso agressão de um bando do chamado «MRPP» a uma camarada da UEC, Ana Maria Pinto, que lhe provocou uma fractura da caixa orbitária, estando em risco de ficar para sempre cega de um dos olhos, os criminosos pseudo-revolucionários vêm provocando, diariamente, os militantes do nosso Partido, rasgando cartazes, fazendo colagens por cima das nossas, atacando camaradas.

Também no concelho do Cadaval, alguns indivíduos afectos ao antigo regime fascista e verdadeiros caciques deste concelho desenvolvem uma intensa campanha anticomunista e de intimidação das massas trabalhadoras no intuito de afastarem as mesmas da participação no desenvolvimento do processo democrático em curso. Assim, hostilizam as brigadas que efectuam colagens chegando mesmo a proferir ameaças de agressão. Como não podia deixar de ser, arrancam todos os cartazes que não são da sua simpatia.

De Norte a Sul do País a campanha revolucionária está orquestrada. A situação vai-se clarificando em cada dia que passa. Mas nada impedirá o avanço da democracia no nosso País. Como no 28 de Setembro, como no 11 de Março, as forças verdadeiramente progressistas, as massas populares, em estreita aliança com o MFA, saberão dizer uma vez mais: a reacção não passará!

Um agrupamento composto por cerca de 70 carros per-

de um bando do chamado «MRPP» a uma camarada da UEC, Ana Maria Pinto, que lhe provocou uma fractura da caixa orbitária, estando em risco de ficar para sempre cega de um dos olhos, os criminosos pseudo-revolucionários vêm provocando, diariamente, os militantes do nosso Partido, rasgando cartazes, fazendo colagens por cima das nossas, atacando camaradas.

Também no concelho do Cadaval, alguns indivíduos afectos ao antigo regime fascista e verdadeiros caciques deste concelho desenvolvem uma intensa campanha anticomunista e de intimidação das massas trabalhadoras no intuito de afastarem as mesmas da participação no desenvolvimento do processo democrático em curso. Assim, hostilizam as brigadas que efectuam colagens chegando mesmo a proferir ameaças de agressão. Como não podia deixar de ser, arrancam todos os cartazes que não são da sua simpatia.

De Norte a Sul do País a campanha revolucionária está orquestrada. A situação vai-se clarificando em cada dia que passa. Mas nada impedirá o avanço da democracia no nosso País. Como no 28 de Setembro, como no 11 de Março, as forças verdadeiramente progressistas, as massas populares, em estreita aliança com o MFA, saberão dizer uma vez mais: a reacção não passará!

Um agrupamento composto por cerca de 70 carros per-

de um bando do chamado «MRPP» a uma camarada da UEC, Ana Maria Pinto, que lhe provocou uma fractura da caixa orbitária, estando em risco de ficar para sempre cega de um dos olhos, os criminosos pseudo-revolucionários vêm provocando, diariamente, os militantes do nosso Partido, rasgando cartazes, fazendo colagens por cima das nossas, atacando camaradas.

Chão de Parada contra a reacção

A propósito de uma sessão de esclarecimento realizada pelo nosso Partido em Chão de Parada, localidade do distrito das Caldas da Rainha e onde a reacção manobrou no sentido de conseguir o seu boicote vários habitantes nos manifestaram o seu repúdio pelos acontecimentos ocorridos, «em que estiveram envolvidas meia dúzia de pessoas da terra e não só», realçando o que o «povo desta aldeia tem dado provas de que não é reaccionário e que está atento e interessado no processo democrático em curso».

Lamentam pois aqueles habitantes que um pequeno grupo de pessoas não politizadas tentasse impedir a esmagadora maioria de se esclarecer, indo ao ponto de «envolver ingénuas crianças neste acto de puro vandalismo».

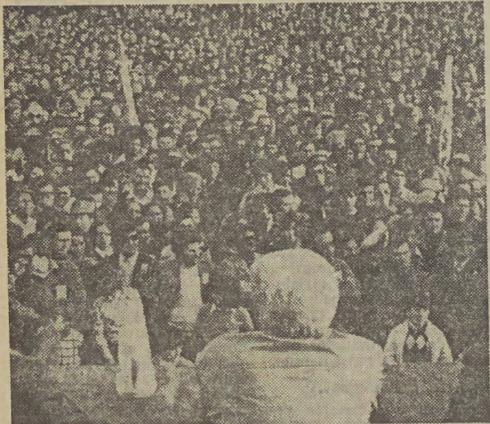
INTERVENÇÕES DO PCP NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

Data	Emissora Nacional	Rádio Clube Port.	R. Renascença	RTP
10	19,30 - 19,50		22,30 - 22,40 23,20 - 23,30 23,50 - 24,00	
11	19,10 - 19,20 19,30 - 19,40	23,50 - 24,00	23,10 - 23,20	13,20 - 13,25
12	19,10 - 19,20	23,50 - 24,00		21,00 - 21,10
13		14,30 - 14,40		
14	19,00 - 19,10 19,50 - 20,00 20,20 - 20,30			
15	19,40 - 19,50	14,30 - 14,40 22,40 - 22,50 23,00 - 23,10	23,50 - 24,00	
16		14,50 - 15,00 22,40 - 22,50	23,50 - 24,00	20,50 - 21,00
17			10,00 - 10,10	13,25 - 13,30 20,40 - 20,50
18		22,30 - 22,40 23,20 - 23,30 23,50 - 24,00	23,00 - 23,10	
19	20,20 - 20,30		10,00 - 10,10 10,20 - 10,30 22,30 - 22,50 23,00 - 23,10	
20	19,10 - 19,20 22,20 - 22,30			
21		14,40 - 14,50 22,50 - 23,00		
22	19,10 - 19,20 19,30 - 19,40	14,30 - 14,40 22,50 - 23,00	23,20 - 23,30 23,50 - 24,00	20,50 - 21,00
23		14,40 - 14,50 23,50 - 24,00		



Com os candidatos comunistas, a voz dos trabalhadores

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL EM FARO



O camarada Álvaro Cunhal foi um dos oradores no grandioso comício realizado no domingo passado em Faro. Falando de improviso, o secretário-geral do nosso Partido afirmou:

CAMARADAS:
Permitam-me, camaradas, que saúde, em nome do Comité Central do Partido Comunista Português, todos os participantes neste comício e, através deles, todo o povo do Algarve. Aos operários e operárias da indústria de conservas, aos pescadores, aos operários da construção civil, a todos os trabalhadores do Algarve eu quero expressar a solidariedade do Partido Comunista Português e as suas fraternais saudações. Quero agradecer também à Organização do Partido do Algarve o convite que foi feito para participar neste comício e desejar a todos os militantes, a todas as organizações, grandes sucessos na sua actividade. Finalmente, quero saudar os candidatos do Partido à Assembleia Constituinte e lembrar-lhes os deveres que, pelo próximo facto de serem candidatos, contraíram perante o seu Partido e perante o seu povo.

O primeiro dever dos candidatos comunistas é servir sempre abnegadamente os interesses do povo trabalhador, defender em quaisquer circunstâncias, mesmo as mais difíceis, os interesses dos trabalhadores, não ter a pretensão de ensinar às massas, mas ouvi-las também e saber aprender com elas, e serem sempre, em todas as circunstâncias os porta-vozes do povo trabalhador e do seu Partido. Em segundo lugar, é dever dos candidatos comunistas defenderem, em quaisquer condições as liberdades democráticas. Defender a liberdade, lutar pela liberdade é uma velha tradição do Partido Comunista. Os candidatos comunistas, se forem eleitos, na Assembleia Constituinte e fora dela, têm a obrigação de lutar, dando a vida se for necessário, pela liberdade do nosso povo. O seu terceiro dever é lutar abnegadamente e em quaisquer condições pela liquidação do poder dos monopólios e latifundiários. Lutar por transformações democráticas profundas da sociedade portuguesa de forma a criarmos condições para que seja, no mais breve prazo de tempo, abolida a exploração do homem pelo homem no nosso país.

Este comício insere-se na campanha eleitoral. Naturalmente que aparecem outros partidos e se pergunta: o que quer cada partido? Quais são os objectivos de cada partido? E expõem-se os objectivos de cada partido para que os eleitores portugueses possam fazer o seu juízo e possam escolher. Muitas vezes se tem dito o que quer o Partido Comunista e alguns camaradas antes de mim neste comício já o disseram. Mas permiti que acrescentasse ainda algumas palavras ao que já aqui foi afirmado.

Em primeiro lugar, nós comunistas, sabemos bem dar o valor à liberdade. Durante quase 50 anos o Povo Português sofreu a privação das mais elementares liberdades. E os comunistas portugueses, creio, souberam, ao longo dos anos, lutar pela liberdade, não a liberdade deles, comunistas, mas a liberdade do Povo Português. Os comunistas, ao longo dos anos, souberam dar a sua própria liberdade na luta pela liberdade do nosso povo e creio bem que essa luta pela liberdade dos comunistas não terminou no 25 de Abril. Desde o 25 de Abril podemos também dizer que os comunistas têm estado nas primeiras filas da luta pela liberdade. Porque a liberdade desde o 25 de Abril já tem sido muitas vezes ameaçada, porque já várias vezes a reacção procurou destruir as liberdades que tinham sido alcançadas em 25 de Abril. Quando foi a tentativa do golpe do então primeiro-ministro Palma Carlos, houve forças que hoje criticam o Partido Comunista — dizem que os comunistas não querem as liberdades — que estavam de certa forma conluídas com o ex-primeiro-ministro Palma Carlos para dar o golpe que liquidaria, esse sim, as liberdades. E foram os comunistas e outras forças democráticas que tomaram a iniciativa de fazer frente a essa tentativa de golpe juntamente com o Movimento das Forças Armadas, inutilizaram essa tentativa de Palma Carlos/Spínola para liquidar as liberdades democráticas.

Depois todos conhecemos o que foi a grande ofensiva da reacção antes do 28 de Setembro. E então também podemos dizer que alguns — que até se dizem democratas e que hoje criticam o Partido Comunista e dizem que o Partido Comunista não quer as liberdades — pois alguns não deixaram de dar um certo apoio a toda essa manobra da reacção que conduziria a um golpe de Spínola a 28 de Setembro. E foram os comunistas, foram outras forças democráticas que tomaram a iniciativa de cortar o passo à reacção e de facto desmantelaram essa ofensiva e impediram que o 28 de Setembro se transformasse num golpe contra-revolucionário e finalmente fizeram recuar a reacção, que culminou pela demissão do então Presidente da República, o ex-general Spínola e de alguns generais reaccionários da Junta de Salvação Nacional. Também no 11 de Março, já o camarada Carlos Brito há pouco referiu nesta mesma tribuna, também houve forças que nos criticam, que dizem que os comunistas põem em perigo as liberdades, mas que antes do 11 de Março não deixaram de agir de forma a criar as condições políticas propícias para que a reacção tentasse o seu golpe. Não é só por palavras que mostramos lutar pela liberdade. É pelos actos, antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril. E o nosso povo pode estar seguro que se por acaso para nossa infelicidade um golpe dos fascistas fosse vitorioso, muitos do que hoje falam em liberdade desapareceriam, certamente, ninguém mais os veria. Mas os comunistas, esses continuariam a lutar, mesmo nas piores condições.

O Partido Comunista, camaradas, é um Partido com muita experiência, mas é um Partido composto por homens e todos os homens podem errar e o Partido Comunista também pode errar. Mas do que podeis estar seguros é que procuramos acertar e procuramos acertar no interesse dos trabalhadores, procuramos acertar na defesa do nosso povo e do nosso país. Do que podeis ter a certeza não é do que nós nunca erraremos, mas é de que nunca pouparemos esforços e daremos a vida, se necessário for, em defesa do povo trabalhador, em defesa do nosso país, em defesa de Portugal democrático a caminho do socialismo.

É por defendermos as liberdades, que nós defendemos, contra a opinião de alguns que também dizem democratas, a necessidade de que o Movimento das Forças Armadas não se mantivesse até às eleições como continuasse para além delas. O Movimento das Forças Armadas é um movimento revolucionário, democrático, dos capitães que fizeram o 25 de Abril e que merecem bem o apreço e a confiança do nosso povo, porque também eles confiam no Povo Português. Nós pensamos que esse movimento revolucionário é necessário para além das eleições. Se esse movimento acaso desaparecesse antes das eleições, a jovem democracia portuguesa correria certamente muitos maiores perigos. Por isso defendemos a institucionalização do Movimento das Forças Armadas e foi com alegria que vimos a constituição do Conselho da Revolução e as suas primeiras medidas históricas: a nacionalização dos bancos e das companhias de seguros. Nós sabemos que alguns que nos dizem estar com o MFA desde o 25 de Abril, podemos dizer que até à constituição do Conselho da Revolução tudo fizeram para que o MFA desaparecesse da cena política. Diziam que os militares deviam regressar aos quartéis e tinham feito os seus cálculos sobre as eleições. Pensavam que estas eleições seriam umas eleições como podem ter lugar em Inglaterra ou na França ou noutros países que já têm um regime consolidado. E mais: que se podiam permitir, uma vez que o MFA não tem representação na Constituinte, fazer a Constituição que melhor lhes parecesse e enviar os militares para os quartéis.

Os militares, diga-se os militares do 25 de Abril, os militares do Movimento das Forças Armadas, porque esses mesmos, alguns desses mesmos, mantinham certas relações e faziam elogios a outros militares que hoje estão no Brasil ou estão nas prisões. Nós, os comunistas, estamos com o Movimento das Forças Armadas e pensamos que é necessário que estejam com este Movimento todas as forças democráticas, todas as forças populares. Sabe-se bem que actualmente há negociações em curso entre os partidos políticos e o MFA, e pensamos que se vai chegar a uma conclusão, ou seja,

que antes das eleições se vai chegar a um acordo acerca do que será o fundamental a democracia portuguesa depois das eleições. Temos de nós por de acordo para que depois das eleições não comecem todos a bulha e não haja tal ou tal partido que venha novamente dizer que os militares devem regressar aos quartéis. Durante um período ainda relativamente longo de tempo é necessário manter e consolidar a aliança do povo com as Forças Armadas para garantir a defesa das liberdades e o prosseguimento do processo democrático. E porque defendemos as liberdades, queremos que seja reforçado o Estado democrático. Isso significa, por exemplo, que deve prosseguir e andar mais depressa a reorganização das forças militarizadas, ou seja a PSP e a GNR, onde aliás se verificam já transformações de certo vulto, transformações importantes, e foi com grande alegria que verificámos que no 11 de Março, em muitas localidades, as praças da GNR e oficiais da GNR, os sargentos da GNR cooperaram com o povo na criação de barreiras e na tomada de medidas com vistas a fazer frente a possíveis golpes contra-revolucionários nas regiões respectivas. Estão-se a transformar estas forças militarizadas e cremos em que brevemente se constituirão numa força de defesa da ordem democrática no nosso país e de luta contra possíveis golpes reaccionários. Será um passo no reforço do Estado democrático e na defesa das liberdades no nosso país.

Também, camaradas, porque nós defendemos as liberdades, nós também defendemos a ordem democrática. Nós não somos partidários da anarquia, da desordem, dos golpes de mão como assistimos nas escolas, nos sindicatos e nas autarquias. Nós pensamos que devem haver leis democráticas e que essas leis devem ser respeitadas. E se defendemos as mais amplas liberdades, entendemos também que essas liberdades não devem ser aproveitadas para conspirar contra as liberdades, como fizeram vários partidos — o Partido Liberal, o Partido do Progresso e outros —, que aproveitaram as liberdades para conspirar contra elas e para organizar o 28 de Setembro, e como talvez tenham feito outros nas vésperas do 11 de Março. Nós queremos que existam as mais amplas liberdades mas exijimos que essas liberdades sejam respeitadas e que não sejam utilizadas para tentar liquidar a liberdade do nosso povo. Somos defensores de uma ordem democrática e pensamos que todos os portugueses devem ser obrigados a respeitá-la.

A conquista das liberdades foi uma vitória de alcance histórico para o Povo Português. Mas a conquista das liberdades não resolveu todos os problemas do nosso povo. Não resolveu o problema do trabalho, não resolveu o problema do emprego, não resolveu o problema do pão e da educação para o nosso povo. E aqui no Algarve os pescadores sabem bem que só por si as liberdades não resolveram estes problemas. Os trabalhadores da indústria das conservas, os pescadores, os muitos que trabalham na construção civil e que hoje se encontram desempregados, assim como também no turismo muitos desempregados, sabem que a ordem democrática, a situação democrática ainda não resolveu estes problemas. Nós queremos as liberdades, mas queremos ao mesmo tempo e lutamos também para que sejam resolvidos aqueles problemas fundamentais da vida diária dos trabalhadores, que é o seu pão para os seus filhos, o seu trabalho, o seu bem-estar, o bem-estar das suas famílias. Os trabalhadores do Algarve podem contar com a solidariedade activa e com o apoio do Partido Comunista Português, dentro do Governo e fora do Governo, para defender os seus interesses e para conseguir resolver a situação difícil em que se encontram.

Eu quero uma vez mais lembrar aos operários e operárias da indústria de conservas que quando da última greve nós apoiámos a sua reivindicação dos dias de trabalho semanal e também o subsídio do Natal. Sabemos que depois houve uma disposição que transformou esse subsídio do Natal num subsídio de férias, o que veio causar a profunda desilusão dos trabalhadores, que tinham feito greve e tinham exigido o subsídio do Natal que afinal acabou por não ser concedido. Nós pensamos que foi uma grande injustiça feita aos trabalhadores de conservas e queremos dizer que devemos esforçar-nos para que essa injustiça seja reparada. Também queremos dizer aqui, em relação aos operários da construção civil, que a situação não é fácil de resolver, eles sabem bem que não é fácil de resolver. Construíram-se muitos edifícios de luxo para as férias dos ricos. Hoje a situação mudou um pouco mas há dificuldades na construção que também resultam deste facto. Tenho falado com trabalhadores algarvios, com trabalhadores da construção civil e talvez alguns estejam aqui neste comício e eles põem o problema que é não apenas de esperar a solução de toda a questão da construção civil, mas o problema de que há casas onde não se recebem salários e é necessário que haja dinheiro para que os trabalhadores possam manter a sua vida diária. Já disse a esses trabalhadores, mas aqueles com quem não falei quero também assegurar que tudo será feito para que lhes sejam dados os subsídios necessários, para que os salários sejam pagos aos operários da construção civil que neste momento se encontram desempregados.

Aos pescadores algarvios — certamente também aqui haverá alguns — por aqueles que aqui estejam aos outros eu quero assegurar também o nosso apoio às suas reivindicações, a nossa solidariedade na sua luta difícil, muito dura, numas condições ainda hoje muito duras de trabalho e de remuneração. Podem contar naturalmente com o necessário apoio das organizações do Partido para a defesa dos seus interesses. Os pescadores hoje, em todo o País, estão-se a organizar em sindicatos. Há sindicatos que se desenvolvem e que naturalmente estarão em condições de defender os interesses da classe piscatória. Mas é uma classe que merece muito mais atenção do que tem tido porque durante muitos anos foi uma classe dominada pelos Tenrieiros & C.^a e estava muito esquecida das preocupações do Governo.

Quanto aos camponeses algarvios, eu faço-lhes a justiça de não acreditarem que os comunistas comem crianças, que os comunistas matam velhos, que os comunistas roubam as mulheres, que os comunistas vão arrancar-lhes as terras e as casas. Nós sabemos que há muitos camponeses algarvios que têm pequenos pedaços de terra que não chegam para o seu sustento. Mas se os comunistas um dia vierem a decidir, podem ter absoluta certeza esses camponeses que não ficarão com um centímetro a menos de terra, mas que certamente receberão mais terra para cultivar. Há grandes extensões de terra inculta e mal aproveitada no Alentejo e também em alguns concelhos do Algarve. Os camponeses do Alentejo já começaram por suas próprias mãos, antes que alguma lei fosse feita, a dar os primeiros passos para a Reforma Agrária. Mas nós podemos ter a certeza que os dias que se aproximam em que a própria lei irá declarar que se vai fazer a Reforma Agrária. Os trabalhadores alentejanos e ribatejanos estão a dar passos adiante nesse sentido e podemos estar certos que se aproxima o dia da Reforma Agrária em Portugal. E essa Reforma Agrária, sem dúvida, como muitas vezes se tem dito, entregará a terra aqueles que a trabalham, e é precisamente porque são necessárias grandes reformas económicas

camaradas, que seja fácil, o que quer dizer é de certo. Podemos ter a certeza de que, se não houver grandes acontecimentos imprevistos, este objectivo vai ser alcançado. Os monopólios no nosso país irão ser liquidados, os latifundiários irão ser liquidados e entraremos numa nova fase da revolução democrática no nosso país. (Gritos: Vitória! Vitória! Vitória!)



campos alentejanos em que são os trabalhadores que dão de comer ao gado, que tomam conta do gado, que começam a cultivar uma terra que estava abandonada, da mesma forma, na medida em que andemos para diante com novas reformas, com a liquidação do poder dos monopólios e dos agrários, temos também nas empresas nacionalizadas, nos sectores do Estado, de encerrar uma nova forma do trabalho e procuramos todos, os trabalhadores, em dar vida a essas empresas, em desenvolver a produção e tornar a nossa economia uma economia próspera porque ela passará a trabalhar para bem do povo trabalhador.

Esta, camaradas, é a grande diferença que existe entre o Partido Comunista Português e outros partidos. Nós sempre quisemos, sempre lutámos e continuamos lutando por um Portugal democrático a caminho do socialismo, a caminho da libertação da exploração do homem pelo homem. Mas havia muitos outros que queriam uma democracia em Portugal em que continuasse a exploração dos grandes capitalistas e dos grandes agrários sobre o nosso povo. Mas hoje já será tarde para construir uma democracia como essa, já é tarde para eles, já é tarde!

Muitas vezes, depois do 25 de Abril, havia democratas que diziam que não havia confiança, que se estava a perder a confiança. Mas nós perguntávamos: Quem é que está a perder a confiança? Não é o nosso povo que está a perder a confiança na democracia. Quem é que estava a perder a confiança na democracia? E havia democratas que diziam que era necessário recuperar essa confiança que se estava a perder. E nós dizíamos: Quem está a perder essa confiança? Não é preciso recuperar a confiança do povo porque o povo tem confiança na democracia. O que eles queriam era recuperar a confiança dos monopólios, era recuperar a confiança dos capitalistas, e para recuperar essa confiança era naturalmente através de um compromisso com os próprios monopólios dizendo que não se lhes tocava na banca, não se lhes tocava nas grandes empresas,

que não se lhes tocava nas suas terras das grandes herdades. Mas nós não quisemos um compromisso nem com os monopólios nem com os latifundiários. O nosso compromisso é com o Povo Português, é com o povo trabalhador para liquidar os monopólios e os latifundiários.



Naturalmente, camaradas, que nós, os comunistas, se estivessemos só pouco ou nada poderíamos fazer. O que sempre nos deu força, já na clandestinidade, o que hoje nos dá força, é a classe trabalhadora, é o apoio do Povo Português e a sua confiança. Os comunistas só não podem transformar Portugal, mas o povo trabalhador, as massas trabalhadoras vão transformá-lo, vão criar uma sociedade nova no nosso país. Nós defendemos, camaradas, a mais ampla unidade: unidade da classe operária, nas empresas e nos sindicatos, a unidade dos camponeses nas suas ligas, unidade das forças democráticas.

Aqui, desta tribuna, alguns camaradas meus fizeram críticas, justas críticas a outros partidos que nos têm atacado, a nós comunistas. Está muita gente neste largo e certamente estarão aqui também membros de outros partidos. Não talvez nas primeiras filas mas um pouco mais longe estarão membros do Partido Socialista. Eu quero aqui dirigir a minha palavra a alguns socialistas que estejam presentes neste comício. Se vós desejais o bem do nosso povo e a liberdade, porque não vos juntais aos comunistas na luta contra os monopólios e os latifundiários? E se vós, socialistas que aqui estais, quereis defender as liberdades, porque não estais com os comunistas, aqui no Algarve e em toda parte, sempre que a reacção ameaça, sempre que há o perigo da direita reaccionária, e porque não vos juntais aos comunistas na luta contra a reacção e porque por vezes quase pareceis estar com a reacção contra os comunistas?

Ainda digo mais: aqui também camaradas meus que atacaram justamente certos grupos esquerdistas que dizem querer a revolução proletária. Nós não negamos que possa haver nesses grupos pessoas que pensam que os comunistas não andam suficientemente depressa, que pensam que os comunistas podem não estar a defender devidamente os interesses da classe operária. Podemos admitir que haja pessoas que assim o pensem. Se está aqui algum membro desses grupos eu pergunto: Porque é que não quereis lutar connosco contra os inimigos — os exploradores do nosso povo? Porque é que não vos ligais aos comunistas na luta diária contra os mesmos inimigos, os monopólios e latifundiários? Porque é que não trabalhai connosco na defesa dos interesses dos trabalhadores e na luta contra o inimigo que é a reacção, e porque é que acusais os comunistas de todos os crimes que acusa a reacção nas suas calúnias e mentiras?

Nós, os comunistas, estamos prontos a unirmo-nos a todos aqueles que querem defender as liberdades, que querem lutar pela instauração em Portugal de um regime democrático, sem latifundiários, por profundas reformas a favor do nosso povo, de um regime democrático a caminho do socialismo. E quando falamos em unidade, nunca podemos esquecer um dos aspectos fundamentais da unidade do nosso povo para a construção de um Portugal democrático, de um Portugal novo e melhor: é a unidade entre o povo e o Movimento das Forças Armadas. Nós tudo faremos, como temos feito, para reforçar a unidade do povo com o MFA, como um dos elementos fundamentais para a defesa das liberdades no nosso país, para o prosseguimento do processo revolucionário, e para a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo. (Gritos: Unidade! Unidade!)

E creio, camaradas, que essa palavra que todos acabamos de pronunciar em comum — Unidade — é a melhor palavra com que pode terminar este nosso grande comício.

OS JOVENS COMUNISTAS NA LUTA PELA DEMOCRACIA E PELO TRABALHO

Quem ganhar a juventude ganha ao mesmo tempo o presente e o futuro — afirmou Lenin. O processo histórico da luta da Humanidade pela construção do socialismo tem vindo a comprovar, ao longo dos anos, a profunda verdade contida naquela afirmação. Em Portugal, apenas as organizações verdadeiramente revolucionárias, guiadas pelos princípios do marxismo-leninismo e estreitamente ligadas à vanguarda revolucionária dos trabalhadores portugueses — o Partido Comunista Português — têm sabido mobilizar as mais amplas camadas da nossa juventude para a luta da classe operária e das massas populares pela democracia e pelo socialismo.

Com um mês de existência, a União da Juventude Comunista é já um magnífico exemplo da massiva adesão da juventude trabalhadora portuguesa aos ideais do Socialismo e do Comunismo e da sua participação activa na realização dos objectivos políticos, económicos e sociais da revolução democrática, que abriu caminho para a edificação de um Portugal verdadeiramente socialista.

Fonte inesgotável de alegria e combatividade, a juventude é por natureza generosa e boa. Se educada nos ideais do marxismo-leninismo

mo e do internacionalismo proletário, nos ideais da paz e da amizade, a juventude sabe dar-se inteira à causa dos trabalhadores na luta contra a exploração capitalista, na luta pelos ideais do proletariado revolucionário.

Ontem como hoje, a juventude comunista é um exemplo que apontamos com o legítimo orgulho. Continuada da Federação das Juventudes Comunistas e do grande movimento unitário de massas que foi o MUD Juvenil, a UJC vem dando provas, nas novas condições de liberdade, de ser digna das tradições revolucionárias da juventude trabalhadora durante a ditadura fascista.

Milhares de jovens comunistas, rapazes e raparigas, tendo como principais frentes de trabalho as empresas, os campos, as escolas técnicas, os locais de concentração da Juventude Trabalhadora, vêm participando activamente no processo revolucionário em curso, quer desenvolvendo iniciativas de carácter unitário com outras organizações juvenis progressistas — como o testemunha a grande jornada nacional do 28 de Março, Dia Mundial da Juventude —, quer colaborando de intensa e entusiasticamente na campanha eleitoral do nosso Partido.

A presença da juventude comunista é uma constante em todos os campos da vida política portuguesa. Estão nas ruas colando cartazes, vendendo jornais, fazendo propaganda; estão nos comícios, nas sessões, esclarecendo e esclarecendo-se; estão nos locais de trabalho,

nos locais de reunião, mobilizando outros jovens, organizando-se.

Ensinar e aprender

Lutando ao lado da classe operária, das massas populares, das forças verdadeiramente progressistas, a juventude constrói o futuro. E não a assusta o trabalho, os sacrificios necessários, consciente que está da certeza da vitória. Como o provam, por exemplo, os jovens do núcleo da UJC do Tortosendo que, no passado dia 29, sábado, organizaram uma jornada de trabalho voluntário no campo, auxiliando os pequenos rendeiros nas suas múltiplas tarefas. Mais que o trabalho realizado foi importante a aproximação, a compreensão dos problemas; e também o convívio de duas gerações diferentes que se descobrem e encontram na mesma luta.

Os jovens comunistas do Tortosendo encontraram-se com os camponeses, falaram de problemas que a todos afectam, da divisão que o fascismo fomentou, da necessidade de cooperativas, dos seus benefícios, das soluções possíveis para uma vida melhor. Levaram a esperança, a certeza dum futuro radoso; receberam dos camponeses palavras de conforto e ânimo para prosseguir na luta.

É esta a verdadeira face da nossa juventude, dos verdadeiros filhos do povo português, profundamente empenhados na conquista do direito ao trabalho, do direito à vida, ao amor e à felicidade.

PRESENÇA DE CARLOS COSTA NO 1.º COMÍCIO DA UJC NO PORTO

A luta pela construção de um Portugal democrático e a luta pelo comunismo e pelo socialismo, definindo paralelamente as tarefas da juventude comunista no momento actual, foram as tónicas dominantes do primeiro comício realizado no Porto pela União da Juventude Comunista.

Centenas de jovens acompanharam atentamente a sessão que foi entrecortada com a actuação de um grupo folclórico e teve ainda, na voz de Luis Gilla, momentos de grande participação. Aberta com o hino nacional, a sessão da UJC contou com a presença de Carlos Costa, do Comité Central do Partido Comunista Português, além de dirigentes do novo organismo e da UEC.

Começou por usar da palavra Lurdes Azevedo, do Comité local do Porto da UJC, que saudou todos os jovens presentes e analisou os problemas que afectam particularmente a juventude trabalhadora, como o desemprego, apelando para a necessidade de uma organização cada vez maior de todos os jovens. A dado momento sublinhou:

Nós jovens comunistas temos um papel importante a desempenhar na luta contra os monopólios e latifúndios, para levarmos a bom termo a nossa luta temos que nos organizar. Organizar nas fábricas, nos campos, nas escolas e nas localidades. Precisamos de recrutar mais jovens para a nossa organização. Recrutar com audácia e confiança. É necessário ganhar a grande massa da juventude para uma participação activa nas lutas reivindicativas, pela melhoria das suas condições de vida.

Julietta Veloso, falando a seguir, aludiu à manutenção do poder económico por par-

te dos capitalistas e expôs os grandes problemas que afligem as grandes massas de jovens trabalhadores, preconizando a formação urgente de um serviço oficial para preparação sócio-profissional. Referiu-se, em particular, às conclusões do primeiro encontro dos trabalhadores estudantes, que é preciso concretizar e criticou, de forma firme, as provocações de certos grupelhos nas escolas.

Resposta aos problemas da juventude

Seguiu-se Fernando Jorge, dirigente local da UJC que frisou a dado momento da sua intervenção:

Cabe-nos a nós, como vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora, dar respostas sobre formas apropriadas aos problemas da juventude em geral, e em específico no distrito do Porto. Por isso chamamos desde já à atenção todos os jovens comunistas no sentido de serem os primeiros a tomar iniciativa para auscultarem os problemas dos jovens nas empresas, nos locais de habitação, e saberem perspectivar e apontar em função disso, os caminhos e as formas que levarão à resolução dos mesmos. Claro que, para que nós consigamos unir junto dos jovens auscultar os seus problemas e apontar o caminho e a forma de resolução destes, obrigatoriamente teremos que tomar medidas organizativas; e essas medidas organizativas tomam-se no dia-a-dia.

O quarto orador, Gaspar Alberto, disse a terminar a sua intervenção:

Estamos em plena campanha eleitoral e vamos eleger os deputados à Assembleia Constituinte. A constituição que os deputados eleitos pelo Povo vão elaborar e aprovar na futura Assembleia Constituinte terá de reflectir a natureza do Estado democrático actual, as conquistas já alcançadas e a alcançar. Deve tornar-se um instrumento ao serviço do Povo Português. A União da Juventude Comunista, consciente da importante batalha política que são estas eleições, onde os jovens portugueses, gozando do direito de voto conquistado aos 18 anos, poderão participar no acto eleitoral tudo fará para esclarecer e mobilizar a grande massa de jovens trabalhadores a participar com toda a energia no apoio ao Partido Comunista Português, para assim levar à Assembleia Constituinte um grande número de comunistas, deputados do Povo, a melhor garantia de que os interesses vitais da juventude e do Povo em geral serão defendidos.

«Quando acabar a discussão do socialismo original teremos nós construído o socialismo»

Depois de Jorge Resende, da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas, que analisou o 11 de Março e as provocações nas escolas, apelando para que nesses locais se trabalhe mais, ao invés de se fomentarem discussões que não levam a nada, seguiu-se Carlos Costa que, numa intervenção de improviso e que foi frequentemente entrecortado por fortes aclamações dos presentes, transmitiu aos jovens da UJC a saudação do Comité Central do Partido Comunista Português.

Passou depois a referir-se profundamente a diversos aspectos da situação política actual, apontando, nomeadamente, a urgência em avançar no sentido da reforma agrária. Referindo-se ao aumento de preços de produtos alimentares decre-

tados pelo Governo ainda antes do 11 de Março (o caso, entre outros, do açúcar), que o único partido que votou contra esses aumentos foi o Partido Comunista. Outros, acrescentou, depois vieram cá fora condenar o aumento que eles próprios votaram.

Referindo-se às amplas liberdades conquistadas pelo Povo Português, após o 25 de Abril, Carlos Costa disse, a propósito:

Quando acabar a discussão do socialismo original, teremos nós conquistado o socialismo.

Mais adiante, acentuou, dando como exemplos a nacionalização da banca e dos seguros, o esforço dos agricultores alentejanos, que vão tomando conta dos latifúndios por explorar convenientemente, a tomada de posição de trabalhadores que passam a dirigir a gestão de indústrias: Estamos a construir o socialismo em todas as liberdades, e afirmo querer que os socialistas trabalhem com os comunistas — afinal, o que desejam os trabalhadores socialistas.

«...Na construção de uma democracia a caminho do socialismo»

Continuando a analisar o actual momento político, teve ainda considerações sobre a economia nacional, nomeadamente no que ela deve ser no seu conjunto como consequência das nacionalizações. Aludiu à sabotagem ideológica que certas forças da reacção desentendiam e à actividade dos grupos esquerdistas, que são, de facto, grupos contra-revolucionários. Por fim e dentro desta sequência de ideias, Carlos Costa acentuou que estamos na construção de uma democracia a caminho do socialismo.

Sobre as eleições, o camarada Carlos Costa disse que as linhas da Constituição a votar estão determinadas pelo poder revolucionário do MFA e frisou que mesmo que as direcções de alguns partidos discordem, só podem dizer que concordam, pois o MFA tem o apoio do povo e das forças progressistas. Quanto à última remodelação ministerial, Carlos Costa disse que era há muito uma proposta do PCP e que agora a pasta da Economia está nas mãos de gente progressista. Na sequência, aludiu à situação dos agricultores e à urgência em definir uma política agrária.

A educação também mereceu considerações de Carlos Costa que discordou totalmente da existência de indivíduos que frequentam escolas e que não trabalham. Sobre o que se passa na Faculdade de Direito de Lisboa, considerou com urgência normalizar a vida naquela escola superior. A terminar a sua intervenção, Carlos Costa garantiu que não haverá intervenção dos americanos, mas haverá CIA e esclareceu: O povo seria armado e derrotaria qualquer agressor e nada indica que os americanos o façam de facto, pois seria extremamente perigoso e seriam derrotados. Disse, ainda, Carlos Costa que o seu Partido tem confiança nas eleições, mas acentuou que não está destruído o aparelho de Estado fascista, não estão criadas as condições de democratização, nem o Povo está esclarecido e concluiu: só pode haver um caminho: o socialismo.



Sessões e comícios Hoje

O Partido Comunista Português promove hoje as seguintes sessões e comícios:

- BEJA**
Alvito, às 21 e 30, sessão com o candidato Francisco Miguel, Pedrógão, às 21 e 30, sessão com o candidato Manuel Godinho, Vila de Frades, às 21 e 30, sessão com o candidato João Honrado.
- BRAGA**
Mira de Tibães (Amares), às 21 e 30, sessão na Escola Primária, Godinhães (Vila Verde), às 21 e 30, sessão na Escola Primária, Arcozelo (Barcos), às 21 e 30, sessão na Escola Primária.
- CASTELO BRANCO**
Benquerenças, às 21.
Alcofuzes, às 21 e 30.
Covilhã, às 21 e 30, no Grupo de Educação e Recreio Campos de Melo.
- COIMBRA**
Conferência de Intelectuais, às 21, com os candidatos Blaquê Teixeira e Vítor Moreira.
Coimbra, às 21, MINICOMÍCIO, na empresa Lufago com a presença dos candidatos José Augusto Marques e Carlos Luís Figueira.
Vila Nova da Barca (Montemor), às 21 e 30.
Casal de S. Pedro (Soure), às 21 e 30.
- ÉVORA**
S. Pedro de Corval, às 21 e 30.
Monsaraz, às 21 e 30.
S. Domingos Ana Loure, às 21.
Estremoz, às 21.
Campinho, às 21.
Orvillhos, às 21.
- FARO**
Ameixial, às 21.
Pera, às 21, na Sociedade Recreativa.
Monte Boi, às 21.
Praia de Faro, às 21 e 30.
Azinheiro, às 21 e 30.
Pelheiros, às 21 e 30, no Armazém.
Companheira, às 21 e 30, no Armazém.
Portimão, às 21 e 30 no Liceu.
- LEIRIA**
Monte Real, às 21 e 30, na Casa do Povo.
Piscosinos, às 21 e 30, na Sociedade 1.º de Maio.
- LISBOA**
Santa Iria da Azoia (Loures), às 21, COMÍCIO, na Sociedade Alhandra (Vila Franca de Xira), às 21, COMÍCIO, na Sociedade Euterpe com a presença do candidato Rogério Paulo e a Orquestra Sinfónica Popular.
Alenquer, às 21, no Mago.
Paúl (Alenquer), às 21 e 30.
Casais de Baixo (Azambuja), às 21.
Pragança (Cadaval), às 21.
Cascais, às 21 e 30, na Colectividade Arneiro.
Cascais, às 21 e 30, no Pavilhão dos Congressos.
Moscavide (Loures), às 21, na Sede do Atlético de Moscavide.
S. João de Teija (Loures), às 18, na Empresa Volvo.
St.ª Iria (Loures), às 21, na Escola Primária do Bairro Covina.
Loures, às 21, na Sociedade Ponte Louisa.
Ponte de Frielas (Loures), às 21, no Pavilhão da Junta de Freguesia.
Lisboa, às 17 e 30, na Estação da Carris do Arco do Cego.
Lisboa, às 17 e 30, na Urbanização (R. Ferreira Lapa, 49, c/v).
Lisboa, às 19, na AGPL (refeitório de St.ª Apolónia).
Lisboa, às 18 e 30, sessão do CTM — Lisnave (refeitório da Lisnave — Rocha).
Lisboa, às 18, nos Produtos Cortiços (Av. Infante D. Henrique).
Beato (Lisboa), às 21, no Ateneu da Madre de Deus (R. Nicolau Tolentino).
Lisboa, às 18, na Sector (Av. Infante D. Henrique).
Lisboa, às 18, na Caixa Central dos Trabalhadores Migrantes (R. da Junqueira, 112).
Barros (Mafra), às 21.
Sobreiro (Mafra), às 21.
Venda-a-Nova/Amadora (Oeiras), às 18 e 30, no Clube Rangal.
Alfragide (Oeiras), às 17, nos Cabos Ávila.
Queluz de Baixo (Oeiras), às 18 e 30, no Clube Recreativo Os Fixos.
Oeiras, às 21 e 30, na Escola Preparatória Conde de Oeiras.
Cacém (Sintra), às 21 e 30, no Atlético Clube.
Lameiras (Sintra), às 21 e 30, na Escola Primária Nova.
Freiria (Sobral de Monte Agropo), às 21 e 30.
Campelos (Torres Vedras), às 21 e 30.
Bombardeiro (Torres Vedras), às 21.
Carregueira (Torres Vedras), às 21.
Casal da Coxá (Vila Franca de Xira), às 19.
Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira), às 18 e 30, na Empresa Metal.
Póvoa (Vila Franca de Xira), às 18, na Empresa Presmalte.
Alverca (Vila Franca de Xira), às 18, na Empresa Presidente.
- PORTALEGRE**
Portalegre, às 21, no Pavilhão Gimnodesportivo.
- SANTARÉM**
Meia-Via (Torres Novas), às 21, na Sociedade Euterpe Melisviense.
Salvaterra de Magos, às 21, no Cineteatro.
Tomar, às 21, no Sálão dos Bombeiros.
Minde (Alcanena), às 21, na Casa do Povo.
Cortaxo, às 21, no Sálão da INATEL.
Coço (Coruche), às 21, no cinema.
Pias (Ferreira do Zêzere), às 21.
Molta do Norte-Atalaia (Barquinha), às 21, no Clube União e Recreio.
Tojosa — S. Vicente Paul (Santarém), às 21 e 30.
Vale Calvo — Bezela (Tomar), às 21.
Andros — Sardoal, às 21, na Escola.
Carregueiros (Tomar), às 21.
- SETÚBAL**
Alcozer, às 21, no Olivel Queilamo.
Alcochete, às 21, nos Armazéns de Barrico.
Almada, às 21 e 30, no Centro de Férias da INATEL — Costa de Caparica.
Almada, às 21 e 30, na Cooperativa Praglanense.
Monte da Caparica (Almada), às 21 e 30, no barreção Banático.
Barreiro, às 21, na União Penlense.
Barreiro, às 18, no refeitório da CUF.
Grândola, às 21, na Escola Águia de Ramada.
Grândola, às 21, na Escola Cilha do Pascoal.
Montijo, às 21, na Esplanada Miranda Jardim.
Santiago do Cacém, às 21 e 30, na Casa do Povo de S. Domingos.
Santiago do Cacém, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa de Aldeia-Ermidas.
Seixal, às 21, COMÍCIO, no Independente Futebol Clube Torreense Torre da Marinha.
Seixal, às 21, na Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense.
Seixal, às 21, no 18 Futebol Clube — Cruz de Pau.
Sesimbra, às 21, na Sala de Baile de Caixas — Carlos Veríssimo.
Setúbal, às 21, no Pavilhão do Clube Naval.
Sines, às 21, no Instituto de Obras Sociais.
- VIANA DO CASTELO**
Santaros (Vila Nova de Veirana), às 21 e 30, na Escola Primária.
Deocriste, às 21 e 30, na Casa do Povo.
- VILA REAL**
Sabroso, às 21, COMÍCIO, no Sálão dos Bombeiros.
- VISEU**
Abraveses (Viseu), às 21, no Clube dos Pauliteiros.
Manhoes (S. Pedro do Sul), às 21, na Escola Primária.
Reriz (Castro D'Aire), às 21, na Sala de Teatro.
Valeira (S. João da Pesqueira), às 21, na CAT.
St.ª André (Mangualde), às 21 e 30, na Escola Primária.
Vilar Seco (Nelas), às 21 e 30.
Águas Boas (São), às 21 e 30, na Escola Primária.



COMUNISTAS E CATÓLICOS SEIS PERGUNTAS E SEIS RESPOSTAS

É JUSTO DIVIDIR OS PORTUGUESES ENTRE CATÓLICOS E NÃO CATÓLICOS?

O que une ou separa os portugueses não é a diferença de concepção filosófica do mundo, não é a religião ou o ateísmo, mas os seus interesses vitais e as suas posições em relação aos problemas fundamentais que se colocam ao nosso povo.

Os operários católicos e não católicos são igualmente explorados, têm os mesmos interesses e as mesmas aspirações. O mesmo sucede aos camponeses e a outras classes e camadas da população. Hoje, no nosso país, as massas populares estão empenhadas numa mesma luta contra a reacção, pela defesa e consolidação das conquistas democráticas, pelo desenvolvimento do processo revolucionário em benefício de todo o povo. Dividir os portugueses entre católicos e não católicos significaria abrir uma brecha no movimento popular de que só poderiam aproveitar-se os reacçãoários, inimigos do povo.

Por isso, hoje como ontem, o Partido Comunista Português opõe-se firmemente à divisão dos portugueses entre católicos e não católicos.

OS COMUNISTAS DEFENDEM A LIBERDADE RELIGIOSA?

Para nós, comunistas, cada um deve ser absolutamente livre de professar a religião que quiser ou de não professar religião nenhuma.

Por isso opomo-nos a quaisquer atitudes que possam ferir os sentimentos religiosos e mostramos na nossa actividade prática ser essa a nossa orientação.

Plena liberdade de consciência, plena liberdade de crença e prática de culto — este é o objectivo por que lutamos e queremos que seja uma realidade no Portugal democrático que estamos construindo.

Na sociedade socialista por que lutamos não haverá discriminação por se ter ou não ter uma crença, praticar ou não praticar um culto.

Os comunistas são absolutamente contrários, para hoje e para amanhã, a quaisquer perseguições ou discriminações sociais por motivos religiosos.

HÁ MOTIVOS PARA A COOPERAÇÃO ENTRE COMUNISTAS E CATÓLICOS?

Nós, comunistas, temos uma concepção científica do mundo, o marxismo-leninismo, cujos objectivos últimos são o fim da exploração do homem pelo homem, a construção do socialismo e do comunismo — a sociedade da mais completa justiça social.

O Partido Comunista entende que as convicções religiosas, por si só, não são susceptíveis de afastar os homens na realização de um programa social e político e que, desta forma, comunistas e católicos podem e devem unir-se em defesa dos seus anseios comuns: em defesa dos interesses dos deserdados e ofendidos, do povo e do país.

Os comunistas têm provado que não têm outro objectivo na vida que não seja servir o povo trabalhador e a pátria. Por essa causa deram e continuam a dar todas as suas energias, foram perseguidos e torturados, lançados longos anos nas prisões, privados de tudo e por vezes assassinados.

Qualquer pessoa de sentimentos honrados, animada pelo ideal

cristiano, sentir-se-á mais próxima dos comunistas, que não são católicos, do que daqueles que se dizem cristãos sem alguma vez o terem sido.

ESSA COOPERAÇÃO TEM EXISTIDO?

Durante o fascismo, nós comunistas, na nossa luta diária contra a exploração, fizemos a unidade com os trabalhadores católicos. Nos últimos anos, vastos círculos católicos, abrangendo leigos e sacerdotes, acitaram o diálogo fraternal e a cooperação com o Partido Comunista.

Na sua esmagadora maioria, os católicos estiveram contra o fascismo e reprovaram a política reacçãoária do alto clero. Católicos eram muitos trabalhadores, estudantes, soldados e intelectuais que lutaram ao lado dos comunistas contra a política de fome, de terror, de obscurantismo, de guerra, do regime fascista.

Depois do 25 de Abril, comunistas e católicos, assim como outros portugueses de outras convicções e crenças, participam activamente no processo democrático e de descolonização.

Um futuro de amizade e entendimento abre-se a todos quantos desejem pôr fim às injustiças sociais e construir em Portugal uma nova sociedade que corresponda aos interesses, às aspirações e aos objectivos das classes trabalhadoras e do povo.

QUAIS DEVEM SER AS RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E O ESTADO?

Durante o fascismo, pela política reacçãoária dos seus chefes, a Igreja não se manteve nos limites da actividade religiosa. Tomou uma posição aberta de apoio à ditadura fascista. Colocou-se sistematicamente ao lado dos monopólios contra as classes trabalhadoras, apoiou a política de terror contra as massas populares, apoiou a perseguição aos democratas, ateuou a perseguição aos comunistas, apoiou a política colonialista e a guerra colonial.

Estas realidades não podem ser desmentidas. As posições reacçãoárias, repetidamente assumidas no passado pelo clero mantêm-se infelizmente em alguns casos. Certos jornais paroquiais, pela sua quebra anticomunista, identificam-se com as forças mais reacçãoárias. Não servem a Igreja nem o povo.

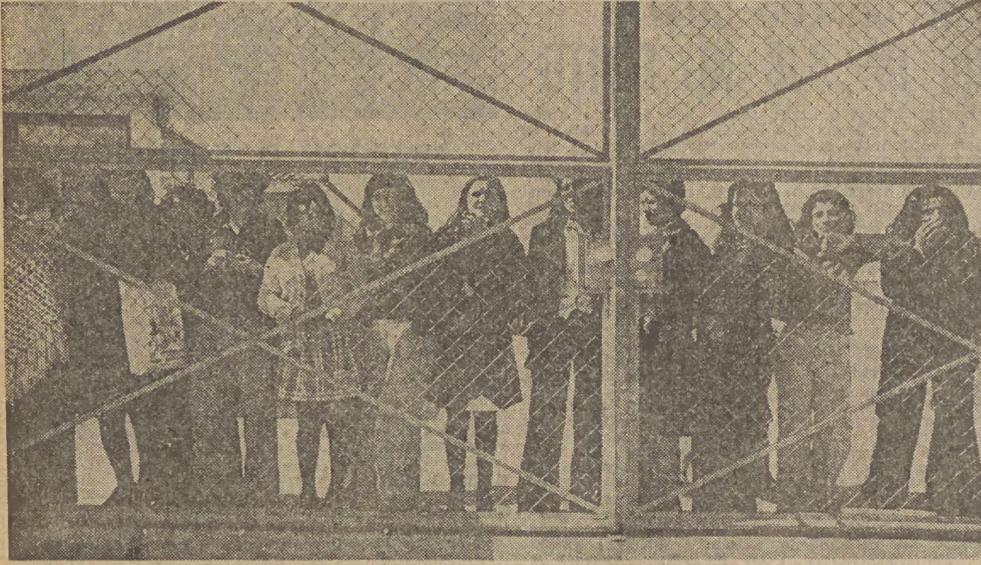
Os comunistas defendem a existência de boas relações do Estado com a Igreja. Apenas se deve exigir que o alto clero se não sirva da Igreja para fazer política.

UM CATÓLICO PODE PERTENCER AO PARTIDO COMUNISTA?

Pode ser membro do Partido Comunista Português todo aquele que aceite o Programa e os Estatutos do Partido, milita n'uma das suas organizações e pague a cotização estabelecida pelo Partido.

Nas fileiras do Partido Comunista militam operários e outras pessoas de formação religiosa — católicos e protestantes — muitos deles com inúmeras provas de espírito de luta e de firmeza perante o inimigo. São católicos alguns dos candidatos comunistas à Assembleia Constituinte.

Nós, comunistas, desejamos que todos aqueles católicos que se identificam conosco nas soluções para os grandes problemas nacionais e nos ideais de justiça social, que conosco desejam a edificação duma sociedade socialista, que se dispõem a aceitar a linha política e a disciplina do Partido, e que só não se identificam conosco porque mantêm as suas crenças religiosas — desejamos que tais católicos, sacerdotes ou não, venham ao nosso Partido, onde não há qualquer reserva para eles.



As operárias de piquete mantinham-se vigilantes à entrada da fábrica

CALDAS DA RAINHA

DESPEDIMENTO COLECTIVO AMEAÇA A ÁUDIO MAGNÉTICA

A administração da Audio Magnética, nas Caldas da Rainha, pretende despedir 122 trabalhadores, como solução única e final de todos os problemas que nos afligem, conforme se lê no comunicado distribuído na empresa. Mais uma vez, os capitalistas pretendem que os sacrifícios sejam suportados única e exclusivamente pela classe trabalhadora para que os seus lucros escandalosos não venham a ser afectados.

A Audio Magnética, empresa de capital norte-americano, é o caso típico da colonização industrial a que estava submetido o nosso país durante o fascismo. Utilizando uma mão-de-obra mal paga e que sob todos os pretextos era explorada, o capitalismo internacional investiu no nosso país de molde a erguer uma fábrica que, empregando cerca de 800 trabalhadores, apenas se dedicava à produção de cassetes para gravadores. Depois, seguiu-se o velho esquema da subfaturação, isto é, o produto acabado era faturado a um preço inferior ao preço de custo. Em seguida o material era exportado para a Suíça onde ficava em depósito e a partir daí era vendido para todos os mercados internacionais, beneficiando dos lucros chorudos que, como todos sabemos, os capitalistas não dispensam. Deste modo, o nosso país era

lesado duas vezes: em primeiro lugar, os trabalhadores recebiam salários de miséria; e em segundo lugar, os lucros do trabalho produzido em Portugal eram arrecaçados num país estrangeiro.

Despedir não é solução

Inaugurada em Junho de 1972, a fábrica não foi uma benesse do capitalismo para criar novos postos de trabalho no nosso país. Na realidade, o que se procurou foi aproveitar a nossa mão-de-obra barata e desprovida de qualquer defesa, para deste modo auferirem lucros exorbitantes. E podemos estar certos que esses lucros foram conseguidos. Presentemente, e porque não estão dispostos a renunciarem a esse lucro elevado, é que os capitalistas, perante a crise do mercado internacional, pretendem manter a sua situação de privilégio, lançando no desemprego mais de uma centena de trabalhadores.

A crise que se verifica nas democracias burguesas, onde os sacrifícios continuam a ser pagos unicamente pelas classes trabalhadoras — basta ver a onda de desemprego que afecta a Alemanha Ocidental, a França e os próprios Estados Unidos, entre outros —, são bem o exemplo do futuro que não interessa às classes trabalhadoras do nosso país.

No caso da Audio Magnética, apetrechada para fabricar cassetes para gravadores, uma reconversão da fábrica para passar a produzir outros produtos de primeira necessidade é muito remota e o consumo interno é quase insignificante para o poder de laboração da fábrica. Assim, vendo que as vendas estavam a baixar, a administração, em Janeiro deste ano, encontrou a grande solução para os seus problemas e fez conhecer aos trabalhadores a seguinte proposta: ou eram despedidos 162 trabalhadores ou então reduzia-se o horário de trabalho de 8 para 6 horas diárias, no respeitante às secções de montagem, leader e bobinador. Perante as duas soluções apontadas pela administração, os trabalhadores escolheram a redução do horário de trabalho, tendo em conta que a situação seria provisória (a administração declarou então que o período de redução se prolongaria por 18 meses) e que as outras secções da fábrica iriam igualmente participar no novo esquema de laboração. Mas tal não sucedeu e dentro em pouco o administrador António Figueiredo Lopes declarava já que a única hipótese de sobrevivência da empresa consistia no despedimento colectivo.

Assim, quando a Comissão de Delegados Sindicais apresentou um estudo para a resolução do conflito de trabalho existente e aprovado num plenário de trabalhadores, aquele administrador limitou-se a responder com uma lista de 122 operárias, solteiras com menos de 20 anos, sem encaigos, que po-

deriam vir a ser despedidas, segundo as suas palavras. Entretanto, durante aquele período tinham-se já demitido cerca de trinta trabalhadoras, quase todas aliciadas com a indemnização que iriam receber.

Mas os trabalhadores não aceitaram os despedimentos e reagiram prontamente contra a manobra do patronato estando dispostos a não recuar mais. Embora a fábrica não esteja ocupada, piquetes de operárias mantêm dia e noite a sua vigilância precisamente para evitar novas manobras do patronato.

Trinta e cinco contos por mês

Como nos informaram os trabalhadores da fábrica e alguns delegados sindicais com quem conversámos, a empresa não tem quaisquer possibilidades de ser reconstruída. Montada para fabricar cassetes, só «cassetes» poderá fabricar. Neste aspecto o mercado nacional era fraco — bastava o trabalho de uma semana por ano para abastecer todo o País, que consome cerca de um milhão de «cassetes». O resto da produção, cerca de 40 milhões, destinava-se exclusivamente para a exportação. Por outro lado, sete empresas nacionais dependem em grande parte daquela empresa, para a qual destinam a maior parte da sua produção.

Portanto, caso os trabalhadores ocupassem a fábrica logo a solidariedade capitalista interviria para que todos os mercados que agora existem se fechassem imediatamente. A possibilidade de novos mercados só seria viável caso o comércio externo estivesse nacionalizado.

Como é evidente a presente situação, em que o desemprego ameaça 122 trabalhadoras, não afecta o administrador António Figueiredo Lopes, ex-vice-presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha durante o regime fascista e que auferia 35 contos de ordenado, para além da empresa lhe pagar várias despesas, incluindo tabaco, almoços e gasolina, conforme nos esclarecem os trabalhadores. Foi talvez por não querer que o seu ordenado fosse reduzido que o referido senhor não concordou que a redução de horário de trabalho, com a consequente redução de salário, fosse extensiva a todas as

secções. Ao proceder deste modo procurava também criar uma divisão entre os trabalhadores que melhor favorecesse os desígnios dos seus patrões americanos.

Na unidade a vitória

Muito embora certos políticos que dizem defender os trabalhadores afirmem que se podem fazer pactos com os monopólios, latifundiários e grandes capitalistas, isso é impossível. O capitalista procurará sempre aumentar os seus lucros e para isso não olha à exploração nem a processos — serão sempre as massas trabalhadoras a sacrificarem-se em benefício de uma minoria.

Só a luta das classes trabalhadoras pode pôr termo a estas situações. E para isso importa que os trabalhadores não se dividam, tendo em conta que o seu inimigo comum é, e continuará a ser, os grandes monopólios e os detentores do capital, que não hesitam em aproveitar as divisões dos trabalhadores para melhor lhes imporem a sua vontade.

Perante os despedimentos que a Audio Magnética pretende efectuar, só a firme unidade dos trabalhadores das várias secções da fábrica se pode opor, pois se o patronato conseguir vencer nesta manobra outras se seguirão certamente e não tenhamos dúvidas, serão sempre para explorar ainda mais a classe trabalhadora.

Quando a nossa reportagem estava já composta chegou-nos a informação de que uma reunião recente no Ministério do Trabalho, entre o secretário de delegados sindicais e a administração da Audio Magnética tinham acordado não se verificar mais nenhum despedimento sem justa causa e que a redução do horário de trabalho com a consequente redução de vencimento seria extensiva a todos os sectores do trabalho da fábrica, como os trabalhadores tinham proposto. Por este motivo, os piquetes deixaram de se fazer.

Muito embora os trabalhadores não tivessem conseguido uma vitória completa — que seria manter as anteriores condições de trabalho —, o certo é que um passo importante foi dado: impedir que 122 operárias fossem despedidas.

A nossa reportagem, embora atrasada em relação aos últimos acontecimentos, não perdeu, contudo, o seu valor documental. Por isso a publicamos.

PARA BREVE A VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Segundo tudo indica, a luta dos trabalhadores da fábrica de limas Duarte Fêiteira, de Leiria, terminará dentro em breve com a vitória dos operários. Numa luta dura já desde Julho de 1974, quando a administração começou por recusar o cumprimento do contrato colectivo de trabalho acordado, determinaram o caminho para a vitória, a unidade dos operários da fábrica e a solidariedade dos outros trabalhadores, que ajudaram os seus camaradas monetariamente.

Em Julho de 1974 a administração não efectuou o pagamento do mês anterior, afirmando mesmo que não tinha dinheiro para pagar em conformidade com o contrato colectivo anterior. Perante esta situação, os trabalhadores entraram em greve, que dura há cerca de três meses, e a fábrica é ocupada por piquetes de operários, que mantêm a vigilância das instalações.

Durante esse período realizaram-se vários plenários de trabalhadores e é eleita uma comissão de trabalhadores, que até à data não existia. E essa comissão de trabalhadores que se vai encarregar das negociações com a administração. Esta, por sua vez, tenta várias manobras divisionistas, afirmando nomeadamente que viriam a cumprir o contrato colectivo em Maio de 1977 e, ao mesmo tempo, tenta influenciar os trabalhadores a retomarem o serviço. Para isso, utiliza alguns trabalhadores que se prestam a andar de casa em casa para seduzirem os seus camaradas, afirmando nomeadamente que apenas faltava a sua concordância para a fábrica voltar a trabalhar. Mas a manobra não resulta e os poucos trabalhadores que regressam aos seus postos rapidamente verificam que foram ludibriados. A greve continua.

A solidariedade dos trabalhadores

A luta continuou mais unida por parte dos 90 trabalhadores, que decidiram tomar medidas energéticas para salvaguarda dos seus interesses, entre as quais a venda dos «stocks», pois durante o período de greve apenas receberam 2500\$00 por cada trabalhador, resultante da solidariedade da classe operária. Os «stocks» existentes estavam então avaliados em cerca de 3500 contos, e não chegaram a ser vendidos porque, entretanto, a administração sugeriu uma reunião com a comissão de trabalhadores, no Ministério do Trabalho, em 25 de Setembro.

Nessa reunião, a delegação patronal prontificou-se a cumprir o contrato colectivo de trabalho, ficando a liquidação das diferenças salariais em atraso (respeitando a férias, subsídio de férias, diferenças dos dois meses em atraso e, eventualmente, o subsídio de Natal), a fixar pela Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, que, nesse tempo, iria fazer um estudo às possibilidades do futuro da firma.

Entretanto, este estudo foi pouco depois recusado pela entidade patronal e o fim do ano veio sem que os problemas dos trabalhadores ficassem resolvidos.

Desinteresse do patronato

Notando o desinteresse do patronato em tentar resolver os problemas da empresa, tanto mais que este não dava um passo junto da Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas — o que levou esta entidade a encerrar o processo, tendo em conta que o patronato não se mostrava interessado e, por outro lado a desconfiança que os bancos demonstravam quanto a um possível financiamento, em virtude da administração não ter pago as amortizações dos investimentos anteriores — e, verificando que durante o período de Setembro a Dezena dos «stocks» da fábrica foram vendidos, ficando redu-

zidos a mil contos, juntamente com o que foi produzido durante o referido tempo, e que o dinheiro obtido não foi utilizado na compra de novas matérias-primas, os trabalhadores decidiram através do Ministério do Trabalho forçar a administração a nova conversação, para que esta se pronunciasse sobre o que pretendia fazer.

Durante a reunião, que se realizou a 8 de Janeiro deste ano, a administração alegou

Fábrica de Limas Duarte Fêiteira



Dois trabalhadores da fábrica Duarte Fêiteira falando à nossa reportagem

não saber porque tinha sido convocada, pelo que não tinham nada a dizer. O diálogo, como se comprovava, era impossível.

Autogestão provisória

A partir do dia seguinte, os trabalhadores decidiram impedir a entrada nas instalações da fábrica da administração ou de qualquer accionista. E desde essa data começaram um regime de autogestão, que sabiam provisória, mantendo, no entanto, a possibilidade de diálogo com a administração, desde que tal se revestisse de interesse para os trabalhadores.

Sabiam os trabalhadores que a autogestão não poderia resultar, na medida em que a solidariedade capitalista se iria fazer sentir inevitavelmente, no sentido de boicotar a sua iniciativa. O que veio a suceder. Por isso, solicitaram a nacionalização da empresa ao abrigo do Decreto-Lei 660/74 que, segundo os trabalhadores, poderia permitir a criação de novos postos de trabalho, já que as dificuldades da empresa não resultam da falta de mercados, mas sim de uma deficiente administração. No entanto, a nacionalização pedida não se chegou a efectuar.

Entretanto, a partir de 24 de Janeiro, e como nenhuma solução se avizinhava, os trabalhadores começaram a vender a produção, realizando até agora cerca de 200 contos, quantia manifestamente insuficiente para aguentar os salários do pessoal.

A produção da fábrica de limas Duarte Fêiteira destinava-se quase exclusivamente para a exportação, e apenas 25 por cento era consumido pelo mercado nacional. Em

TRANSFORMAÇÃO DOS SINDICATOS DOS ESCRITÓRIOS E CAIXEIROS

Realiza-se amanhã e sábado, nas instalações da ex-FNAT em Coimbra, um Encontro Nacional das Direcções dos Escritórios e Caixaeiros, estando o início dos trabalhos marcado para as 15 horas do dia 11.

No primeiro dia, serão abordados os temas «Inspeção do Trabalho», que terá a presença do Inspector Superior do Trabalho, dr. Joaquim Correia, e «Plano Económico, Nacionalizações e Outras Medidas Antimonopolistas», cuja discussão será orientada pelo dr. Eugénio Rosa.

No dia 12, membros do secretariado da Intersindical orientarão os trabalhos referentes ao tema «Estruturação sindical — sindicatos por ramos de actividades».

As 17 horas do mesmo dia serão apreciadas, com a presença de funcionários do Ministério do Trabalho, as conclusões do Encontro, que se pretende que aponte medidas concretas quanto à transformação dos actuais sindicatos de escritório e caixaeiros. Este Encontro foi precedido de uma reunião preparatória realizada no passado sábado, igualmente em Coimbra, entre as direcções das Federações de Sindicatos de Empregados de Escritório Norte e Sul, Direcções das Federações de Sindicatos de Caixaeiros Norte e Sul e as Direcções dos Sindicatos nas Federações.

período normal, a empresa vendia cerca de 800 contos mensais, e os principais compradores eram os Estados Unidos, Venezuela, Porto Rico, Grécia, Bolívia, Equador e Brasil. No entanto, como todos esses contactos estão na posse da administração, os mercados externos ficaram imediatamente vedados aos trabalhadores. No mercado nacional, também se verificou uma retracção, resultante da solidariedade dos capitalistas,

vesse no rendimento normal. Paralelamente, não fazia sentido estarem a produzir para armazenar, utilizando muitas vezes o dinheiro oferecido pelos trabalhadores para comprar matérias-primas, e depois o patronato beneficiar de uma situação para a qual não tinha contribuído.

Mas novas perspectivas se abrem para a luta dos trabalhadores da Duarte Fêiteira. Segundo nos informou António Cravo, fiel de armazém

Uma resolução para breve

As limas não têm crise de vendas, não são como os perfumes — afirmamos Saul Fragata, picador de limas e membro da comissão de trabalhadores da Duarte Fêiteira, o qual explica que todas as outras fábricas cumprem os contratos colectivos de trabalho e não têm falta de compradores. A única dificuldade é assegurar as encomendas que chegam de todas as partes.

Neste último período, em que os trabalhadores têm estado a ocupar a fábrica, os operários apenas receberam 1500\$00 no mês de Fevereiro e, no mês de Março, receberam o ordenado por inteiro, em virtude de um empréstimo de 300 contos do Ministério do Trabalho.

No entanto, resolveram parar, pois só havia trabalho para cerca de 20 operários, o que provocaria uma desmoralização entre os outros trabalhadores, e porque as despesas necessárias para a laboração daqueles 20 operários iriam agravar enormemente o custo da produção, na medida em que a fábrica necessitaria de todos os fornos acesos e todas as máquinas a trabalhar, como se esti-

o membro da comissão de trabalhadores, recentemente a administração ter-se-ia comprometido a assinar o processo de financiamento por parte da Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, o que permitiria pagar os atrasados aos trabalhadores — alguns os patrões devem cerca de 20 contos —, num total próximo dos 1500 contos, e aos fornecedores. E, desde que a administração assumia as suas responsabilidades, a empresa poderia avançar decididamente e todas as dificuldades poderiam ser ultrapassadas, já que possuem grandes mercados e outros poderão ser procurados.

Por último, um dos factores que os trabalhadores da Duarte Fêiteira gostam de salientar é o apoio que desde a primeira hora receberam do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, o qual nunca se poupou a esforços nem a despesas para ajudar a luta que se desenrolava na fábrica de limas.

A luta dos operários da fábrica de limas Duarte Fêiteira, que dura há mais de nove meses e cujo termo se avizinha, com a vitória dos interessados imediatos da classe trabalhadora, que é o direito ao trabalho e o respeito pelos acordos assumidos, é bem o exemplo de que na unidade os trabalhadores vencerão.

VIANA DO CASTELO

TRABALHADORES DOS ESTALEIROS CONTRA NOVO ADMINISTRADOR

Relativamente à inesperada admissão de um novo administrador nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a Comissão de Trabalhadores divulgou um comunicado em que se afirma:

— Que o Conselho de Administração impondendo um novo Administrador, sem conhecimento prévio dos trabalhadores da Empresa, mantém um espírito autoritário característico do período anterior ao 25 de Abril, já revelado em decisões anteriores, que mereceu o mais vivo repúdio dos trabalhadores.

— Que a admissão deste novo Administrador não satisfaz o ponto 12 da Lista de Reivindicações aprovada em RGT, uma vez que nunca esteve no espírito dos trabalhadores o aumento do número de Administradores, mas sim a fixação domiciliária dos existentes nesta cidade.

— Que só pelo facto de os actuais Administradores não estarem na disposição de abdicar dos seus privilégios de viver em Lisboa, o Conselho de Administração se propôs recorrer ao artifício de admitir um novo Administrador que, embora residente nesta cidade, não tem qualquer experiência de construção naval, nem de Administração de Empresas.

— Que a situação criada pelo Conselho de Administração em nada viria alterar o regime de COLONIZAÇÃO em que, estes Estaleiros sempre têm vivido, atendendo a que, face às circunstâncias em causa, as decisões para resolução dos problemas da Empresa continuariam a estar dependentes da Lisboa, onde o Administrador-Delegado e os restantes Administradores persistem teimosamente em residir, sobrepondo o seu bem-estar aos superiores interesses da Empresa.

— Que a medida tomada não satisfaz, como atrás se diz, as reivindicações dos trabalhadores, e aumentaria, em contrapartida, as preocupações dos mesmos, face ao novo encargo assumido com

a admissão do novo Administrador, num período em que se impunha que um clima de austeridade nosse os destinos destes Estaleiros.

— Que a decisão tomada atraiu a afirmação feita pela Administração no parágrafo 2.º a) do seu Comunicado de 21/2/75, onde se lê: «uma maior responsabilização de todos os intervenientes, com especial exigência para os chefes a todos os níveis (inclusive os Administradores)», o que deixava perceber que o número de Administradores existentes era suficiente para resolver os problemas desta Empresa, desde que ocupassem permanentemente os seus postos de trabalho nestes Estaleiros.

— Que a verificar-se a necessidade absoluta da admissão de um novo Administrador, fosse dada oportunidade a qualquer elemento dos quadros desta Empresa, já identificado com os trabalhadores.

Face às considerações expostas, os trabalhadores destes Estaleiros declaram:

— Não aceitar a admissão do novo Administrador, por esta solução não satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, as quais visam, única e exclusivamente, o progresso da Empresa.

— Exigir que, no prazo máximo de 30 dias, os restantes administradores, com excepção do Administrador Comercial (Dr. Luís Lacerda), passem a desempenhar as suas funções nestes Estaleiros, sob pena de os trabalhadores se verem forçados a promover o seu saneamento.

Entretanto, este comunicado foi precedido do telegrama do seguinte teor, que a Comissão de Trabalhadores endereçou ao Conselho de Administração destes Estaleiros:

De acordo com o comunicado que oportunamente lhes será entregue, exigem trabalhadores estaleiros suspensão imediata do novo administrador Trigo Delgado.

Novos livros Estampa

O QUE É O MARXISMO?
V. I. Lenin
Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 8
Preço: 30\$00

LUTA SINDICAL LUTA POLÍTICA
Lenin
Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 9
Preço: 50\$00

O SENTIDO DO REAL
(Um Comunismo para o Nosso Tempo)
Pierre Juquin
Teses, n.º 13
Preço: 100\$00

O PARTIDO COMUNISTA NA SOCIEDADE SOCIALISTA
N. Geuzner
Cadernos Políticos, n.º 15
Preço: 30\$00

POLÍTICA DE EMERGENCIA ECONOMICA NACIONAL
Júlio Martins
Teses, n.º 12
Preço: 30\$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua de Escola do Exército, 9, f.c., Dto.
Telef. 55 56 63 Lisboa-T

ASSINA O "AVANTE!"

No local de trabalho, as operárias expõem os seus problemas



Os deficientes também têm um papel a desempenhar na construção do Portugal novo

NO CENTRO DE REABILITAÇÃO DA AREOSA

OS DEFICIENTES QUEREM AJUDAR NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Isto aqui tem o nome de Centro de Reabilitação, mas davam-nos determinadas máquinas de maneira nenhuma adaptadas aos deficientes. O que se fazia aqui, era produzir no sentido capitalista, e não reabilitar. Trabalhava-se para empresas que nos exploravam, juntamente com os serviços ligados ao Centro de Reabilitação. Quer dizer, o deficiente não saía daqui com uma qualificação de trabalho. Saía daqui a saber o mesmo que quando entrou — começou por nos afirmar um estagiário internado no Centro de Reabilitação da Areosa, onde os 65 deficientes se encontram em greve desde 28 de Janeiro, interrompida no dia 13 de Março para uma manifestação de solidariedade e apoio ao MFA na luta contra o golpe reaccionário de 11 de Março.

Os estagiários do Centro de Reabilitação da Areosa viveram sob a mais feroz exploração capitalista, e disso nos deram conta os deficientes com quem falamos, perfeitamente conscientes da sociedade em que vivem agora. Muitos deles ficaram inutilizados por acidentes de trabalho e, agora, esperando encontrar no Centro de Reabilitação uma escola de aprendizagem profissional que lhes garanta o regresso à vida normal, os deficientes apenas vêm pela frente todo o tipo de exploração e condicionamentos.

No Centro de Reabilitação da Areosa os deficientes faziam peças e outras obras para a Cidra, Mecana-Têxtil, Electromecânica, etc., e, até há bem pouco tempo, recebiam pelo seu trabalho apenas 400 a 600 escudos mensais. A par disso, havia por parte da direcção do Centro toda uma série de proibições repressivas, funcionando à boa maneira fascista.

Queremos oficinas-escolas para uma verdadeira recuperação

Fizemos uma série de reivindicações já depois do 25 de Abril. Uma delas foi o saneamento da direcção, substituída por uma comissão de gestão, formada por estagiários (deficientes) e técnicos. Devido a uma divergência entre um técnico e uma assistente social, foi nomeado para cá um delegado do Governo, que se interessou totalmente pela reestruturação do centro. Nós demos-lhe todo o apoio e sabemos agora que as reivindicações que fizemos ao Ministério dos Assuntos Sociais e estiveram na origem da nossa greve vão ser todas atendidas.

Queremos uma reabilitação a sério. Que nos sejam dadas máquinas adequadas às nossas condições, não só para produzir, mas para reabilitar. Temos aqui elementos que produzem milhares de peças por dia, uns mais que outros, e concerta até mais do que alguns trabalhadores não deficientes. No entanto, o ordenado, que se pode considerar um subsídio ou uma esmola, é de 900 escudos, e há pouco tempo era de 400, 600, e 100 escudos se fosse o primeiro mês de trabalho.

Nós queremos oficinas-escolas para uma verdadeira reabilitação que nos possibilite participar na construção do nosso país.

Queremos, como qualquer pessoa normal, participar na produção, e não continuar a ser a mão-de-obra mais que barata que determinadas entidades patronais continuam a procurar.

Depois do 25 de Abril, muitas das empresas que se serviam destes deficientes, recusaram-se mais tarde a aceitar as novas condições de trabalho propostas pelos estagiários, a quem o actual director do Centro apóia totalmente.

No entanto, quanto às condições de tratamento, assistência medicamentosa e ensino, tudo se processa como se o 25 de Abril tivesse surgido ontem.

O nosso entrevistado disse-nos a terminar:

Queremos também participar no processo democrático em curso. É necessário que se acabe definitivamente com o paternalismo do público em relação aos deficientes físicos, que em Portugal são cerca

de 900 mil e fazem parte integrante da Nação. O paternalismo foi-nos deixado pelo fascismo e, portanto, temos de acabar com ele! Actualmente, estamos a tentar formar uma Associação Nacional de Deficientes que unifique todos os deficientes e organizações, e aproveite a vinda do «Avante!» para pedir a todos os deficientes que contactem ou se dirijam à delegação do Norte, a funcionar aqui neste centro.

Constituindo uma pequena parte dos milhares de jovens

PRAINHA-ALVOR (ALGARVE)

OS TRABALHADORES EM LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO

Os 193 trabalhadores do Grupo de Empresas Prainha (Prainha—Empreendimentos Imobiliários, SARL; Prainha—Empreendimentos Turísticos, SARL e Adeprainha—Administração da Aldeia da Prainha, Lda.) de que dependem cerca de 400 pessoas, não recebem os seus salários desde o mês de Dezembro de 1974 inclusive, subindo a dívida actual das empresas para com eles a cerca de 4800 contos.

Estamos a chegar ao limite das nossas forças. Outro dia não fui trabalhar por não ter dinheiro para os transportes... — a voz do trabalhador que se embargava pela emoção, num momento de desânimo traído a coragem de quem luta há longos meses. Mas logo a força destrutiva de quem sabe da justiça da luta quotidiana travada a vencer o desespero, a humana fraqueza: Estamos todos juntos no mesmo barco; não o abandonaremos. A sorte de um será a sorte de todos.

O processo desencadeado

COOPERATIVA AGRÍCOLA FORMADA EM CASEBRES

Trabalhadores da aldeia de Casebres, concelho de Alcaer de Sal, ocuparam a partir do princípio de Março seis herdades pertencentes a proprietários ausentes, num total de cerca de 1200 ha, e fundaram a Cooperativa Agrícola de Casebres, para trabalhar a terra ocupada.

A ocupação começou quando dois rendeiros, depois de terem tentado, por meios legais, arrendar terra para cultivar, sempre encontrando a recusa dos latifundiários ou então rendas que eram um verdadeiro roubo, decidiram ocupar cerca de 80 ha de sequeiro e regadio da herdade da Azenha Pintada, pertencendo a dois ingleses e escoceses, que se encontravam incultos. Nesta herdade os patrões, com um desprezo absoluto pelo povo da aldeia, tinham plantado cerca de 300 ha de eucalipto na zona onde se encontram as nascentes de água de que a população se quer servir, acabando por assecar assim completamente e mostrando bem o respeito que têm pelos povos que exploram.

Logo que souberam desta ocupação alguns assalariados da aldeia convocaram os dois rendeiros para uma reunião e propuseram que se ocupassem em conjunto mais terras e se fundasse uma cooperativa para as trabalhar. E foi isto que veio a acontecer.

Neste momento as máquinas dos rendeiros ainda estão a trabalhar à hora, mas a intenção da cooperativa, já decidida entre todos, é acabar com patrões e empregados entre os sócios, passando as máquinas para a cooperativa e recebendo os rendeiros o dinheiro da sua avaliação. Assim resolvem de uma maneira justa a contradição en-

tre os rendeiros e os assalariados, passando todos a viver apenas do seu trabalho. Grande exemplo dão estes camaradas de como os trabalhadores resolvem as suas contradições internas quando lutam unidos contra os seus inimigos mortais, o capitalismo e o imperialismo.

Nesta altura estão a trabalhar nas terras ocupadas 27 trabalhadores, mas já há 40 chefes de família inscritos na cooperativa, o que deve dar ao todo cerca de 100 pessoas.

Pensam já este ano fazer 20 ha de tomate, 50 de milho, 20 de alqueive para trigo e ainda desmatar as herdades. Para o ano estes números devem subir para 80 ha de regadio, 50 de milho, 600 de trigo e mais pomar, horta e criação de gado.

Os trabalhadores estão dispostos a alargar a cooperativa a toda a aldeia, ocupando as terras que for necessário, mas têm neste momento, um problema gravíssimo, que pode detur dar a perder, que é a falta de créditos e de ajuda em máquinas. Até agora os trabalhadores têm cultivado à sua custa sem receber ajuda nenhuma, mas esta situação não pode continuar. Logo depois das primeiras ocupações, os trabalhadores contactaram com o IRA e o MFA, que chegaram a ir à aldeia, e de ambos receberam promessas de apoio em dinheiro e máquinas. A cooperativa precisa no mínimo de 2500 contos de crédito e de dois tractores de rasto de empréstimo para poder trabalhar as terras, cobrir as despesas e manter os seus membros até às próximas colheitas. Sem isso, os trabalhadores só se podem aguentar mais 15 dias.

Apesar daqueles responsáveis terem deixado procuradores, as empresas lutam com manifesta ausência de gestão, encontrando-se os trabalhadores (no Algarve) em regime de subemprego desde Novembro passado, dada a paralisação de certas obras e a falta de materiais para terminar obras em curso.

A situação dos trabalhadores da Prainha é desesperante. Sem meios para podermos trabalhar, sem receber salário há cinco meses, clamam com justiça a imediata intervenção do Estado.

É urgente assegurar o normal funcionamento de gestão das empresas, regularizar os salários em atraso, apurar responsabilidades, tomar medidas que, no contexto do Plano Económico e Social, desenvolvam uma política que sirva os reais interesses do País. É urgente garantir o inalienável direito ao trabalho.

Muito embora se tenham verificado dificuldades logo no início das negociações para o Contrato Colectivo de Trabalho a nível nacional, dos trabalhadores da indústria de panificação, a comissão sindical de negociação conseguiu acordar os seguintes pontos, em defesa da classe que representa: Durante o período de negociações e até acordo final relativo ao Contrato Colectivo de Trabalho, ficarão proibidos todos os despedimentos sem justa causa; as remunerações que venham a ser acordadas terão efeitos retroactivos a partir de 1 de Abril deste ano; as condições que venham a ser acordadas a respeito de férias e respectivos subsídios terão efeitos a partir de 1 de Janeiro deste ano, ficando abrangidos por estas condições os trabalhadores que eventualmente já

tenham gozado férias; e as negociações deverão ficar concluídas até ao próximo dia 22 de Abril.

Entretanto, os representantes da indústria obrigam-se ainda a apresentar a sua contraproposta de negociações até ao próximo dia 10 a todos os Sindicatos da Panificação.

A Comissão para a Negociação do Contrato Colectivo de Trabalho a nível nacional apela para a vigilância e unidade da classe e que todos os trabalhadores denunciem os boatos e manobras divisionistas e reaccionárias dos industriais que só visam enfraquecer a luta dos trabalhadores da panificação, lançando-os uns contra os outros e criando um clima propício ao enfraquecimento da posição sindical na mesa das negociações.

OS FERROVIÁRIOS A FAVOR DA NACIONALIZAÇÃO DA CP

A nacionalização da CP, considerada necessária e urgente para se alcançar a vitória do socialismo, proposta em moção no passado dia 5, no Pavilhão dos Desportos, fez levantar, numa entusiástica manifestação de apoio, os milhares de ferroviários que ali se encontravam reunidos em plenário da classe.

Apontadas também como urgentes a nacionalização das outras empresas de transportes e a reestruturação total do sector no sentido de um planeamento global dos transportes, a fim de que estes sirvam efectivamente o povo, e, ainda, a imediata publicação de legislação que permita o saneamento da CP.

Da nacionalização da CP esperam os ferroviários não somente a garantia de um melhor serviço ao povo, como a satisfação de reivindicações salariais. No entanto, como sublinhou um elemento da classe, como os caminhos-de-

ferro não dão lucro, é necessário que os trabalhadores se empenhem mais a fundo no trabalho, produzindo mais, porque é o povo que paga esses serviços, que, por seu turno, devem estar ao serviço do povo. Vamos construir o caminho-de-ferro que o povo precisa e a que o povo tem direito.

Definindo o que se entende por nacionalização, um orador explicou: Nacionalizar uma empresa quer dizer que essa empresa deixa de pertencer a um patrão, a um capitalista ou a um grupo de capitalistas para pertencer unicamente à Nação, isto é, ao povo.

A necessidade de manter uma rigorosa disciplina (não a disciplina cruel e arbitrária que até ao 25 de Abril impunham as hierarquias), de aumentar o transporte de mercadorias, de incentivar a produção e tentar reduzir os custos foram apontados como factores que põem à prova

a disposição da classe em participar activamente com o seu trabalho na construção de um novo caminho-de-ferro.

Como medida que permita desde já uma substancial redução de custos, foi apresentada uma proposta, que viria a ser aclamada, sobre a rescisão imediata dos contratos da CP com o consórcio Soma-Fel-Borie-Dehé, para a renovação da via, e com o Grupoement, para electrificação. Os trabalhadores consideram-se capazes de realizar todos os trabalhos da ferrovia, evitando assim o dispêndio de uma verba que é, sem dúvida, bastante elevada.

Gritando vibrantemente «Unidade e trabalho», palavras de ordem constantes deste importante plenário, os ferroviários demonstraram que estão empenhados na tarefa de reestruturação da CP. O saneamento, para o qual urge uma legislação revolucionária, constituiu uma condição indispensável a esta reestruturação. Sanear não é apenas banir a corrupção, o parasitismo, o fascismo da estrutura da empresa, mas ainda colocar cada trabalhador no local que lhe compete e em que pode ser mais útil à companhia.

Como último ponto tratado no plenário dos ferroviários, foram prestadas completas informações sobre o Acordo Colectivo de Trabalho, que satisfaz importantes reivindicações dos ferroviários, com excepção do que se refere a salários e a diuturnidades, que implicam encargos que ultrapassam em muito as verbas postas pelo Governo à disposição da administração. Mas não podem ser os trabalhadores os sacrificados. Contudo, que o dinheiro que falta venha a ser recuperado por mais economia na empresa, pelo saneamento e pela participação activa dos trabalhadores na vida da empresa, além de assumirmos o compromisso solene dos trabalhadores produzindo mais, diria uma delegada sindical, suscitando o aplauso dos ferroviários presentes.

Após o encerramento da ordem de trabalhos, um representante dos ferroviários reformados informaria sobre as diligências efectuadas no sentido de melhorar a sua situação quase dramática, insistindo no facto de os reformados só exigirem o direito de viverem como seres humanos.

IMPORTANTE VITÓRIA DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE SANTARÉM

Após uma luta reivindicativa, iniciada em Novembro, os operários agrícolas de

Santarém contam, finalmente, com uma nova convenção colectiva de trabalho. Esta vitória foi alcançada através de uma organização firme dos trabalhadores em torno do seu sindicato. Nem a campanha de boatos desenvolvida pelo patronato, com o conluio de trabalhadores traidores da sua classe, lograram enfraquecer a unidade dos trabalhadores. Como resultado trabalhadores que, até agora, não possuíam qualquer espécie de protecção legal, sujeitos a salários miseráveis e colocados na completa dependência do patronato que despedia a seu bel-prazer, a partir deste momento passam a contar com um instrumento legal de defesa dos seus interesses que é o contrato colectivo de trabalho.

Neste contrato, que entrou em vigor no passado dia 31 de arco, são estipulados salários de 20000 para homens e de 14000 diários para as mulheres nos concelhos de Benavente, Salvaterra de Magos, Coruche, Alpiarça, Almeirim, Chamusca, Golegã, Cartaxo e nas freguesias de Pombalinho, Vale da Figueira, Alcântara, S. Vicente do Paul, Santa Iria e Vale de Santarém, do concelho de Santarém. Nos restantes concelhos e freguesias, as tabelas salariais acordadas são de 17000 diários e 12000 respectivamente para homens e mulheres.

A Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém alerta para que muitas dificuldades irão surgir, muitos patrões irão tentar fugir ao cumprimento da convenção, muitas calúnias e interrupções da vitória alcançada serão postas a circular por isso temos que estar alertas e combater todos aqueles que tentarem dividir-nos.

No entanto, tal como no passado recente, a unidade e organização dos operários agrícolas constituirá uma muralha na qual serão esmagadas todas as tentativas de patronato no sentido de violar os direitos dos trabalhadores e de provocar o divisionismo

Concretizando uma velha aspiração da classe, cuja realização foi impossível durante o regime fascista, constituiu-se recentemente uma cooperativa de transportes dirigida por trabalhadores do volante — a AUTOCOOP.

Após o 25 de Abril e através da iniciativa do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa (ex-Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa), formou-se uma comissão de dez motoristas que não pouparam esforços na luta pela constituição da cooperativa, a qual se afigurava tanto mais necessária quanto parte do patronato, representativo do grande capital, tentou desenvolver uma acção atentatória do direito ao trabalho, precipitando motoristas no desemprego e violando as disposições contidas nos contratos colectivos de trabalho.

Paralelamente aos contactos com elementos governamentais no sentido de legalizar o projecto de constituição da cooperativa abriram-se as inscrições provisórias para a Autocoop-Cooperativa de Táxis de Lisboa. A adesão dos trabalhadores não deixa margem a dúvidas quanto à necessidade desta realização, que vem libertar motoristas do jugo de empresários, muitos deles empenhados em criar dificuldades à classe e ao Governo Provisório, na medida em que jogam com a arma do desemprego para incentivar o divisionismo entre as fileiras dos trabalhadores.

Sequeira Branco, presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, fala-nos dos factores que levaram à constituição da Autocoop e do apoio que a iniciativa tem suscitado entre os trabalhadores:

«A Autocoop é uma cooperativa operária de produção aberta a todos os motoristas profissionais que preencham certas condições de admissibilidade. Cada sócio da cooperativa só pode subscrever uma acção de 100000. A ideia de constituição de uma



A primeira remessa de vinho português e carregada no navio soviético

VINHO PORTUGUÊS A CAMINHO DA URSS

«Tarakliya» é o nome do barco da URSS que durante alguns dias fundou no porto de Lisboa. Nos seus porões, 1500 litros de vinho português seguiram para o país dos soviéticos. Segundo nos declarou Victor Goundarev, representante do Ministério da Marinha Mercante da URSS, este é o primeiro carregamento dos 15000 litros de vinho comprados a Portugal, que funcionarão como «teste» de prospecção no mercado soviético.

A opinião dos especialistas, bem como a da tripulação do navio, é que o vinho português irá agradar aos seus compatriotas, dado que a qualidade é excelente.

Durante a sua curta estadia em Lisboa, os marinheiros visitantes passearam pela cidade — e acharam bastante bonita — e contactaram com os trabalhadores portugueses, principalmente os do porto lisboeta, que têm visitado o navio e manifestado muito interesse em se informarem sobre a realidade soviética.

No início das relações económicas entre os dois países, os contactos já estabelecidos traduzem-se sem dúvida num saldo positivo. Como comentou um trabalhador português em serviço no porto, se não vendemos rapidamente o vinho que temos em excesso, o melhor é os produtores procurarem outra vida...

Mas também a aproximação entre os dois povos se vai tornando uma realidade e produzindo os seus frutos — que, verdade seja dita, os marinheiros soviéticos têm cá uma educação e uma disciplina de se tirar o chapéu... Nem se compararam aos «camones» ou aos alemães, que mal chegam a terra apanham uma bebida. E o asseio? Já visitei alguns navios russos e fiquei encantado... e eles são mesmo muito simpáticos!

Mais próximos agora dos países socialistas, vão-se fazendo aos poucos as calúnias inventadas pelos fascistas. Os trabalhadores de todos os povos do mundo sabem entender-se.

AUTOCOOP

MOTORISTAS DE LISBOA REUNIDOS EM COOPERATIVA

Cooperativa deste género foi sempre um desejo dos trabalhadores mais conscientes deste sindicato. Dentro da lógica repressiva do sistema fascista não foi possível concretizá-la. Com a nova situação democrática estavam preenchidas as condições para se avançar com o plano da cooperativa. Por parte do Governo tivemos o maior apoio. Também a adesão da classe foi espantosa. De um

exercício da profissão em moldes diferentes, em que o espírito colectivo de solidariedade e de acção comum prevalece.

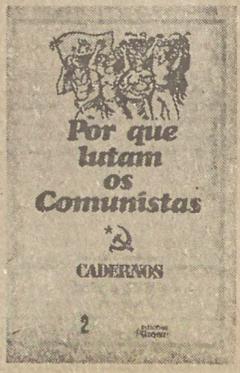
Estas palavras do presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa atestam a disposição da classe relativamente à Autocoop. Note-se que não é somente em Lisboa que os motoristas avançam com decisão na formação de cooperativas de táxis como resposta ao desemprego e às manobras de certos empresários. Também em Vila Real de Santo António, Faro e Porto se constituem cooperativas deste género.

O seu êxito depende, fundamentalmente, do apoio do Governo e da capacidade de iniciativa e organização dos trabalhadores do volante. As provas dadas pela classe no domínio da luta contra a exploração, por uma estratégia antimonopolista e pelo avanço do processo revolucionário permitem prever que a Autocoop e outras iniciativas congéneres, desempenharão de facto as funções que orientaram a sua criação: a defesa dos interesses de classe dos motoristas numa perspectiva de organização democrática.

dia para o outro contávamos já com 287 inscrições e, nos dois dias seguintes, estas somavam 477 sócios. Neste momento contamos com cerca de 700 sócios. O Governo concedeu-nos já 100 táxis normais e 50 táxis colectivos. Os táxis colectivos, uma sugestão do secretário de Estado dos Transportes, terão um trajecto demarcado e uma tarifa única. Inicialmente vamos seleccionar seis percursos para experimentarmos a reacção do público a este tipo de transporte, que permite colmatar a falta de táxis com vantagens porque as tarifas são muito mais baratas. Brevemente, contaremos também com carros de turismo que nos permitirão cumprir a prestação do serviço de transporte turístico no País e estrangeiro segundo as orientações definidas pelos órgãos hierarquicamente superiores. Preencher carências ao nível de transporte é um dos nossos objectivos. Mas o essencial é libertar os trabalhadores da arbitrariedade patronal, possibilitando-lhes emprego e o

Por que lutam os Comunistas

CADERNOS



EDIÇÕES «AVANTE!»

A palavra do PCP



Entre as actividades que traduzem o empenhamento do PCP em esclarecer e mobilizar as amplas massas populares para o combate à reacção, para a luta pela Liberdade e pelo Socialismo, conta-se a realização de centenas e centenas de comícios.

No terreno fértil que o 25 de Abril abriu, a PALAVRA DO PCP tem percorrido todo o País, intertendo o evoluir da situação política, indicando as tarefas que se impõem para o futuro, os perigos que há que saber evitar e combater, o caminho a trilhar para novas conquistas. E a história tem demonstrado que não têm sido palavras lançadas ao vento!

Elas têm estado fundo no coração e na consciência de milhões de portugueses que, sempre em maior número, acorrem a escutá-las.

As Edições «Avante!» mais uma vez se associam a esta gigantesca tarefa de levar a PALAVRA DO PCP lá onde existe um português honrado para ouvir.

Nesta antologia reunimos, por ordem cronológica, alguns discursos de camaradas do CC do PCP em comícios. Daquelas de que nos chegou o texto escrito, e na impossibilidade de os transcrever a todos, seleccionámos os que melhor nos pareceram dar conta da evolução dos acontecimentos políticos. Estes discursos são, assim uma retrospectiva, ou melhor, um roteiro da revolução portuguesa que importa ter bem presente para os combates futuros.



A história da actividade revolucionária dos comunistas portugueses está cheia de muitos e gloriosos exemplos de firmeza política, de dedicação e abnegação sem limites à causa da classe operária e do povo português.

Sujeitos às maiores torturas políticas por parte da PIDE — bárbaros espancamentos, tortura da «estátua», tortura do «sono» e toda a espécie de torturas morais —, centenas e centenas de militantes comunistas souberam por-tar-se dignamente, recusando-se a prestar quaisquer declarações aos inimigos do nosso povo. Muitos deles, tais como MILITÃO RIBEIRO, ALFREDO DINIS, FERREIRA MARQUES, FERREIRA SOARES, AUGUSTO MARTINS, GERMANO VIDIGAL, JOSÉ MOREIRA, DIAS COELHO e tantos outros, pagaram com a própria vida a sua firme conduta de comunistas. Todos eles foram friamente assassinados pela PIDE ao serem presos ou após longos dias de tortura.

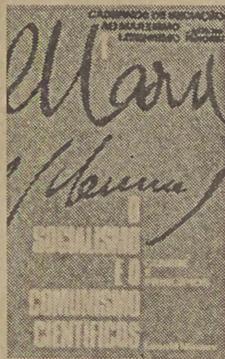
Juntamente com a PIDE, os Tribunais Plenários de Lisboa e Porto constituíram uma parte essencial do aparelho repressivo em que o regime fascista se apoiava para reprimir o povo português. Nos Tribunais Plenários, os juízes não decidiam de acordo com qualquer lei que garantisse os direitos dos cidadãos, mas segundo as directrizes e instruções do governo fascista e da própria polícia. Davam uma cobertura legal ao regime de violência e aos crimes da PIDE.

Ao intervir perante tais tribunais, embora sem reconhecerem a sua legalidade, enfrentando mil e umas dificuldades e obstruções sistemáticas, os comunistas tinham em vista a denúncia dos crimes e da ilegalidade do regime em que a existência dessas mesmas tribunais se inscrevia, a denúncia das torturas e crimes da PIDE, a denúncia da ruína política económica do governo, a denúncia da guerra colonial. Ao mesmo tempo expunham e defendiam a linha política do Partido.

Na presente publicação apenas se dão a conhecer alguns exemplos dessa firme conduta por parte de camaradas que foram torturados e encarcerados longos anos nas masmorras fascistas. É que, quanto tempo seria preciso para reunir todas as defesas dos comunistas portugueses que engrandeceram a sua voz nos tribunais fascistas? E quantos volumes seriam necessários para as transcrever?

Por isso, apenas incluímos aqui algumas defesas a cujos originais tivemos mais fácil e rápido acesso. Julgamos no entanto que elas são

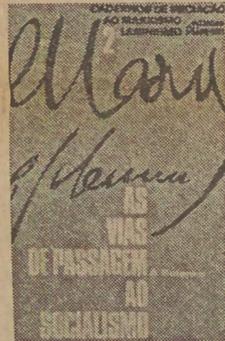
bem representativas do Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista.



Capitalismo e colonialismo são o passado da humanidade. Nos nossos dias, o socialismo e o comunismo tornaram-se uma força invencível, uma sociedade real em construção numa vasta extensão do Globo. As ideias do socialismo e do comunismo científico vão ganhando sempre mais adeptos em todos os continentes.

Na unidade de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas, dos países da comunidade socialista, dos povos da Ásia, da África e da América Latina, da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo, na sua coesão sob a bandeira do marxismo-leninismo, do socialismo e comunismo científicos dos nossos dias, se encontra a garantia da vitória final e decisiva.

O mundo novo não vem espontaneamente à existência. É gerado na dor, numa luta cruel com as forças do passado. Mas as forças que trazem ao mundo a renovação revolucionária são invencíveis. O sistema de exploração capitalista, historicamente ultrapassado e condenado pelo seu próprio desenvolvimento, deve necessariamente abandonar a arena da história. O seu desaparecimento é inevitável. Todos os países, todos os povos virão ao socialismo. Isto necessariamente como se sucedem as estações, como o dia sucede à noite. «A vitória é difícil, mas é nossa.»



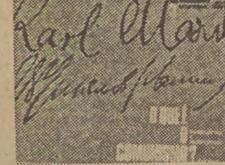
Na época actual, o movimento revolucionário atingiu o mundo inteiro. O sistema socialista mundial, que agrupa 14 países, é a sua força principal.

As forças do socialismo, os movimentos comunista, operário e de libertação nacional, as forças da paz e da democracia prosseguem a sua ofensiva contra o imperialismo.

Nestas condições, os problemas da passagem ao socialismo, os métodos e vias de adesão das massas à revolução, o sentido da ditadura do proletariado e do poder de democracia popular têm uma importância excepcional.

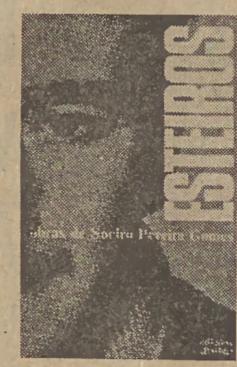
Considerando que a passagem de todos os países ao socialismo é inevitável, Marx, Engels e Lenine nunca negaram que cada país irá ao socialismo pelo seu próprio caminho, que as características específicas da luta revolucionária se revelarão em cada caso concreto. «Todos os países inevitavelmente, passarão um dia ao socialismo — escreveu V. I. Lenine —, mas nem todos o farão do mesmo modo, cada um imprimindo a marca da sua originalidade própria ao introduzir uma ou outra forma de democracia, esta ou aquela variante de ditadura do proletariado, esta ou aquela cadência nas transformações socialistas dos diversos aspectos da vida social.»

Os acontecimentos doram razão a Lenine: cada um dos 14 países que formam o sistema mundial de socialismo seguiu a sua própria via, enriquecendo assim a experiência geral das transformações socialistas. Hoje que os povos mais diversos aspiram a uma vida nova e enveredaram por uma via de desenvolvimento não capitalista, o problema da passagem ao socialismo é um dos mais actuals.



O presente caderno, o primeiro de uma série: O que é o Comu-

nismo? Perguntas e Respostas, é o terceiro da colecção Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo das Edições «Avante!». É a tradução portuguesa — algum tanto desenvolvida e completada pelo editor português com vista a facilitar a sua utilização pelos leitores que pouco ainda ou mesmo nada tenham lido sobre estas temas — de um livro há pouco preparado por um colectivo soviético de autores em resposta a perguntas enviadas à redacção, e que a editorial da APN, de Moscovo, muito recentemente publicou. Dos vários livros já publicados em diversas línguas pela mesma editora ou por outras, com o mesmo título (ou semelhante), este é, ao que julgamos, o que mais pode convir, pelo seu carácter explicativo e pela sua grande clareza, no actual momento histórico que estamos vivendo, aos leitores portugueses que sobre o assunto buscam uma informação exacta, rápida e sem dificuldades.

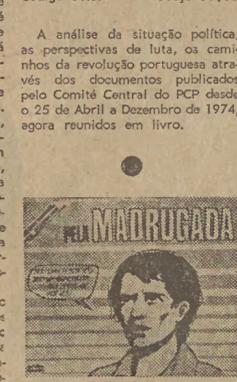


«Fecharam os telhais. Com os prenúncios do Outono, as primeiras chuvas encheram de frémolos o lodagal negro dos esteiros, e o vento agreste abriu buracos nos trapos dos garotos, num arripio de águas e de corpos.» Assim começa, directo e incisivo, o romance: e estas imagens logo nos anunciam o que será a existência das crianças, o seu desolamento explorado, o estilhaçar dos seus sonhos infantis contra a cinzenta opressão da sociedade capitalista.

A obra de Soeiro Pereira Gomes nasceu do seu empenhamento na luta ao lado dos trabalhadores, de todos os explorados. Nasceu da sua militância no Partido, ao qual consagrou por completo a vida. A beleza dessa obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a lêem, são fruto, em grande parte, de tal empenhamento e tal militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.



A análise da situação política, as perspectivas da luta, os caminhos da revolução portuguesa através dos documentos publicados pelo Comité Central do PCP desde o 25 de Abril a Dezembro de 1974, agora reunidos em livro.



Divulgar a realidade soviética, fomentar o intercâmbio cultural, social e científico entre o povo português e o povo soviético, são objectivos que a Associação Portugal-URSS se propôs alcançar, no firme propósito de combater o obscurantismo e anti-sovietismo propagandado pelo regime fascista durante longos anos. Nesse âmbito, a Associação Portugal-URSS está a levar a efeito, na sua sede, Rua Garrett n.º 80, 4.ª-A, uma série de conferências subordinadas aos seguintes temas: 1. Cultura e literaturas russas (sec. IX-XVII). 2. As vias do desenvolvimento da cultura e literatura russas do sec. XVIII — 1.ª metade do sec. XIX. 3. A cultura e literatura russas na 2.ª metade do sec. XIX. 4. Cultura e literatura nos comços do sec. XX e depois da Grande Revolução Socialista de Outubro. 5. Cultura e literatura soviéticas contemporâneas. Literatura dos povos da URSS. 6. A língua russa no mundo moderno. 7. Relações culturais entre Portugal e a URSS. Estas palestras, que se iniciaram no passado dia 3, efectuar-se-ão quinzenalmente, às quintas-feiras, pelas 22 horas.

O QUE FOI E A QUEM SERVIU A PREVIDÊNCIA DURANTE OS ANOS DA DITADURA FASCISTA

Benefícios recentes vão abranger 45 mil pescadores e meio milhão de trabalhadores do campo

Por deliberações recentes do Conselho de Ministros, novos e importantes benefícios são introduzidos no esquema geral da Previdência, os quais vão abranger camadas de população trabalhadora cujos direitos à segurança social foram totalmente ignorados sob o regime fascista.

Referimo-nos à classe de trabalhadores rurais e à classe piscatória. Relativamente aos primeiros, em decreto-lei a publicar, em breve, são introduzidos o subsídio pecuniário de maternidade (70000 diários por ocasião de parto), o subsídio pecuniário por doença (de 60000 ou 40000 diários em função dos descontos: 80000 ou 60000, cujo prazo máximo de concessão será de 1400 dias), o subsídio por morte (de 800000, pago de uma só vez aos familiares), e as pensões de invalidez são fixadas em 900000 ou 600000, segundo as quotizações mensais. Cerca de meio milhão de trabalhadores rurais são abrangidos por este novo esquema.

Por outro lado, com a recente medida de integração da antiga Junta Central dos Pescadores no esquema geral da Previdência, 45000 pescadores vêm, finalmente, assegurados os seus direitos no que se refere ao mínimo de protecção social que o fascismo sempre lhes negou.

De imediato, é atribuído à classe o subsídio regulamentar pecuniário de 60 por cento na doença, a pensão mínima de 155000 e a pensão de sobrevivência, o aumento da pensão do fundo da protecção dos pescadores inválidos (que era de 200000 mensais e passou, em Novembro de 1974, a 500000). Em estudo no Ministério dos Assuntos Sociais encontram-se outros benefícios a conceder brevemente à classe piscatória: atribuição da pensão mínima (165000) aos pescadores dos antigos «fundos da reforma», medida que abrangerá 1400 pescadores, e atribuição da pensão de sobrevivência às viúvas dos beneficiários dos

referidos fundos de reforma. Estes novos esquemas de benefícios, relativamente aos trabalhadores rurais e aos pescadores, e outras medidas que neste âmbito foram já tomadas neste quase primeiro ano de situação democrática, dão-nos já ideia de como esse edifício de suporte ao capitalismo e ao fascismo, que foi a Previdência, se vai transformando num factor de melhoria da qualidade de vida da população trabalhadora, na sequência da urgente definição de uma verdadeira política de segurança social e saúde.

O que foi a Previdência sob o fascismo

É certo que, sob o regime fascista, todos os trabalhadores por conta de outrem e os familiares a cargo (exceptuando os funcionários públicos), estavam, teoricamente, abrangidos pela Previdência na área do Continente e Ilhas Adjacentes. Porém, na prática, a diversidade dos quadramentos, no esquema geral da Previdência, implicava uma profunda desigualdade de situações. Este facto não impedia que, mesmo em relação aos mais favorecidos, a Previdência fosse manifestamente insuficiente. E se algumas melhorias se verificaram nos últimos anos, elas resultaram da crescente movimentação reivindicativa dos trabalhadores.

Em 1973, a Previdência portuguesa cobria 2 676 000 trabalhadores. Mas esta cobertura estava longe de ser uniforme. Assim, e segundo os dados do relatório da Previdência em 1970, apenas nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, era abrangida mais de 70 por cento da população, enquanto nos distritos de Vila Real e Bragança se atingia apenas 20 por cento. Não era por acaso que a maior percentagem da população abrangida se situava nos distritos industriais. Por um lado, nos centros industriais com predominância da classe operária,

maior era a força organizada dos trabalhadores e o seu maior poder reivindicativo. Por outro lado, o capitalismo estava interessado em conceder aos trabalhadores o mínimo de condições para que estes acelerassem a produtividade.

A medida demagógica do governo fascista, em 1969, segundo a qual os trabalhadores rurais passavam a ser abrangidos pela Previdência, na prática, pouco representou para a população trabalhadora dos campos, que continuou, socialmente, desprotegida. Como exemplo, citamos o facto de, em 1971, de 545 000 assalariados rurais, apenas 148 000 se encontrarem abrangidos pelo regime da Previdência. Dos restantes 497 000, só cerca de 208 000 o estavam pelas Casas do Povo. Relativamente à classe piscatória, as carências eram ainda mais agudas. Quanto aos trabalhadores de serviços domésticos, a sua integração na Previdência ocorreu em 1973 e em precárias condições.

Para não falarmos já nos deficientíssimos «benefícios» em pensões e subsídios (só um exemplo: o subsídio pecuniário de maternidade nas Casas do Povo era de 8000 diários!), citemos apenas alguns números, que nos dão ideia da «qualidade» de serviços prestados pela Previdência: em 1968, cobriram a cada médico das Caixas de Previdência 1325 doentes. Em alguns distritos (Beja, Braga, Portalegre), esta média ultrapassou os 2500.

Formas de financiamento directo da Previdência à exploração monopolista...

Esta realidade, cuja herança «mãe sobre nós», só foi possível porque o fascismo se caracterizava, em toda a parte, por uma política de total desprezo pelos direitos humanos. Porque, e como causa imediata, os fundos das Caixas de Previdência e do Fundo do Desemprego, que deviam destinar-se à assistência na doença, invalidez, velhice e desemprego, foram desviados para a compra de acções e obrigações das grandes companhias, e para subscreverem os empréstimos do Estado, servindo assim para subsidiar a exploração monopolista e a política fascista contra os próprios trabalhadores (do Programa e Estatutos do PCP, aprovados no VII Congresso Extraordinário, de 20/10/74, cap. «Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral»).

O dinheiro arrancado aos trabalhadores através dos descontos para a Previdência era utilizado para financiamento aos exploradores do povo, para aguentar a política fascista de agressão aos povos coloniais e de repressão à população portuguesa. Assim, em Dezembro de 1973, os títulos de crédito comprados pela Previdência aos bancos somavam um valor teórico de 18 388 888 contos e as contas relativas a esse ano apresentavam um saldo de 6949 contos. A cobertura da «função assistencial», 75 por cento

dos saldos da Previdência eram, ultimamente, absorvidos por financiamentos ao Estado através de certificações de dívida pública. De 1971 a 1973, as despesas de capital da Previdência em títulos de Estado atingiram mais de dois milhões de contos; o capital investido pela Previdência em obrigações de empresas, sem garantia de Estado, totalizou 1 323 704 contos e as acções adquiridas em empresas e instituições de crédito somavam 2 956 763 contos. As obrigações e acções para cuja compra eram desviados os fundos da Previdência, proporcionavam a esta instituição uma posição predominante em empresas, tais como: Companhia Portuguesa de Electricidade, Siderurgia, Transportes Colectivos do Porto, C.ª Portuguesa de Celulose e Sorefame.

Como exemplo de grandes empresas em dívida para com a Previdência temos os Laboratórios Novil, Empresa Simões e C.ª, Lda., Nutripol, Eurofil e Grão-Pará, cujos débitos somam 37 400 contos. As dívidas do Complexo Agro-Pecuário do Cachuço atingem 11 000 contos e a Corame (Construtora Metálica), deve à Previdência 6200 contos.

Os factos expostos são suficientes para demonstrar o que foi e a quem serviu a Previdência durante o fascismo. Realidade esta ultrapassada pelo processo democrático iniciado a 25 de Abril — com o qual a Previdência deixa de ser uma entidade capitalista que investe em acções e financia empresas. Passa a aplicar as quotizações que recebe nos diferentes esquemas de segurança social e em despesas de administração («Portugal, Liberdade, Ano Um», M. C. S.).

Realidade que será tanto mais rápida e profundamente transformada, quanto mais o processo revolucionário avançar.



O brigadeiro Vasco Gonçalves respondeu anteontem às perguntas dos jornalistas portugueses e estrangeiros, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada num auditório da Fundação Gulbenkian. O primeiro-ministro fez importantes declarações e prestou esclarecimentos acerca das linhas de orientação e da política do MFA e do Governo Provisório, referindo temas como a institucionalização do MFA e a plataforma de acordo entre este e os partidos, a reforma agrária, as medidas económicas de emergência a serem aplicadas em breve, a necessária cooperação da pequena burguesia e dos pequenos e médios empresários e comerciantes na Revolução, e a política de independência nacional perante todos os outros países.

JUNTAS DE FREGUESIA REÚNEM-SE NA LOURINHÃ

Com a presença de 68 comissões administrativas reuniram-se, no sábado passado, a terceira assembleia distrital das Juntas de Freguesia de Lisboa, com o objectivo de transmitir experiências recíprocas e procurar uniformizar critérios de actuação. Entretanto, no próximo dia 13 de Abril realiza-se na Lourinhã, no salão dos Bombeiros Voluntários, pelas 10 horas, nova reunião das Juntas de Freguesia do distrito. Estas iniciativas visam melhorar a organização das Reuniões Inter-Juntas bem como os seus secretariados concelhios para a elaboração de teses para o Congresso das Autarquias Locais a realizar nos dias 30 e 31 de Maio e 1 de Junho próximos, no sentido de incentivar e dinamizar a participação das populações na sua discussão em ligação com as Comissões de Moradores ou de Lugar e Comissões de Trabalhadores das Autarquias Locais.

Na referida assembleia foi aprovada a constituição de um Secretariado Distrital de apoio ao delegado da Comissão Nacional para o Congresso. Por outro lado foram também abordados os problemas mais sentidos pelas populações e que se podem considerar prioritários, exigindo-se para isso um novo e importante papel das Juntas de Freguesia na solução dos problemas locais, para o que terão de ser criadas estruturas adequadas.

Os problemas mais debatidos, alguns dos quais traduzidos em moções, propostas e recomendações a enviar ao Conselho Superior de Revolução, Governo Provisório, ministérios e outros órgãos estatais, foram:

- A falta de cobertura pelos órgãos de Informação sobre os problemas locais, o trabalho desenvolvido e as múltiplas dificuldades com que as Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia se debatem;
- Atitudes reaccionárias de alguns caciques locais, assaltos às Juntas de Freguesia e órgãos estatais e ainda agressões a membros de Comissões Administrativas;
- Insuficiente protecção e defesa da ordem democrática, nomeadamente, falta de vigilância às sedes das Juntas de Freguesia;
- Reforço do papel das Juntas de Freguesia como órgãos do poder local, directamente ligados às populações, designadamente, controlo dos contratos de arrendamento habitacional, utilização das casas devolutas, repudiando a ocupação anárquica e indisciplinada. Foi feito um apelo através do Sindicato da Construção Civil para que os operários não colaborem com os proprietários na destruição das casas;
- Criação de Centros Comunitários de Saúde como órgãos integradores e de coordenação dos Serviços de Saúde existentes — presente-mente dispersos e ineficazes;
- Combate à subida de preços e à especulação e supressão dos intermediários sem escrúpulos que impedem o produtor campestre de receber o justo valor do seu trabalho e sobrecarregam o consumidor com custos fictícios ou supérfluos;

mizar a participação das populações na sua discussão em ligação com as Comissões de Moradores ou de Lugar e Comissões de Trabalhadores das Autarquias Locais.

Na referida assembleia foi aprovada a constituição de um Secretariado Distrital de apoio ao delegado da Comissão Nacional para o Congresso. Por outro lado foram também abordados os problemas mais sentidos pelas populações e que se podem considerar prioritários, exigindo-se para isso um novo e importante papel das Juntas de Freguesia na solução dos problemas locais, para o que terão de ser criadas estruturas adequadas.

Os problemas mais debatidos, alguns dos quais traduzidos em moções, propostas e recomendações a enviar ao Conselho Superior de Revolução, Governo Provisório, ministérios e outros órgãos estatais, foram:

- A falta de cobertura pelos órgãos de Informação sobre os problemas locais, o trabalho desenvolvido e as múltiplas dificuldades com que as Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia se debatem;
- Atitudes reaccionárias de alguns caciques locais, assaltos às Juntas de Freguesia e órgãos estatais e ainda agressões a membros de Comissões Administrativas;
- Insuficiente protecção e defesa da ordem democrática, nomeadamente, falta de vigilância às sedes das Juntas de Freguesia;
- Reforço do papel das Juntas de Freguesia como órgãos do poder local, directamente ligados às populações, designadamente, controlo dos contratos de arrendamento habitacional, utilização das casas devolutas, repudiando a ocupação anárquica e indisciplinada. Foi feito um apelo através do Sindicato da Construção Civil para que os operários não colaborem com os proprietários na destruição das casas;
- Criação de Centros Comunitários de Saúde como órgãos integradores e de coordenação dos Serviços de Saúde existentes — presente-mente dispersos e ineficazes;
- Combate à subida de preços e à especulação e supressão dos intermediários sem escrúpulos que impedem o produtor campestre de receber o justo valor do seu trabalho e sobrecarregam o consumidor com custos fictícios ou supérfluos;

A DEMAGOGIA NÃO RESOLVE O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Grupos de provocadores com máscara de revolucionários de mistura com gente honesta têm vindo a proceder e a incitar à ocupação anárquica de casas.

O que se passou recentemente no Bairro do Alto do Pina é um exemplo elucidativo das verdadeiras intenções de alguns dos organizadores dessas ocupações.

Alto do Pina tem uma Comissão de Moradores organizada que, em conjunto com a comissão administrativa da Junta de Freguesia local, está a trabalhar para resolver o gravíssimo problema da habitação da população do bairro. O MRPP, grupo provocatório bem conhecido do povo português e recentemente ilegalizado por determinação do Conselho Superior da Revolução, não o entendeu assim. Fez tábua rasa da existência da Comissão de Moradores, e em nome de um pretenso «grupo de moradores das casas ocupadas» convocou uma reunião destinada a criar uma outra Comissão de Moradores e decidir a ocupação de casas no Bairro. Fez a sua agitação pelas paredes e pelas caixas do correio. Reuniu 200 pessoas — na sua maior parte habi-

tantes de bairros de lata — e empregou a sua demagogia habitual. Recorreu, como argumento ao dramático incêndio que tinha devastado na manhã desse mesmo dia o bairro da quinta da Curraleira, declarou peremptório que as casas são do povo e não dos senhores! (o que naturalmente só poderá vir a ser verdade, quando não houver senhores), e quando pensou ter o quiditório preso na teia da sua demagogia, incitou à ocupação violenta das casas devolutas. Mas as contas saíram-lhe furadas. Quando o presidente da Junta de Freguesia quis falar, os elementos do MRPP tentaram impedi-lo pela violência física («argumentos preferenciais deste grupo provocador»). O «argumento» não convenceu, nem o presidente da Junta, nem as pessoas reunidas, que votaram para que a verdadeira Comissão de Moradores, presente na sala, lhes falasse da actividade que está a desenvolver. O MRPP saiu desmascarado. A sua técnica de tentar desacreditar as comissões de moradores e simultaneamente incitar ao assalto de casas em seu nome, falhou em Alto do Pina.

O exemplo do Bairro do Alto do Pina, é um entre muitos. A reacção recorre ao agitar de

problemas reais, profundamente sentidos pelas massas populares, para criar climas propícios às suas manobras e tentar voltar contra o regime democrático camadas da população. Não o conseguirá, a despeito das máscaras que coloca. Mas tentará sempre. O agudo problema da habitação é um dos que tem vindo a utilizar, encobridor aliás, a verdadeira solução do problema. Mesmo que todas as casas devolutas fossem ocupadas (com que critérios de justiça na sua distribuição?), o problema da habitação e dos bairros de lata não ficaria resolvido. Na anarquia de ocupações, há mesmo a registar o assalto de casas de emigrantes e actos de especulação, em que casas invadidas são posteriormente cedidas em troco de vultosas indemnizações.

O problema da habitação é um problema grave, que não será resolvido com a rapidez que a sua premência tornaria necessário. Impõem-se medidas eficientes e energias, medidas revolucionárias. Mas não se pode esperar uma solução fulminante. Isso pertence ao reino da demagogia, onde navegam oportunistas e provocadores. Mas que nada tem a ver com soluções sérias e concretas.

Grande apresentação na festa a realizar no domingo em Belém

NA URSS CONSTRÓI-SE A SOCIEDADE COMUNISTA



OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL AO SERVIÇO DAS MASSAS POPULARES

No mundo actual, nenhum Estado pode passar sem a Imprensa, Rádio e TV, os três principais componentes do sistema de informação. O seu papel na formação da opinião pública é enorme. Ainda em 1936, Mikhail Kalinin, primeiro presidente da URSS, disse: «A maior quantidade de ideias por mim assimiladas é oriunda dos jornais. Provavelmente eu não sou uma excepção à regra. E por mais que o homem se gabe de sua plena independência de julgamento, a influência que têm sobre ele os jornais é enorme.»

Um dos meios de informação mais amplos na URSS é a Imprensa, que conta com 15 mil jornais e revistas, com uma tiragem de mais de 300 milhões de exemplares. Estas publicações periódicas, dependendo dos interesses dos leitores, dividem-se em diversos tipos.

Os jornais de informação geral reflectem preferencialmente factos interessantes e importantes para a maioria da população. Nisso se especializam diversos jornais centrais e, em primeiro lugar, o «Pravda» e o «Izvestia».

Entretanto, a Imprensa periódica não pode participar eficientemente na administração social e na actividade organizativa apenas com informação geral. É necessário uma informação que corresponda aos interesses dos diversos grupos da população. Por isso, uma das principais funções do sistema soviético de informação, e em particular da Imprensa, é a de reflectir as notícias, os factos

e as opiniões gerados pela divisão do trabalho na sociedade. A base da informação social e de grupo são os interesses específicos dos trabalhadores do sector manual e intelectual, dos organizadores e dos executivos, dos trabalhadores industriais e agrícolas. Os trabalhadores agrícolas, por exemplo, podem ler coisas que os interessam no jornal central «Célskaja Jizn», e nas páginas do jornal «Sotsialisticheskaja Industriya» são focados os problemas que interessam aos trabalhadores da indústria. O jornal «Ekonómicheskaja Gazeta» publica artigos dirigidos aos que trabalham no sector de organização.

Na URSS, a par dos processos que conduzem à homogeneidade da sociedade, realiza-se o aprofundamento da diferenciação do trabalho, da técnica e da ciência. Para satisfazer os interesses dos diversos grupos de pessoas, existem os órgãos de Imprensa profissionais de ramo, tais como os jornais «Gudok», «Lesnáia Promyshlennost», etc.

Publicações militares

O Exército soviético também possui a sua Imprensa. Em Moscovo encontra-se o órgão central do Ministério da Defesa da URSS, o jornal «Krásnaja Zvezdá». Há ainda uma grande editoria militar, a qual publica tudo, desde os estatutos e instruções até livros dos mais diversos géneros.

A revista mensal «Voenny Vestnik» é destinada, antes de tudo, aos oficiais e aspirantes. A tática e o método de preparação militar é o principal conteúdo da revista.

«Aviatsia e Kosmonávтика» é a revista da Força Aérea. Isso diz tudo. Sai uma vez por mês.

A revista «Voenny-istoricheskii jurnal» é também publicada mensalmente e trata amplamente de questões da história militar do país dos soviets.

Os marinheiros estão representados na Imprensa pela revista mais antiga do país, chamada «Morskoi Sbornik». Para os comandantes e pessoal técnico e de engenharia de todas as armas, mensalmente sai a revista «Tékhniká i voozújénie». A revista mensal «Voenny-meditsinski jurnal» destina-se aos médicos militares.

A revista ilustrada de grande tiragem do Ministério da Defesa da URSS, «Znamenóset», sai uma vez por mês e os seus leitores são os chefes subalternos do Exército soviético.

Como se vê, as Forças Armadas possuem uma Imprensa bastante representativa. Mas além das publicações enumeradas, em cada distrito ou grupo de tropas, e na frota, são publicados os seus jornais militares. Além disso, há jornais de soldados e marinheiros.

Grande participação dos leitores

Em cada república da União ou autónoma, ou em cada região ou distrito nacional, são editados jornais nos idiomas locais, os quais reflectem a vida e atendem aos interesses da população local. Semelhante tipo de publicação é chamado nacional-territorial. Por exemplo, em 1971, na Federação Russa, nas línguas dos diversos povos da URSS (fora o russo), eram editadas 286 publicações periódicas, com uma tiragem de mais de 20 milhões de exemplares. No Uzbequistão, dentre os 225 jornais ali editados 139 eram publicados na língua uzbeque e os restantes nos idiomas dos outros povos que povoam a república.

Tudo isso permite transmitir a informação não apenas ao leitor, mas justamente àquele que nela está interessado. Além disso, o leitor tem a possibilidade de escolher o jornal não somente quanto ao tipo de informação, mas também pelo volume, isto é, desde os jornais de pequena tiragem das fábricas ou kolхозes, até aos jornais das cidades, regionais e centrais.

Na Imprensa, rádio e TV são noticiados os mais importantes acontecimentos que ocorrem no país e no exterior, as leis e decisões do partido e do Governo. Porém, até um máximo de 60 por cento de qualquer jornal é destinado à informação, cartas e críticas dos próprios

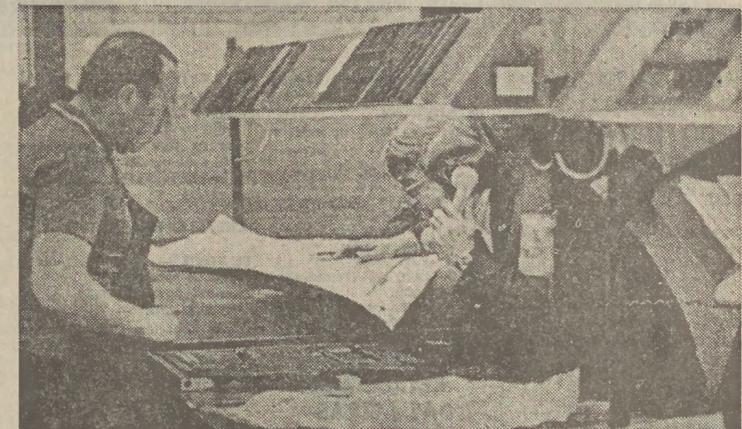
leitores. Além disso, há mais de 5 milhões de correspondentes que não são membros do quadro de redactores, mas que escrevem assiduamente para o jornal.

A torrente de informação que chega ao jornal dá a

pressionante. Há dias que o «Pravda», por exemplo, recebe de 8 a 10 mil cartas, e em média, por ano, os jornais centrais recebem, até meio milhão de cartas, sendo que em relação a cada uma delas, após uma severa

revisão dos factos e da objectividade da informação, obrigatoriamente são tomadas medidas. Desse modo, 15 mil órgãos de Imprensa de todas as organizações da URSS expressam a opinião colectiva e a vontade da maioria absoluta da população do país.

A transmissão são prepa-



Emissões de rádio em 67 idiomas

A rádio, como um dos meios de informação, de há muito que ultrapassou os li-

possibilidade de focar nas suas páginas os temas que são levantados pela população. Mas, a fim de que o diálogo não seja interrompido, deve-se colocar o assunto de tal maneira que seja possível continuar a discutí-lo e dar-lhe uma resposta. Por isso, ninguém no país tem o direito de deixar sem resposta alguma exigência, proposta ou crítica publicada por algum jornal.

O diálogo dos leitores com os jornais processa-se a uma escala verdadeiramente im-

verificação dos factos e da

radas e planeadas de modo a merecerem o interesse de distintas categorias de pessoas, independentemente da idade e profissão. Ao mesmo tempo, nos programas há uma orientação claramente delineada: as emissões são destinadas aos operários, camponeses, militares, mulheres, crianças e juventude. Todas as emissões podem ser divididas em duas direcções principais: sociopolíticas e artísticas, distribuídas segundo os programas. A emissora de rádio oficial da URSS transmite através de cinco programas. O primeiro é a principal fonte de informação, sociopolítica e educativa; o segundo programa é informativo-musical e transmite 24 horas por dia; o terceiro programa é artístico e educativo; o quarto é o musical e o quinto programa, que transmite 24 horas por dia, é informativo, sociopolítico e artístico e destina-se aos soviéticos que se encontram no exterior.

Em princípio, o trabalho da emissora não se diferencia da organização do trabalho dos jornais e revistas, pois na preparação dos materiais para serem transmitidos participam milhares de ouvintes. Além disso, a emissora goza de meios que lhe são específicos e que estão ao seu alcance, tais como rádio-reportagens, desde o local do acontecimento, seja uma grande obra ou uma fábrica; organiza concursos, mesas-redondas e entrevistas. Somente as redacções de rádio centrais recebem anualmente, em média, cerca de meio milhão de cartas. Todas elas são analisadas e muitas incluídas diariamente nas transmissões e programas. As vezes, os programas de todo um dia são feitos atendendo às cartas dos ouvintes.

Duzentos milhões de telespectadores

Ainda nos primeiros dias do Poder soviético, Lenine previu as possibilidades excepcionais do jornal «sem papel e sem distância». Hoje, juntamente com a Imprensa, Rádio e TV tornaram-se propagandistas e agitadores colectivos, organizadores das massas, uma tribuna da opinião pública, precisamente o que sonhava Lenine ao abordar este gigantesco e importante assunto.

Na URSS, a rádio, a televisão e a Imprensa, com os métodos que lhes são inerentes, informam a população de um modo verídico e objectivo.

Hoje em dia, na URSS, funcionam cerca de 50 milhões de televisores, e os programas dos estúdios centrais e das repúblicas são actualmente vistos por 200 milhões de espectadores. Diante do país está a tarefa de, no nono quinquênio, dar a possibilidade a toda a população de assistir às tele-emissões, até mesmo no mais longínquo rincão (a URSS abrange 11 fusos horários).

Não há motivos para supor que, com o ulterior desenvolvimento da rede das emissões de rádio e TV, a população venha a preferir apenas um tipo de informação. Com o aumento da quantidade de televisores nas famílias, de 4,8 milhões em 1960 para 50 milhões, durante este mesmo período (dez anos) a tiragem dos jornais aumentou em mais de duas vezes.

760 MIL MÉDICOS: MUITO OU POUCO?

Na URSS trabalha uma quarta parte de todos os médicos do mundo, embora a população da URSS seja cerca de 7 por cento do total do planeta.

Significará isso que os habitantes da URSS, mais que os outros, necessitam de assistência médica?

Os números provam o contrário: no que se refere à redução do nível de mortalidade infantil e à duração da vida, a URSS ocupa um dos primeiros lugares do mundo. — O número de médicos é fácil de ser explicado caso se leve em consideração que a saúde pública é um dos be-

nefícios sociais concedidos aos seus cidadãos pelo Estado soviético e que a profixaria médica na URSS foi elevada ao nível de política estatal — disse-nos o vice-ministro da Saúde Pública da Federação Russa, Semion Tchikin.

«Caso um cidadão necessite de ser operado, digamos, à apendicite, os médicos soviéticos farão isso imediatamente e de graça, e não será necessário entrar numa bicha ou pagar ao médico os seus serviços. Caso alguém apañe uma gripe, pode chamar, por telefone, o médico da policlínica do bairro em que vive. Este não apenas aten-

derá o paciente gratuitamente, mas também dará um boletim que lhe permitirá ficar ausente do trabalho até se curar completamente, sendo durante este tempo o Estado quem o mantém.

Mas, mesmo sentindo-se sadio, cada habitante da URSS permanece sob a observação e o controlo dos médicos da policlínica do seu bairro, que fazem com que os seus pacientes anualmente passem pela radioscopia e sejam examinados por especialistas.

Antes da Grande Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, havia um médico para cada 5,5 mil habitantes, sendo que, por exemplo, nos territórios do Tadjiquistão e Kirguísia, havia um médico para cada 50 mil habitantes, ou seja, praticamente não havia assistência médica.

Hoje em dia, em todo o território da URSS, em média, há um médico para cada 344 habitantes. Este é um resultado quantitativo. Porém, por trás dele encontra-se uma transformação qualitativa, ou seja, a que segue o rumo da profixaria, da assistência médica gratuita e ao alcance de todos.

Graças a essas medidas, a URSS, num espaço de tempo extremamente curto, conseguiu vencer perigosas epidemias. A profixaria contém a resposta à pergunta acerca da necessidade de aumentar o número de médicos na URSS, embora os institutos e universidades soviéticas preparem anualmente mais de 40 mil médicos.

Actualmente, soviéticas fábricas e empresas soviéticas possuem os seus departamentos de profixaria, onde os trabalhadores podem receber uma consulta, assistência médica, ou simplesmente passar as horas de lazer, descansar, sendo que toda a assistência prestada, inclusive a alimentação, é paga pelo sindicato da empresa. Agora, surgem novos problemas a serem resolvidos pelos médicos higienistas, que trabalham em contacto não apenas com os seus pacientes mas também com a administração.

Um exemplo do complicado problema social que está sendo resolvido na URSS com a activa participação dos médicos, é o de tornar mais saudável o meio ambiente, e as casas de tratamento e de descanso. E a educação física, que se desenvolve em grande escala? É claro que os médicos soviéticos não podem solucionar todos os problemas. Neste caso não bastam a alta qualificação médica e o grande interesse moral.

A garantia do êxito da profixaria é o Estado soviético, o qual, apesar de que na URSS o número de médicos é maior do que em qualquer outro país do mundo, dá todo o apoio à tendência para o aumento do seu número e une os esforços dos médicos e organizações sociais em prol da saúde do povo.

Na URSS há 900 estabelecimentos especializados de profixaria e tratamento estomatológico que atendem a população urbana. Além disso, nas policlinicas comuns há gabinetes e departamentos estomatológicos. O sistema de organização procura aproximar ao máximo a assistência médica da população: há gabinetes dentários nas escolas, empresas, nos consultórios femininos, funcionando nas regiões rurais, serviços estomatológicos itinerantes. Caso se levar tudo isto em consideração, torna-se claro porque na URSS existe tal quantidade de médicos.

A noção «profilaxia», nos últimos anos, tem evoluído e começa a incluir um número cada vez maior de problemas sociais.

«O médico da policlínica de bairro — diz Semion Tchikin — tornou-se, de facto, o médico casero. Ele observa os seus pacientes por anos a fio, conhece os seus males e alegrias e obriga a levar tudo em conta, inclusive o clima psicológico na família, as condições habitacionais, embora não seja o único a resolver semelhantes problemas, pois a saúde da pessoa é determinada não apenas por factores de ordem biológica, mas também pela influência que sobre ele exerce o meio ambiente.

Actualmente, muitas fábricas e empresas soviéticas possuem os seus departamentos de profixaria, onde os trabalhadores podem receber uma consulta, assistência médica, ou simplesmente passar as horas de lazer, descansar, sendo que toda a assistência prestada, inclusive a alimentação, é paga pelo sindicato da empresa. Agora, surgem novos problemas a serem resolvidos pelos médicos higienistas, que trabalham em contacto não apenas com os seus pacientes mas também com a administração.

Um exemplo do complicado problema social que está sendo resolvido na URSS com a activa participação dos médicos, é o de tornar mais saudável o meio ambiente, e as casas de tratamento e de descanso. E a educação física, que se desenvolve em grande escala? É claro que os médicos soviéticos não podem solucionar todos os problemas. Neste caso não bastam a alta qualificação médica e o grande interesse moral.

A garantia do êxito da profixaria é o Estado soviético, o qual, apesar de que na URSS o número de médicos é maior do que em qualquer outro país do mundo, dá todo o apoio à tendência para o aumento do seu número e une os esforços dos médicos e organizações sociais em prol da saúde do povo.

O HOMEM E O TRABALHO

Entre as primeiras leis aprovadas pelo poder soviético após a Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917, estava o decreto que criava uma inspecção operária do trabalho. A lei foi assinada por Lenine no Verão de 1918. Pela primeira vez na História, representantes dos trabalhadores obtinham a possibilidade de controlar a aplicação de todas as medidas de segurança do trabalho e de protecção à saúde nas empresas.

Na URSS foram completamente eliminadas as graves enfermidades profissionais, como, por exemplo, a febre do cobre, a doença dos espasmos, as intoxicações crónicas com chumbo e mercúrio, as necroses fosfóricas e outras.

As profissões manuais nas minas desapareceram, pois tais trabalhos foram mecanizados. Na siderurgia ocorreu a mesma coisa, tendo sido eliminadas profissões de laminador, de moldador e outras. Ao mesmo tempo, surgiram inúmeras especialidades que não estão ligadas ao trabalho físico pesado, mas que exigem alta qualificação.

Na URSS, anualmente, gastam-se mais de 600 milhões de metros de tecidos de algodão, de linho e de lã em roupas de trabalho. Mais de 650 mil pessoas que trabalham em locais de baixa temperatura recebem gratuitamente toda a roupa necessária para a sua protecção e conforto.

Em cada uma das empresas soviéticas onde trabalham mais de 300 pessoas, deverá funcionar obrigatoriamente um refeitório, sendo que 20 por cento dos lugares se destinam a operários que necessitem de alimentação dietética.

Os preços dos alimentos nos refeitórios e bufetes fabris são quase duas vezes menores do que nos refeitórios e cafés comuns. Os operários ocupados em serviços pesados (por exemplo, carregadores) bem como os que trabalham em operações nocivas, recebem alimentação gratuitamente. Para cobrir esses gastos, as empresas dispõem de um fundo especial.

Segundo a legislação soviética, a empresa é a responsável pela mutilação ou pelos danos causados à saúde do operário que nela trabalha. Em tais casos a administração paga à vítima um subsídio igual ao seu salário, independentemente do seu tempo de trabalho. O prazo de manutenção do operário à custa da empresa é determinado por uma comissão médica especial. No caso de o operário ter perdido a capacidade de trabalho em consequência de traumatismo sofrido no serviço, a empresa garante a sua manutenção vitalícia.

Os sindicatos soviéticos dispõem de mais de 4000 estabelecimentos de tratamento e de descanso, nos quais, anualmente, descansam 30 milhões de operários, funcionários e membros das suas famílias.

Além dos estabelecimentos de tratamento, comuns, na URSS é praticada a assistência médica nas fábricas. Nas empresas do país há mais de 1500 centros médicos financiados pelas fábricas. Estes centros médicos são equipados com aparelhagem moderna e atendidos por especialistas altamente qualificados.

Na URSS há quase 2000 sanatórios de tipo profilático anexo à fábrica, onde, após o trabalho, 130 mil operários simultaneamente são atendidos. Pela manhã, um autocarro especial leva-os até ao trabalho.

Na URSS são editadas três revistas que tratam de questões relativas à protecção ao trabalho, e cuja tiragem é de 1 200 000 exemplares. Os institutos de pesquisas científicas no sector da protecção ao trabalho, pertencentes tanto aos sindicatos como aos ministérios, também editam publicações especializadas.

Na URSS existe uma ampla rede de institutos de pesquisas científicas que estudam os problemas ligados à segurança e à higiene do trabalho. Nesta esfera funcionam mais de 400 estabelecimentos científicos, entre os quais 23 institutos especializados e 153 laboratórios.



CENTROS DE TRABALHO DO PCP

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO E ALGARVE

- BEJA**
- ALDEIA NOVA DE S. BENTO — Rua de Fora.
 - ALJUSTREL — Avenida da Liberdade, 50 — Tel. 62479.
 - ALMODOVAR — Rua da Ferraria.
 - ALVITO — Largo do Castelo.
 - AMARELEJA — Largo General Humberto Delgado.
 - BALEIZÃO — junto ao Largo Catarina Eufémia.
 - BEJA — Rua Ancha — Tel. 24684.
 - BERINGEL — Rua dos Oleiros.
 - FICALHO — Rua da Estrela.
 - BRINCHES — Antiga Creche.
 - CABEÇA GORDA (Beja) — Largo da Casa do Povo.
 - CASTRO VERDE — Rua D. Afonso Henriques, 8.
 - CUBA — Rua do Carmo, 44.
 - ERVIDEL — Rua 25 de Abril.
 - FERRERIA DO ALENTEJO — Rua Dr. Brito Camacho — Tel. 72382.
 - GARVÃO — (Baixo Alentejo) — Rua de Ourique.
 - MÉRTOLA — Rua Dr. Afonso Costa.
 - MOIRA — Rua Conselheiro Augusto de Castro, 14-15.
 - ODEMIRA — Travessa 1.º de Maio, 6-A.
 - PIAS — Rua João dos Paus, 43 — Tel. 55277.
 - QUINTOS
 - SANTIAGO MAIOR (Concelho de Alandroal).
 - SANTA CLARA DE LOUREDO (Bosvista).
 - SERPA — Junto ao Jardim Público.
 - VALE DE VARGO — Rua Nova.
 - VIDIGUEIRA — Largo D. Violante.
 - VILA NOVA DE BARÓNIA — Largo Dr. João da Silva Góis.
 - MINAS DE SÃO DOMINGOS (Baixo Alentejo).
 - SAMADOR (Alentejo) — Rua do Forno.

- EVORA**
- ARRAIÓLOS — Praça Lima e Brito.
 - BENCATEL — Rua General Humberto Delgado, 22.
 - BORBA — Rua do Mestre Diogo de Borba.
 - CABEÇÃO — Bairro João Lopes Aleixo.
 - ESTREMOZ — Avenida 5 de Outubro, 19.
 - EVORA — Praça Luís de Camões, 14, 1.º — Tel. 23004.
 - LAVRE (Montemor-o-Novo) — Rua Cândido dos Reis.
 - MONTEMOR-O-NOVO — Rua de Avis, 2 — Tel. 82238.
 - MORA — Rua Nova, 61.
 - NOSSA SENHORA DE MACHEDE — Junto à Junta de Freguesia.
 - REQUENÇOS DE MONSARAZ — Campo 25 de Abril.
 - SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL.
 - S. MANÇOS — Rua da Igreja, 15.
 - VENDAS NOVAS — Rua Catarina Eufémia, 110.
 - VILA VIÇOSA — Rua da República, 13.

- FARO**
- ALBUFEIRA — Rua Cândido dos Reis, 15-A.
 - ALCANTARILHA — Rua da Cadeira, 10.
 - ALJEZUR — Rua dos Lagos — Telefone 72143.
 - ALVOR — Rua do Alto de S. João.
 - FARO — Largo do Mercado, 25, 5.º — Tel. 26114.
 - LAGOS — Rua dos Camachinhos, 36-A.
 - LAGOA — Rua Dr. Ernesto Cabrita, 1.
 - LOULÉ CENTRAL — Rua Serpa Pinto, 53, r/c. D.1.º.
 - MONCHIQUE — Rua Semora Gil, 17.
 - ODECEIXE.
 - OLHÃO — Rua do Calque, 21.
 - PORTIMÃO — Travessa do Capote.
 - SAGRES.
 - S. BARTOLOMEU DE MESSINES — Rua João de Deus.
 - SILVES — Rua Dr. Francisco Vieira, 9 — 42274.
 - TUNES — Gare — Largo 1.º de Dezembro.
 - VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — Rua 1.º de Maio, 42.
 - S. BRÁS DE ALPORTEL.

- PORTALEGRE**
- ALCÓRREGO — Rua Manuel Arraigo, 21.
 - ARRONCHES.
 - AVIS — Largo Dr. Sérgio de Castro, 3.
 - BENAVILA — Rua Miguel Bombarda, 21, 1.º.
 - CAMPO MAIOR — Largo Barão de Barcelinhos, 2.
 - CANO — Largo do Rossio, 27.
 - CASA BRANCA (Souzel) — Rua Conde de Valência, 13.

- ELVAS — Rua da Cadeia, 35-B.
- MONTARGIL (Ponte de Sôr) — Rua da Misericórdia.
- MONFORTE — Rua Visconde da Luz.
- NISA — Rua Dr. José Falcão, 37.
- PORTALEGRE — Rua 5 de Outubro, 46 — Tel. 1125.
- SOUSEL — Rua dos Frades, 75.
- VALONGO — Alto Alentejo.
- OUGUELA (Campo Maior).
- SEDA (Alter do Chão).
- VALE DE LACEIRAS (Fronteira).
- PONTE DE SOR.
- NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE DE-GOLADOS — Campo Maior.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS

- AVEIRO**
- AVEIRO — Avenida Lourenço Peixinho, 168 — Tel. 23585.
 - ÁGUEDA — Rua Vasco da Gama, 66.
 - ANADIA — Arcos.
 - ESPINHO — Rua B, n.º 33.
 - ESTARREJA — Praça Francisco Barbosa, 24.
 - ÍLHAVO — Rua Camões, 46.
 - OLIVEIRA DE AZEMÉIS — Rua Dr. Basílio Lopes, 102, Sala 3.
 - OVAR — Praça da República, 7 — Tel. 53550.
 - PAMPILHOSA — Avenida da República.
 - PARAMOS — Lugar do Barril (Espinho).
 - SANGALHOS — Largo do Jardim, ao pé da igreja.

- S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Visconde — Estrada Nacional.
- VALE DE CAMBRA — Rua de Santo António, 263.
- VIDA DA FEIRA — R. Dr. Vitorino de Sá — Largo do Montinho.
- OLIVEIRA DO ARDA — CASTELO DE PAIVA.

CASTELO BRANCO

- BELMONTE — Largo Dr. António José de Almeida.
- CASTELO BRANCO — Praça do Rei D. José, 25-1.º — Tel. 931.
- COVILHÃ — Praça do Município, 84-3.º — Tel. 24423.
- FUNDAÇÃO — Rua da Quintã, 42.
- TORTOZENDO — Largo 28 de Maio, 7.

COIMBRA

- ARGANIL — Rua Oliveira Matos, 37.
- CANTANHEDE — Rua Dr. José de Almeida, 43.
- COIMBRA — Rua da Sofia, 73-1.º Esq.º — Tel. 26186.
- AVENAL — Sobreiro (Gondelixa).
- FIGUEIRA DA FOZ — Rua da República, 206 — Tel. 25314.
- GRANJA DO ULMEIRO — Rua do Comércio.
- LOUSÃ — Praça Cândido dos Reis.
- MONTEMOR-O-VELHO — Rua dos Combatentes, 15-1.º.
- SOURE — Rua Alexandre Herculano, 12-1.º.

GUARDA

- COUVEIA — Av. Marçal Gomes da Costa, 6 — Tel. 42142.

- GUARDA — Rua 31 de Janeiro, 18-2.º.
- PINHEL — Praça Sacadura Cabral.
- SABUGAL.
- SEIA — Largo do Castelo.
- S. ROMÃO — SERRA DA ESTRELA.
- MANTEIGAS — Rua de Santo António, 63.
- TRANCOSO (Guarda).
- MURÇA.

VEISEU

- CASTRO D'AIRES — Rua Formosa, 8.
- MORTÁGUA — Rua de Aveiro.
- VILA NOVA DE PAIVA.
- VEISEU — Rua 21 de Agosto, 1-1.º — T. 25550.
- LAMEGO.
- MANGALDE.
- MOIMENTA DA BEIRA — Rua D. Afonso Henriques.
- PENALVA DO CASTELO.
- S. JOÃO DA PESQUEIRA.
- VOUZELA.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

- ALENQUER — Largo do Espírito Santo, 5 — Tel. 7 24 73.
- ABRIGADA — Alenquer.
- ARRUDA DOS VINHOS — Rua Cândido dos Reis, 89.
- ALCOENTRE — Rua da Igreja.
- AZAMBUJA — Rua Vitor Cordón.
- CADAVAL — Rua D. Fernando.
- PARADE — Av. da República, 93-C, r/c. A — Tel. 2 47 76 82.
- CHARNECA DO LUMIAR — Vivenda Valenciana.
- BUCÉLAS — Rua Luís de Camões, 11.
- CAMARATE — Rua Guilherme Gomes Fernandes, 11.
- PINHEIRO DE LOURES — Rua dos Combatentes do Ultramar.
- MOSCAVIDE — Av. de Moscavide, 16-1.º Esq.º — Tel. 2 51 98 47.
- ODIVELAS — Rua Guilherme Gomes Fernandes, 16-1.º Esq.º.
- POVOA DE SANTO ADRIÃO — Rua de Gago Coutinho, 87-B.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DAS ILHAS ADJACENTES

- MADEIRA**
- FUNCIÃO — Rua da Carreira, 139 — Tel. 2 07 55.
 - PONTA DO SOL.
 - SANTA CRUZ.
 - CANIÇO.

ÁCORES

- PONTA DELGADA — Rua da Misericórdia, 26 2.º — Tel. 2 60 16.
- ANGRA DO HEROÍSMO (Terceira) — Rua do Rego, 21 — Tel. 2 40 04.
- SANTA CRUZ DA GRACIOSA (Graciosa) — Av. Mouzinho de Albuquerque.
- VILA FRANCA (S. Miguel).
- HORTA — Travessa de S. Francisco, 7, r/c. — Tel. 2 23 46.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE E RIBATEJO

- SACAVÉM — Travessa do Chafariz, 3 r/c. — Tel. 2 51 99 17.
- SANTA IRIA DE AZÓIA — R. Vasco da Gama — Tel. 2 59 19 36.
- CANEÇAS — Largo Vieira Caldas.
- S. JULIÃO DO TOJAL — Rua Alfredo Dinis, 9.
- BOBADELA — Rua Marechal Craiveiro Lopes, 35.
- FAÇÃO — PERO PINHEIRO.
- LOURES — Rua 11 de Maio.
- LOURINHÃ.
- MAFRA — Rua Serafim Medeiros, 1 — 5 22 67.
- MALVEIRA — Largo da Feira.
- AMADORA — Alto Maduro, 4 — Tel. 93 64 89.
- PAÇO DE ARCOS — Rua Costa Pinto, 196-3.º Esq.º.
- NOVA OELHAS — Alameda Conde de Oeiras, Torre D, 3.º Fr. D.
- ALGUEIRÃO — Mem Martins — Sintra. — Estrada de Mem Martins, 245-B.
- CACÉM — Rua Elias Garcia, 60.
- SINTRA — Largo S. Pedro.
- QUELUZ — Rua Pedro Andrade Caminha, 6-A.
- BELAS — Rua Dr. Leão de Oliveira, 16.
- SOBRAL DE MONTE AGRÃO — Rua Heróis da Bólgia, 7-9.
- RUIA — Torres Vedras.
- TORRES VEDRAS — Av. 5 de Outubro, 2.º Esq.º — Tel. 2 21 16.
- ALHANDRA — Rua Dr. Miguel Bombarda, 35-1.º — Tel. 2 50 04 01.
- ALVERCA — Rua Proj. à Rua Brigadeiro Fernando Alberto Oliveira, Lote 61.º D.º — Telefone 2 58 00 68.
- VILA FRANCA DE XIRA — Rua Serpa Pinto, 79-1.º — 2 39 79.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO NORTE

- POVOA DE SANTA IRIA.
- LISBOA — Av. António Serpa, 26-2.º — Tel. 77 22 84 - 76 98 96/7.
- ARROIOS (Lisboa) — Rua Joaquim Bonifácio, 8-4.º F. — Tel. 56 16 72.
- GRAÇA (Lisboa) — Largo da Graça, 104-1.º — Tel. 80 40 62.
- ALCANTARA (Lisboa) — Rua de Alcântara, 33-1.º — Tel. 63 85 12.
- ALGES — Av. dos Bombeiros Voluntários, 107-2.º A.
- SETE RIOS (Lisboa) — Rua Professor Lima Basto, 140-1.º Esq.º — Telefones 77 16 54 - 77 94 15.
- PONTINHA — Leitaria do Mercado — Mercado da Pontinha.
- OLIVAS (Lisboa) — Rua Vila de Catió, Lote 396-1.º F. — Tel. 31 44 44.
- ZAMBUIAL (Loures) — Largo António Sérgio.
- CATUJAL (Correio de Camarate) — Rua 3, Quinta de Fábrica — Vivenda Nóbrega.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE E RIBATEJO

- LEIRIA
- ALCOBAÇA — Rua Alexandre Herculano, 8-2.º Esq.º — Tel. 43137.
- ANSIAO — Rua Dr. Adriano Rego, 13-A.
- BOMBARRAL — Calçada do Sport-Clube.
- CALDAS DA RAINHA — Av. da Independência Nacional, 23 r/c.
- FIGUEIRO DOS VINHOS.
- LEIRIA — Rua Machado Santos, 25 — Tel. 2 43 55.
- MARINHA GRANDE — Rua Pereira Roldão, 12 — Tel. 5 29 34.
- MIRA DE AIRE — Rua do Cabecinho.
- ÓBIDOS — Rua Josefa de Óbidos.
- PEDRÓGÃO GRANDE.
- PENICHE — Rua Prof. Jacob Rodrigues Pereira, 2.
- POMBAL — Rua Dr. António José Teixeira, 61-2.º.
- VALADO DOS FRADES — Travessa d'Pez, 13.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO NORTE

- BRAGA**
- VILA VERDE.
 - BRAGA — Praça Conde Agrolongo, 127 — Tel. 2 54 44.
 - DELAES — (V. NOVA DE FAMILIAÇÃO) — Av. Albino Marques.
 - FAFE — Rua José Ribeiro Vieira de Castro.
 - POVOA DO LANHOSO — Largo Eng. Armando Rodrigues, S/N.º.
 - VIEIRA DO MINHO.
 - VILA DE FRADES — Rua de Lisboa.
 - GUIMARÃES — R. Conde Margarida, 652 — Tel. 4 30 12.
 - RIBA DE AVE — BRAGA.
 - FAMILIAÇÃO.

BRAGANÇA

- ALFÂNDEGA DA FÉ.
- BRAGANÇA — Av. João de Cruz, 108 — Tel. 432.
- CARRAZEDA DE ANSIÊS.
- MACEDE DE CAVALHEIROS — Largo Pinto de Azevedo, 44.
- MIRANDELA — Praça 5 de Outubro.

PORTO

- AREOSA — Rua D. Afonso Henriques, 644 — Tel. 97 06 90.
- AMARANTE — Av. Joaquim Leite de Carvalho, 61.
- ERMESINDE — Rua da Índia, 216.
- GRUJO — Lugar das Vendas de Grujo — Correio de Argoncilho.
- MARCO DE CANAVESES — Sapataria Marco.
- MATOSINHOS — Rua Conde Alto Mearim, 218-1.º.
- PARANHOS — Rua do Lindo Vale.
- PORTO — Rua Aníbal Cunha, 94 — Tel. 31 55 67.
- Av. Boavista, 601 — Tel. 6 38 52.
- POVIA DO VARZIM — Rua dos Ferreiros, 84.
- RAMALDE — Rua do Pinheiro Manso, 377 — Tel. 6 28 59.
- RIO TINTO — Praça da Estação, 198-1.º Esq.º.
- S. MAMEDE DE INFESTA — Largo da Erminda.
- SANTA MARINHA DO ZEZEZE (Baixo).
- S. PEDRO DA COVA — R. da Rosa Machado — Concelho de Gondomar.
- SANTO TIRO — Largo Coronel Baptista Coelho, 52-53.
- VALBOM (GONDOMAR) — Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa, 190 — Tel. 9 83 02 69.
- VILA DO CONDE — Rua do Lido, 18-1.º.
- VILA NOVA DE GAIA — Rua Soares dos Reis, 301.

VIANA DO CASTELO

- AFIFE — Casa da Ponte.
- PONTE DA BARCA — Rua da Casa do Castanheiro.
- VIANA DO CASTELO — Rua Manuel Espregueira, 206.

VILA REAL

- ALLIJÓ — S. MAMEDE DE RIBATUA.
- CHAVES — Largo 8 de Julho, 1.
- FIJES.
- REGUA — Largo do Cruzeiro.
- SABROSA — Café Académico.
- VILA POUCA DE AGUIAR.
- VILA REAL — Rua da Misericórdia, 5-1.º.
- PINHÃO (Allijó).
- TONTOSA — Livração (Douro).
- S. MAMEDE E RIBATUA (Douro).
- VALPAÇOS (Três-os-Montes) — Rua Oriental.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE E RIBATEJO

- LEIRIA
- ALCOBAÇA — Rua Alexandre Herculano, 8-2.º Esq.º — Tel. 43137.
- ANSIAO — Rua Dr. Adriano Rego, 13-A.
- BOMBARRAL — Calçada do Sport-Clube.
- CALDAS DA RAINHA — Av. da Independência Nacional, 23 r/c.
- FIGUEIRO DOS VINHOS.
- LEIRIA — Rua Machado Santos, 25 — Tel. 2 43 55.
- MARINHA GRANDE — Rua Pereira Roldão, 12 — Tel. 5 29 34.
- MIRA DE AIRE — Rua do Cabecinho.
- ÓBIDOS — Rua Josefa de Óbidos.
- PEDRÓGÃO GRANDE.
- PENICHE — Rua Prof. Jacob Rodrigues Pereira, 2.
- POMBAL — Rua Dr. António José Teixeira, 61-2.º.
- VALADO DOS FRADES — Travessa d'Pez, 13.

SANTARÉM

- ABRANTES — R. 25 de Abril, 11.
- ALCANENA — Largo da Varandinha.
- ALMEIRIM — Rua Condessa da Junqueira, 39.
- ALPIRÇA — Rua Silvestre Bernardino Lima, 210 — Tel. 5 42 68.
- ASSEICEIRA (Rio Maior).
- AZINHAGA — COLEGA.
- BENAVENTE — Rua Fernando de Oliveira, 12.
- CARTAXO — Rua Batalhoz, 31-1.º.
- CHAMUSCA — Largo Vasco da Gama, 11.
- CORUÇHE — Rua dos Guerreiros, 20-A.
- COUÇO — Estrada Nacional, Lotes 5 (Zona Verde).
- FOROS DA BRANCA (Coruche).
- MIDE — Praça Alberto Neves, 17.
- MONSANTO — ALCANENA.
- RIO MAIOR.
- ROSSIÃO SUL DO TEJO — Av. João Augusto da Silva Martins, 97.
- SALVATERRA DE MAGOS — Rua Luís de Camões, 16-18.
- SAMORA CORREIA — Rua 5 de Outubro, 40.
- SANTA MARGARIDA DA COUTADA.
- SANTARÉM — Av. Brasil, 5-1.º — Tel. 2 45 33.
- TOMAR — Rua Infanteria 15, 78-2.º.
- TORRES NOVAS — Rua 1.º de Dezembro, 24-2.º — Tel. 2 20 50.
- TRAMAGAL.
- TUBARAL — ALVEGA.
- VILA MOREIRA.
- VILA NOVA DE PURÉM.
- PEGO (Abrantes).
- S. MIGUEL DO RIO TORTO (Abrantes).
- BENFICA DO RIBATEJO (Almeirim).
- S. VICENTE DO PAUL (Santarém).

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL

- ABELA (Santiago do Cacém).
- ALCÁÇER DO SAL — Av. dos Avia-dores.
- ALCOCHETE — Rua Espírito Santo, 16-A.
- ALHOS VEDROS — Rua Dinis Afonso, 49 — Tel. 204 04 30.
- ALMADA — Rua Capitão Leitão — Tel. 27 94 60.
- ALVALADE-SADO — Rua Duque da Terceira.
- AMORA — Rua 5, Lote 26-1.º D.1.º.
- BAIXA DA BANHEIRA — Rua 5, 33-A — Tel. 20 46 81.
- BARRAÇÃO-CASEBRES — (Alcácer do Sal).
- BARREIRO — Rua Dr. Vasco da Gama, 22 — Tel. 2 07 51 25.
- CANAL CAVEIRA — Grândola.
- CERCAL DO RIBATEJO.
- CORROIOS — Café Ladeiras — Estrada Nacional.
- COVA DA PIEDADE — Rua da Escola Primária, 14-A.
- ERMIDAS-SADO — Rua Cândido dos Reis.
- GRÂNDOLA — Rua Mouzinho da Silveira, 17.
- MOITA — Rua Dr. Silva Evaristo, 49-51.
- MONTIJO — Rua Almirante Cândido dos Reis, 77.
- PAIO PIRES — Largo de Paio Pires, 12-1.º F.
- PALMELA — Rua Jaime Freixo, 110.
- PINHAL NOVO — Rua Luís de Camões.
- SANTIAGO DO CACÉM.
- SEIXAL.
- SESIMBRA — Rua dr. Manuel Arraigo, 8.
- SETÚBAL — Rua Dr. Manuel Arraigo, 8-r/c. — Tel. 2 22 73.
- SINES — R. Francisco Luís Lopes, 76-2.
- TORRÃO — ALENTEJO.
- CHARNECA DA CAPARICA — C. T. Alfredo Dinis.



informação

Quem são os amigos de Portugal?

Está a seguir para a União Soviética, vinho branco, de mesa, das regiões de Alcobaca e do Ribatejo, num total de 15 milhões de litros. Há dias, embarcou o primeiro carregamento, de cinco milhões, no navio-cisterna soviético «Taraklia». Este primeiro embarque do nosso vinho para a URSS, insere-se na concretização de acordos recentemente assinados em Moscovo, em que o nosso país vendeu à URSS 500 toneladas de amêndoas e 155 mil hectolitros de vinho. A URSS pagou preços superiores aos correntes no mercado internacional.

A operação comercial realizada mais não é que um dos primeiros passos nas ainda incipientes relações entre o nosso país e o mundo socialista. Como foi justamente afirmado em Moscovo no encontro havido entre Costa Martins, ministro português do Trabalho e o camarada A. Kossiguine, presidente do Conselho soviético, é urgente o estreitamento de laços entre os nossos dois países e a intensificação da ajuda da União Soviética ao povo português. Até à data foram assinados alguns acordos de comércio e de ligações aéreas e marítimas, e estabelecidos laços de cooperação, em que está previsto, nomeadamente, a colaboração técnica no sector das pescas, a abertura das escolas de pesca soviéticas aos jovens pescadores portugueses. Há muitos passos a avançar nesse terreno. A operação comercial agora realizada, num momento em que a França e a República Federal Alemã boicotam a entrada de vinho do Porto, tem o valor de um símbolo.

«Em Moscovo — disse Costa Martins em entrevista concedida à agência Tass — encontramos uma excelente compreensão pelo projecto que decorre em Portugal, compreensão relativa às nossas vitórias e também às dificuldades que se deparam ao nosso povo.»

Dos antigos aliados do fascismo, dos que utilizaram a repressão do regime de Salazar e Caetano contra o nosso povo para explorar com mais facilidade a força do nosso trabalho, dos que fizeram do nosso país coudado do capital internacional, não vêm, naturalmente, iguais gestos de compreensão. Pela boca de Von Hassel, vice-presidente do Bundestag (a Câmara de deputados da Alemanha Federal), a RFA, o país que mais investiu em Portugal durante o fascismo, considera «desaconselhável» qualquer investimento estrangeiro em Portugal. Para Von Hassel, «de momento, ninguém pode prever o que vai acontecer no vosso país, pelo que julgamos ser desaconselhável qualquer investimento, dada a falta de segurança que presentemente existe. Esta atitude não diz respeito somente aos investimentos alemães, mas observa-se na maioria dos países europeus. É certo que estamos todos preparados para vos ajudar nas grandes dificuldades económicas que Portugal atravessa, mas precisamos de, previamente, conhecer os planos do vosso Governo, face ao futuro». Há mesmo desmentido posteriormente ter proferido estas afirmações, mas isso em nada altera a realidade dos factos. É esta a tónica do «auxílio» que o mundo capitalista se diz disposto a dar ao nosso país. Um «auxílio» condicionado. Um «auxílio» dependente do futuro que o povo português livremente escolher para o nosso país. Um «auxílio» (ou a sua promessa) que mais não é que uma inadmissível ingerência nos assuntos internos de Portugal, uma tentativa de pressão sobre a vontade do povo português.

Na sua exacerbadá preocupação pelo cumprimento das liberdades em Portugal (liberdade para «os partidos não comunistas» entendase), o «mundo livre» vai ao ponto de afirmar insolentemente que só nos fará «favorecer» de aceitar o resultado das nossas eleições, «sob a condição de o acto eleitoral ser verdadeiramente livre e nele todos os partidos participarem em pé de igualdade, sem «intimidações» ou outras manobras», como declarou Hassel. Três perguntas apenas: Era livre a fanchada das eleições fascistas? A RFA deixou por isso de reconhecer os governos ilegais de Salazar e Caetano? É livre o chamado «mundo livre»?

O avanço do processo revolucionário em Portugal não tem só levado a uma melhor clarificação interna dos verdadeiros amigos e inimigos da revolução. Também a nível internacional isso se tem verificado. O mundo capitalista está de facto a delinear um misto de boicote económico e chantagem política. A União Soviética, a Polónia, a Bulgária, a Checoslováquia, o mundo socialista não tem perguntado a Portugal, nos acordos estabelecidos, o que vamos decidir nas eleições do 25 de Abril. Portugal precisa da ajuda e mesmo dos investimentos externos. Mas dispensa bem essas insidiosas «condições» com que em alguns casos se pretende fazer acompanhar.

Mau grado as «preocupações» de Lacerda & C. a reacção em Portugal não passará

Com o inacreditável argumento do adiamento das eleições em Portugal e da actual situação política no nosso país, o Secretariado Geral da VI Assembleia dos Comités Nacionais Olímpicos Europeus decidiu cancelar a reunião deste organismo que se deveria realizar em Lisboa, de 17 a 18 do corrente. Reagindo imediatamente a esta arbitrária medida, o Ministério da Educação e Cultura divulgou um comunicado em que, justamente, a considera inserida «no contexto da campanha orquestrada na imprensa estrangeira e destinada a desacreditar o nosso País e o Governo Provisório». Referindo-se às verdadeiras razões na origem desta inqualificável posição reaccionária, o comunicado do MEC acrescenta: «Considera este ministério particularmente grave que um organismo integrado no movimento olímpico europeu que sempre apregou a sua independência ideológica, venha agora assumir uma atitude cujas implicações políticas não procura sequer ocultar, e que lhe foi imposta por países cuja participação na campanha desencadeada contra nós coincide com a daqueles que são os principais responsáveis pelo regime que derrubamos em 25 de Abril».

A atitude do Secretariado Geral da VI Assembleia dos Comités Nacionais Olímpicos Europeus insere-se numa vasta campanha montada pela reacção internacional tendente a deturpar a realidade do processo revolucionário no nosso país e a isolar a jovem democracia portuguesa, campanha que o «Avante!» tem vindo a denunciar.

Todos aqueles que — de convicção com o regime fascista derrubado — silenciaram os crimes de Salazar e Caetano e a situação extremamente difícil em que viveu o povo português sob a ditadura terrorista dos monopólios e dos latifundiários, manifestam agora um súbito interesse pela felicidade do nosso povo. É sempre em nome dessa felicidade, em nome da liberdade que dizem desejar para o nosso país, que os arautos de reacção internacional caluniam o processo em curso de consolidação e defesa da autêntica liberdade e da democracia em Portugal.

Num artigo recentemente publicado no «Paris-Match», da autoria do fascista brasileiro Carlos Lacerda, a par das mais vis calúnias ao MFA, ao Governo Provisório (nomeadamente ao presidente da República Costa Gomes) e ao nosso Partido, a par da descarada defesa do punhado de reaccionários que tentou o golpe contra-revolucionário do 11 de Março, é feita a defesa criminoso duma nova tentativa, que mergulharia o nosso país num banho de sangue.

«De momento, não há qualquer esperança de uma solução pacífica para Portugal. As minorias organizadas, o exército e certos partidos políticos estão no poder. DERRUBA-LOS EXIGIRÁ CORAGEM E SANGUE» — afirma provocatoriamente Carlos Lacerda, que declara num outro passo da sua «análise» sobre a situação política portuguesa: «O mundo está inquieto com um país em que a paz e a sobrevivência de nove milhões de pessoas estão em jogo.»

O mundo está inquieto... Que mundo, sr. Carlos Lacerda? As organizações de trabalhadores, que enviam mensagens de saudação e de esperança na jovem revolução portuguesa? Os países que o imperialismo votou ao subdesenvolvimento e que apoiam com entusiasmo a democracia no nosso país e o processo de descolonização impar que estamos a empreender? O mundo socialista, encabeçado pela URSS, que pede um reforço da solidariedade com os democratas e com o novo Governo de Portugal? Naturalmente que não. O mundo do sr. Lacerda é outro. É o mundo do imperialismo, dos senhores do capital, da reacção. Um mundo que bem desejaria pôr em jogo «a paz e a sobrevivência de nove milhões de pessoas.» As suas ameaças de morte e sangue não assumam o povo português, sr. Lacerda. Mau grado as «preocupações» de Lacerda & C., a reacção em Portugal NÃO PASSARÁ.

No meio de lamentações à sorte do seu velho amigo Spínola, que continua intuído de general, Lacerda refere-se à tentativa de golpe da reacção de 11 de Março como «uma provocação fabricada pelos que tinham interesse em desencadear o terror (que na opinião do fascista brasileiro, não seria naturalmente a reacção), e em dar rapidamente o cariz comunista à máquina do Movimento das Forças Armadas, empenhada na luta pelo Poder, apoia a versão dos reaccionários da forjada lista de nomes de «candidatos» a vítimas de assassinato, e leva o seu despudor a meter o nome de Costa Gomes nas suas sujas elocubrações. Segundo Lacerda, o Presidente da República teria tido conhecimento dessa imaginária lista.»

De há muito Carlos Lacerda andava «preocupado» com a situação política portuguesa. O quadro que pinta do nosso país quando dum visita, em Junho, ao seu amigo Spínola, é elucidativo: «A atmosfera risonha de Abril já se tinha desvanecido. A intolerância, uma ignóbil orgia de denúncias, que se diz ser «saneamento», os bufos voluntários, os polícias «honoris causa», as imposturas doutrinárias, a inquisição laica, a epidemia de calúnias, o ódio, essa «alcóica» ao fundo duma taberna que Impressionava Baudelaire, eis o que reflectia Lisboa, nesses primeiros dias de Verão.» Esta a imagem que a reacção tenta dar da democracia no nosso país. Ninguém em Portugal a reconheceria.

Nesse Verão, em Massamá, hoje um nome bem conhecido do povo português, Lacerda declara ter aconselhado Spínola: «Avance com as eleições, proponha a sua candidatura. Não espere que os comunistas aperfeiçoem o seu domínio que já vem de anta do 25 de Abril.» Pelos vistos Spínola tentou seguir-lhe os conselhos. Uma, entre várias, tentativas de ingerência nos problemas internos do nosso país.

Recentemente a «Pravda», órgão do Partido Comunista da União Soviética, diz num artigo inserido nas suas páginas: «Os círculos ocidentais mais agressivos fazem todos os esforços para influenciar o curso dos acontecimentos em Portugal e para levarem os portugueses a aceitar um tipo de democracia feita à medida do capitalismo internacional e dos militaristas da NATO, que se encontram por detrás da actual campanha antiportuguesa que está a ser fomentada pelos políticos e propagandistas do imperialismo.» Carlos Lacerda, como muitos outros caluniosos da revolução portuguesa, está entre estes propagandistas do imperialismo.

E do fascismo. O sr. Lacerda já em 1973 estava muito preocupado com o destino das «províncias ultramarinas portuguesas». Num longo artigo de três páginas sugeria, então, a intervenção militar brasileira na Guiné-Bissau, para ajudar o seu amigo Spínola...

Iniciativa franquista ameaça poluir as águas do Minho

Durante o fascismo, o problema da poluição dos nossos rios nunca mereceu qualquer atenção. E quando se tratava de rios cujas nascentes se localizam em Espanha o tema era simplesmente proibido. O Governo franquista pôde fazer o que quis com as águas do Minho, do Douro, do Tejo e do Guadiana, sem que Salazar, Caetano e os técnicos responsáveis pela defesa do ambiente levantassem o menor protesto. Não era segredo para ninguém que a instalação de certas fábricas nas margens dos nossos rios internacionais, em território espanhol, poluíam as águas, provocando graves alterações no equilíbrio ecológico. A montandade de peixe era uma realidade. Mas o fascismo entendia que se tratava de uma «questão interna» espanhola.

Prepara-se, agora, novo atentado ecológico no Minho, não longe da nossa fronteira. A empresa Celulosas de Guipuzcoos projecta instalar uma fábrica de celulose e papel em Teor, na província de Guesca. Essa indústria vai aproveitar-se da riqueza florestal galega e dos salzidos de miséria da região para fabricar produtos destinados à exportação. O povo galego já manifestou o seu desacordo com a instalação da fábrica de Teor. A indústria será altamente poluente, pois o projecto não oferece garantias mínimas no tocante à eliminação de gases e águas residuais.

Para além da solidariedade ao povo galego das populações minhotas, as consequências nefastas que a iniciativa franquista terá para Portugal não podem ser subestimadas. A 50 quilómetros do provável lugar de instalação da fábrica de Celulosas de Guipuzcoo, o Minho torna-se fronteira entre a Galiza e Portugal. A contaminação das águas pelos resíduos poluentes afectará tanto a margem galega como a portuguesa.

É uma assunto que está a exigir a atenção do Governo Provisório.

Vietname: duas imagens

Saigão — a única cidade importante do Vietname do Sul ainda em poder do governo de Van Thieu — é cenário de lutas políticas tendentes a conservar o governo fantecho, mudando os nomes das personagens. O Senado aprovou uma moção em que, ao lado das normais acusações de agressão às forças da Frente de Libertação Nacional, e das queixas contra um auxílio americano que a seu ver é sempre insuficiente, se reclama uma nova chefia uma orientação diferente, que permita pôr fim à guerra. Um porte-voz oficial declarou que está a ser formado um gabinete de «grande unidade nacional». O grupo de Cao Ky reclama a demissão de Van Thieu, argumentando com as derrotas militares sofridas. Falando pela rádio e pela televisão, Van Thieu declarou que tinha aceite a demissão do seu governo e que se dispunha a negociar na base dos acordos de paz assinados em Paris (que não deixou nunca de violar desde a sua assinatura), acrescentando, entretanto «nunca aceitar a cedência de território aos comunistas e nunca aceitar um governo de coligação com eles» (claro está que entre os desejos do sr. Van Thieu e a realidade que se está a viver no Vietname, vai uma grande distância... a bem, ou a mal, já foi «cedida» uma boa parte da terra do Vietname).

Da lado de Washington — do lado dos patrões do governo de Van Thieu — não é menor a desorientação. Os EUA tentam prolongar a agonia



do regime fantecho de Saigão. Referindo-se às grandes vitórias da Frente de Libertação Nacional (FNL) como «um desastre de proporções incalçáveis», Ford, nem por isso perde o tom de fanfarrão de presidente dum grande potência imperialista. «Nenhum inimigo ou adversário eventual dos Estados Unidos deverá imaginar que a América pode ser desafiada impunemente», declara Johnson e Nixon disseram o mesmo... Os esforços dos EUA para um reforço do auxílio económico, militar e «humanitário» ao fantecho Thieu são evidentes. A falta de um apoio do Congresso aos seus planos agressivos, o Governo americano recorre à capa das «operações humanitárias». Avizes e barcos da marinha de guerra, umam a Saigão. São mobilizados navios da Formosa, da Coreia do Sul, das Filipinas. A pretensão «retirada humanitária», está de facto a ser organizada uma ponte aérea para fornecer ilegalmente mais armas e equipamento militar ao Vietname do Sul, como justamente denuncia a FNL. Um comunicado oficial distribuído recentemente em Hanói, declara: «Ninguém se deixa iludir pelas manobras do Governo americano ao tentar envolver outros governos e organismos internacionais na evacuação forçada das populações.» Numa tentativa de criar exactamente essa ilusão, a imprensa burguesa (sem excluir a portuguesa), tem dado um destaque descomunal ao drama dos que fogem da guerra (ou são forçados a fazê-lo pelas tropas de Van Thieu). Fala-se das crianças vítimas do terror da guerra e colocam-se, em contraste, fotografias de meninos vietnamitas nos braços das suas novas «mães» americanas. No fundo faz-se o elogio do roubo de crianças vietnamitas, que o imperialismo americano pretende furtar «às mãos dos comunistas». Aliás Washington hesita entre o «auxílio» a dois milhões de meninos do Vietname ou a evacuação de um milhão de pessoas «comprometidas» com o regime de Van Thieu.

Da ensangantada terra do Vietname do Sul, vêm-nos duas imagens completamente distintas.

A imagem das terras dominadas por Saigão, em que se reforçam as medidas de terror, o recolher obrigatório é prolongado de duas horas sob a ameaça de abater quem que resista a uma ordem de prisão, os taxis são proibidos de circular, os estabelecimentos escolares encerrados, efectuadas vagas de prisões.

A imagem das terras libertadas e administradas pelo Governo Revolucionário Provisório, onde são tomadas medidas positivas, tendentes à organização e reconstrução nacional. Em documento recentemente difundido o GRP declara: «É preciso abolir radicalmente o antigo sistema, as suas leis e regulamentos, bem como dissolver todos os partidos reaccionários e outras organizações políticas ao serviço do imperialismo e dos seus fantechos.» É garantido o direito ao trabalho, convidam-se as empresas industriais, artesanais e comerciais, livres de qualquer ligação com o Governo de Saigão, a prosseguirem as suas actividades ao serviço da economia nacional e da vida normal do povo.» É considerado dever nacional ocupar-se dos órfãos e dos inválidos. Aponta-se para o desenvolvimento do mundo rural, da produção, da pesca, da extracção de sal, das explorações florestais. Contra-põe-se à política terrorista de Saigão, esta é a linguagem dum mundo de paz. Dessa paz de que o povo do Vietname está tão carecido.

Porto Rico: um exemplo da política colonialista dos EUA

«Porto Rico é um exemplo e uma lição, um aviso a todos os povos, do carácter de insensibilidade, de rapina e de insaciabilidade do imperialismo norte-americano», afirmou o camarada Juan Marinello, presidente do Movimento Cubano para a Paz e a Soberania dos Povos e membro do

Comité Central do Partido Comunista de Cuba, na reunião preparatória da Conferência Internacional da Solidariedade com Porto Rico, realizada em Cuba. O camarada Marinello apontou o caso de Porto Rico como um exemplo e uma prova irrefutável da íntima ligação entre a luta pela paz e a luta pela independência nacional.

Um relatório apresentado no decurso da reunião, em que é denunciada a situação de dominação colonial de Porto Rico pelo imperialismo norte-americano, afirma: «A presença colonial norte-americana em Porto Rico traduz-se nomeadamente e o «controlo» político, deslocação da população e a dominação militar.» O relatório, lido por Noel Colón Martínez presidente do Conselho Portorriquenho da Paz, frisa que, desde 1898, Porto Rico é uma colónia do tipo clássico, superexplorada pelos EUA. Os investimentos norte-americanos cifram-se em 9 milhões de dólares, metade do total dos seus investimentos na América Latina. «O estabelecimento de bases militares norte-americanas em território portorriquenho — acrescenta o relatório — transformou a ilha num depósito de bombas nucleares e de armamento de todo o género, num campo de treino e numa base de agressão e repressão na América Latina.» O relatório refere-se ainda ao crime de genocídio que está a ser praticado sobre o Povo de Porto Rico: «A pretensão de exercer medidas de «controlo» sobre a natalidade, os Estados Unidos desenvolvem um vasto plano de esterilização das mulheres portorriquenhas. É oficialmente admitido que 32 por cento das mulheres portorriquenhas tenham sido esterilizadas. Esse facto, a que há que acrescentar o «controlo» da imigração de estrangeiros e o encorajamento duma emigração massiva da ilha para a metrópole, pode ser o princípio dum processo de substituição da população.»

O «Estado Livre associado» de Porto Rico — como, sofismando a realidade, os EUA intitulam esta sua colónia — está a ser uma das principais vítimas da crise económica dos Estados Unidos. O índice de desemprego na ilha atingiu este ano os 17,1 por cento, quase o dobro do dos EUA, e a mais elevada percentagem registada nos últimos 20 anos. Estes números não incluem os trabalhadores eventuais (as estatísticas fascistas recorriam aos mesmos malarimbos, em Portugal) nem o elevado número de emigrantes (há actualmente dois milhões de portorriquenhos nos EUA, 1/3 da população nacional). O salário médio é mais baixo que nos EUA em cerca de 17 por cento, enquanto os preços são 25 por cento mais elevados.

O projecto de programa económico para o próximo plano quadri-annual, apresentado pela administração colonial, é elucidativo sobre a política colonialista dos EUA. Para o ano fiscal de 1975/76, é desencorajada a construção de escolas, de hospitais e de parques. Os planos para construção de casas, pontes e de produção energética, deverão ser reduzidos, o que naturalmente irá agravar ainda mais os elevados níveis de desemprego actualmente existentes. A educação será também afectada, com uma redução drástica das verbas de que a universidade poderá dispor (14 para 3 milhões de dólares). Entretanto serão mantidos os fundos para o chamado Gabinete de Planeamento Familiar, encarregado de levar a cabo o criminoso programa de esterilização (há cem clínicas para esse efeito na bela ilha das Caraíbas).

A «democrática» república dos Estados Unidos, a defensora das «liberdades», revela, em Porto Rico, a sua odiosa face de potência colonialista. Exportou para o «Estado Livre Associado» das Caraíbas, as refinarias de petróleo e as indústrias petroquímicas e farmacéuticas, altamente perigosas para a vida humana, animal e vegetal, devido à poluição que provocam. Em contrapartida «importa» os lucros provenientes dessas indústrias. Tentavam em vão, destruir a nacionalidade de ilha que dominam. Impôs o inglês como língua oficial de um povo que fala espanhol. Domina Porto Rico, económica e politicamente.

Porto Rico tem teoricamente um governo. Um governo-fantecho. O Partido Popular Democrático —, de início com um carácter nacionalista, esqueceu a sua fé na social-democracia quando Roosevelt, compreendendo que a vocação deste partido era bem diferente da linguagem pseudo-radical que utilizava, lhe abriu as portas para o governo. O PPD — na lógica da sua defesa do ideal social-democrata — está sobretudo interessado na ascensão social e económica da burguesia local. Hoje tenta dividir as massas trabalhadoras e mobiliza as forças repressivas para abafar a sua luta. É um governo apátrida, um bom defensor do domínio colonialista de Washington.

A solidariedade à luta do povo de Porto Rico pela sua libertação, a divulgação da odiosa política colonialista dos EUA, é um dever de todos nós. Como afirmou o camarada Marinello, «O mundo deve conhecer a obra do imperialismo em Porto Rico em todo o seu horror, o país em que mais acutadamente se reflecte a crise insuperável do capitalismo.»

A Coreia do Sul continua a ser uma colónia

O Governo da Coreia do Sul, em decisão tomada pelos deputados favoráveis ao Governo da Assembleia Nacional, estabeleceu a pena de 7 anos de prisão e a perda de direitos cívicos para todos os que criticarem publicamente o Governo.

Esta decisão atesta, por um lado, o carácter antipopular e do temor à crítica do Governo de Park Chong Hee, e por outro, da sua debilidade e das suas dificuldades internas, pois não conseguiu a aprovação desta lei por todos os elementos da Assembleia (parte dos quais se encontrava barreada numa outra dependência das instalações).

O regime da Coreia do Sul vive apoiado no imperialismo americano e nos capitais do Japão. Sob a bandeira do anticomunismo, o Governo de Park e o seu Exército, defendem os interesses dos EUA na Ásia, cada vez mais comprometidos com o avanço da luta dos povos contra a sua dominação e os governos fantechos que sustenta. Sob a bandeira do anticomunismo, o Governo e o Exército sul-coreanos, defendem os interesses do capital monopolista japonês, cuja implantação na Coreia do Sul se tem vindo a acentuar de tal forma que se pode falar de uma verdadeira dominação neocolonialista.

Entretanto, no seio das Forças Armadas sul-coreanas — pedra de toque de todos os governos que têm que recorrer à força das armas para impor aos seus povos a desenfreada exploração e uma situação política que não desajam, por defender interesses que lhes são alheios — manifestam-se sintomas de crise. A situação é caótica, propicia ao gerar e evolução de uma situação de agudo descontentamento. Todos os que assumem uma atitude crítica em relação ao Governo de Park, são perseguidos e afastados. Um dos exemplos desta política, é o afastamento de Ri Ryong Un, chefe do Estado-Maior das Forças Navais da Coreia do Sul, afastado pela sua posição de crítica e oposição à política do Governo de Seul. Num documento de denúncia da política de Park, Ri Ryong Un afirma: «Na minha condição de militar que ama a Coreia estou persuadido que a tarefa prioritária actual do povo da Coreia para superar a crise eminente é derrubar a ditadura diabólica de Park Chong Hee.»

Sob a sombra protectora de Washington, os sucessivos governos ditatoriais de Seul, pelo recurso sistemático à provocação, têm vindo a constituir uma ameaça à paz nesta região. Desde Syngman An, todos os ditadores da Coreia do Sul têm esgrimido «ameaça que vem do Norte», como elemento importante da sua política interna e externa. Recorrem a provocações fronteiriças, que atribuem a ameaças agressivas da Coreia do Norte (como é o caso dos incidentes navais de Fevereiro e Junho de 1974), ou a simulacros de atentados, atribuídos a «agentes da Coreia do Norte», para agudizar a repressão interna e colocar novos obstáculos no caminho dum aproximação de todo o povo da Coreia, que o imperialismo na impossibilidade de o dominar na totalidade — divide em dois Estados.

A pseudo-ameaça que vem do Norte — arma política do Governo da Coreia do Sul, é um exemplo do verdadeiro carácter do anticomunismo, utilizado em larga escala, sempre que se pretende agravar a exploração de um povo, reforçar a escalada da repressão contra as forças democráticas.

Em mais uma clara manifestação de apoio aos regimes reaccionários, Ford, presidente dos EUA, prometeu, em visita a Seul, um reforço na ajuda militar. Washington está invariavelmente ao lado do anticomunismo, ao lado da reacção.

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

OPINIÃO

REDAÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418



RESUMO DO PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O objectivo supremo do Partido Comunista Português é a construção do socialismo e do comunismo. Este objectivo inspira toda a actividade do Partido desde a sua fundação em 1921.

I—A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E NACIONAL E OS SEUS OBJECTIVOS

Nas condições existentes em Portugal, o PCP definiu a actual etapa da revolução como uma revolução democrática e nacional. Democrática, porque, acabando com a tirania fascista e instaurando a liberdade política, porá termo ao domínio da oligarquia financeira, defenderá os interesses populares, realizará uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa. Nacional, porque, acabando com o domínio imperialista sobre Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, assegurará a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do País.

Trabalhando incansavelmente ao longo dos anos para a unidade das forças democráticas e patrióticas com vista ao derrubamento da ditadura fascista, lutando firmemente após o 25 de Abril pela unidade das forças democráticas e pela aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, insistindo em que a tarefa essencial na situação política presente é a realização de eleições para a Assembleia Constituinte e a instauração de um regime democrático, o Partido Comunista Português considera que estes objectivos se inserem no processo da revolução democrática e nacional—a actual etapa da revolução em Portugal.

No actual momento histórico, a grande tarefa que se coloca ante o PCP é levar a cabo, com os seus aliados, a construção de um Portugal democrático, a liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, a libertação do domínio imperialista, a liquidação da herança colonial e uma transformação profunda da sociedade portuguesa ao serviço do povo e da independência nacional.

Trata-se de uma profunda transformação de carácter democrático que corresponde aos interesses do proletariado (operários industriais e assalariados rurais), o campesinato (pequenos e médios agricultores), dos empregados, dos pequenos e médios comerciantes, dos intelectuais.

1. INSTAURAR UM REGIME DEMOCRÁTICO

Os comunistas lutam por um Portugal democrático, pacífico e independente, por um Portugal caminhando para o socialismo, em que coincidem duas realidades fundamentais:

A primeira é a existência de amplas liberdades democráticas, incluindo a liberdade de imprensa e a liberdade de constituição e actividade de partidos políticos.

A segunda realidade do Portugal democrático no caminho do socialismo é a realização de profundas reformas económicas e sociais.

Muitas das medidas, definidas no tempo da ditadura fascista, com vista à instauração das liberdades democráticas, já foram realizadas depois do 25 de Abril. Mas muitas outras estão por realizar.

O PCP luta pela construção de um Estado democrático —com Forças Armadas, Polícia, tribunais, funcionalismo ao serviço do povo e da pátria. A consolidação das liberdades, a criação de órgãos do Poder que assegurem ao povo português a escolha dos governantes e a determinação da política nacional, a criação de um Estado democrático que seja o instrumento para quebrar a resistência dos monopólios e latifundiários e para defender o novo regime das tentativas de contra-revolução e de intervenção estrangeira impulsionando a participação das amplas massas populares na obra de renovação e reconstrução da vida portuguesa e possibilitarão a realização das profundas reformas políticas e sociais que constituem os demais objectivos da revolução democrática nacional.

2. LIQUIDAR O PODER DOS MONOPÓLIOS E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO GERAL

O PCP luta pela liquidação do poder dos monopólios e o desenvolvimento económico geral através das seguintes medidas fundamentais: nacionalização dos sectores fundamentais da economia nacional, com respeito pelas pequenas e médias empresas dos sectores nacionalizados, dos pequenos acionistas das grandes companhias e dos pequenos depositantes nos bancos; manutenção, a par da acção do sector nacionalizado, da iniciativa das empresas privadas que participem no desenvolvimento geral do País, respeitando as leis e os interesses do Estado democrático; industrialização do País, de acordo com os recursos naturais e com as necessidades de um desenvolvimento harmonioso dos diversos ramos da economia nacional e das diversas regiões; reorganização da pesca, expropriando as empresas monopolistas estimulando por meio de crédito e outras facilidades a criação de cooperativas de pescadores; direcção, controlo e participação do Estado no comércio externo, com respeito dos interesses nacionais pelas empresas privadas que intervenham nele; reorganização do comércio por grosso e criação dum sector económico do Estado, banindo a especulação e impedindo o agravamento de preços; reforma tributária, estabelecendo um sistema de impostos fortemente progressivo sobre a propriedade, os rendimentos, as sucessões e as doações, suprimindo o imposto profissional sobre os salários e pequenos ordenados e aliviando as classes trabalhadoras, os artesãos, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes, as profissões liberais, da incomportável carga tributária que sobre eles pesa.

A liquidação do poder dos monopólios permitirá o aproveitamento de grande parte dos recursos nacionais em benefício do povo e da nação, o amplo desenvolvimento da economia, a criação de uma base industrial que assegure a independência do País, a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, a melhoria da situação das classes médias e a eliminação da principal base social da reacção e do fascismo.

3. REALIZAR A REFORMA AGRÁRIA ENTREGANDO A TERRA A QUEM A TRABALHA

O PCP afirma que não é possível a construção de um regime democrático em Portugal sem alterar radicalmente a política agrária, sem entregar grande parte da terra culti-

vável (hoje nas mãos de um pequeno grupo parasitário) a quem a trabalha. Entre as medidas preconizadas para alcançar este objectivo são de destacar: a expropriação dos grandes latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões para o efeito serão determinadas por lei; em todos os outros casos, será respeitada a propriedade privada da terra; entrega aos assalariados rurais e aos camponeses pobres das terras expropriadas — devendo, nuns casos, a terra passar a ser explorada individualmente ou em cooperativas e, noutros casos, directamente pelo Estado, tendo sempre em conta a vontade das massas camponesas; elevação de salários e garantia de trabalho para os assalariados rurais, tornando-lhes extensivas as conquistas sociais do proletariado industrial; extinção de formas semifeudais de exploração.

A realização da Reforma Agrária e de outras medidas que beneficiarão directamente os proletários rurais e a grande maioria dos camponeses permitirá elevar o seu nível de vida, salvar da miséria e da ruína os pequenos agricultores e transformar a atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva e florecente, base indispensável de uma vida desafogada para todos os portugueses e de uma economia próspera e independente. Permitirá também eliminar o poder dos latifundiários e grandes capitalistas da agricultura, que constituem uma base social da reacção e do fascismo.

4. ELEVAR O NÍVEL DE VIDA DAS CLASSES TRABALHADORAS E DO POVO EM GERAL

O PCP luta pela elevação do nível da classe operária e do povo em geral e, para alcançar este objectivo, preconiza, entre outras as seguintes medidas fundamentais: direito ao trabalho, estabelecimento de um salário mínimo vital e aplicação do princípio «salário igual para trabalho igual», sistema de reajustamento de salários ao custo de vida, criação de condições de segurança no trabalho; promoção dos trabalhadores, independentemente do sexo e da idade, à categoria correspondente às suas habilitações profissionais; alargamento e melhoria dos seguros sociais; contratos colectivos de trabalho com a participação dos representantes dos trabalhadores na sua elaboração e aprovação; reforma urbana, com a expropriação e nacionalização dos prédios urbanos pertencentes ao capital monopolista; nova política de construção de habitações, eliminando a especulação com os terrenos e com as obras e construindo barato para arrendar barato; estabelecimento de um sistema de rendas proporcional aos salários e proventos familiares; melhoramento das condições de utilização dos transportes colectivos; política de apoio aos trabalhadores emigrados através de órgãos especializados e da revisão dos acordos de emigração.

A elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, em conjunto com a realização dos demais objectivos, provocará uma mudança de toda a vida social portuguesa e interessará directamente as vastas massas populares na consolidação, na defesa e na realização completa dos objectivos da revolução democrática e nacional.

As medidas para o melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras exigirão destas uma luta constante e tenaz, para o que terão de aproveitar amplamente as novas condições democráticas da vida nacional. Sentirão que defendem as suas conquistas revolucionárias e os seus

interesses, assim como os interesses da nação portuguesa, os trabalhadores, ao mesmo tempo que lutarão por novas conquistas políticas, económicas e sociais, desenvolverão a sua energia criadora para o aproveitamento dos recursos do País e o progresso impetuoso da produção nacional em todos os domínios — única base em que poderá assentar uma vida desafogada para todos os portugueses.

5. DEMOCRATIZAR A INSTRUÇÃO E A CULTURA

O PCP considera que quaisquer transformações sérias na vida económica, política e social terão de ser acompanhadas por uma modificação radical do panorama do ensino e da cultura. A construção de um Portugal democrático e independente exige que o saber se torne acessível às massas populares.

A democratização da instrução e da cultura exige, entre outras, as seguintes medidas fundamentais: extinção do analfabetismo; reforma geral do ensino, com revisão da organização dos cursos, de programas e métodos; criação de uma educação pré-escolar oficial; aumento do período de escolaridade obrigatória e gratuita; acesso efectivo para os filhos dos trabalhadores aos outros graus de ensino; ensino industrial, comercial, agrícola e politécnico gratuito aos jovens trabalhadores, com o estabelecimento de um sistema de bolsas e a dispensa de horas de trabalho sem desconto no salário; desenvolvimento da cultura e da arte nacional; reorganização dos departamentos de informação de Estado, colocando a rádio e a televisão ao serviço da instrução e da cultura; atribuição aos cientistas, escritores e artistas dos meios indispensáveis para que possam consagrar-se ao seu trabalho criador; estímulo da investigação científica, orientando-a fundamentalmente para o desenvolvimento económico e social do País; intercâmbio científico, cultural e técnico com o estrangeiro, designadamente com os países socialistas.

A democratização da instrução e da cultura porá fim à ignorância secular das massas trabalhadoras, dar-lhes-á possibilidade de terem uma intervenção directa em todos os sectores da vida política, social e económica portuguesa e criar milhares de quadros intelectuais e técnicos vindos das classes trabalhadoras, devotados à defesa dos êxitos da revolução e capazes de impulsionar o rápido progresso do País.

6. LIBERTAR PORTUGAL DO IMPERIALISMO

O PCP considera que o domínio imperialista tem sido uma das causas da miséria e do atraso do País. O capital estrangeiro fez razer dos recursos nacionais, comprometendo o futuro económico de Portugal, e está interessado em manter o baixo preço das matérias-primas e da força do trabalho. O domínio económico é acompanhado pela intervenção e influência na orientação da economia e da política nacional e por exigência de carácter diplomático e militar.

O PCP luta para libertar Portugal do domínio imperialista e para alcançar este objectivo preconiza entre outras as seguintes medidas fundamentais: expropriação e nacionalização das grandes empresas e explorações monopolistas, admitindo-se a atribuição de indemnizações apropriadas; utilização dos recursos nacionais recuperados e dos bens nacionalizados em benefício do povo e do desenvolvimento independente da economia nacional; orientação do comer-

cio externo na base da independência, da igualdade e do respeito recíproco de interesses e da protecção das actividades nacionais contra a concorrência ruinosa dos monopólios estrangeiros; normalização e intensificação do comércio com os países socialistas; anulação de todos os tratados e acordos internacionais lesivos da soberania e da independência nacional.

A libertação de Portugal do domínio imperialista permitirá por ao serviço do povo e da nação, parte considerável das riquezas nacionais hoje nas mãos dos monopólios estrangeiros.

7. PROSSEGUIR A DESCOLONIZAÇÃO ATÉ À COMPLETA INDEPENDÊNCIA DOS POVOS QUE ESTIVERAM SUBMETIDOS AO COLONIALISMO PORTUGUÊS

O PCP luta pelo prosseguimento da descolonização até à completa independência dos povos que estiveram submetidos ao colonialismo português, e que hoje estão fraternalmente unidos ao povo português na construção, nos respectivos países, de uma sociedade mais justa. A conquista da independência pelos povos das colónias não é apenas uma viragem na história desses povos. É o também na história do povo português. Voltado para o aproveitamento dos recursos próprios, Portugal poderá desenvolver-se como nação independente. O desaparecimento do domínio colonial eliminará uma das mais importantes bases da reacção. Deixando de oprimir outros povos, Portugal poderá finalmente ser livre.

8. SEGUIR UMA POLÍTICA DE PAZ E AMIZADE COM TODOS OS POVOS

O PCP luta por uma política de paz e amizade com todos os povos. Tal política libertará Portugal da presença militar do imperialismo e de encargos financeiros com armamento, incompatíveis para a economia nacional e que afectam gravemente o nível de vida do povo trabalhador. Ao mesmo tempo que libertará a diplomacia portuguesa da influência do principal apoio externo da reacção, ganhará sólidas amizades e apoios para que o povo português possa construir a democracia. Será uma garantia da independência nacional.

II—PELO DESENVOLVIMENTO PACÍFICO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO. PELA REALIZAÇÃO DE PROFUNDAS REFORMAS SOCIAIS

As eleições para a Assembleia Constituinte representarão um importante momento da revolução portuguesa. O futuro democrático do País depende em larga medida da Constituição que for elaborada e aprovada.

O PCP respeita e respeitará a vontade popular e opor-se-á a quaisquer tentativas para impedir ou deformá-la. Respeitará a ordem democrática que vier a ser estabelecida por um processo democrático genuíno e lutará para que todos a respeitem.

Não deve ser consentido que as forças da reacção tentem utilizar as liberdades para preparar a liquidação destas, e a instauração de uma nova ditadura. A ordem democrática deverá ser firmemente defendida contra os inimigos da liberdade, contra conspiradores e promotores de golpes contra-revolucionários.

Instaurado um regime democrático, abrem-se grandes possibilidades de um desenvolvimento pacífico do processo revolucionário, podendo ser realizadas profundas reformas sociais no quadro da legalidade democrática e de acordo com a vontade expressa do povo português.

A classe operária, as massas trabalhadoras, o campesinato, as camadas médias estão profundamente interessadas num caminho pacífico para as transformações democráticas da sociedade portuguesa. Só a reacção pode estar interessada em interromper esse caminho, em contestar, ameaçar e procurar liquidar o curso democrático da política portuguesa e impor pela força uma política antidemocrática e antinacional. O povo português, as forças democráticas e as forças armadas não poderiam em tal caso deixar de dar a resposta adequada.

III—A PASSAGEM AO SOCIALISMO

A primeira condição para a construção da sociedade socialista é o estabelecimento da propriedade social sobre os principais meios de produção (fábricas, minas, etc.), que permitirá o estabelecimento de um sistema de direcção planificada da economia, que determinará o desenvolvimento harmonioso de todos os sectores e recursos da economia nacional, pondendo fim às crises económicas e permitindo altos ritmos de crescimento do rendimento nacional e do bem-estar do povo.

O socialismo libertará os trabalhadores de todas as formas de exploração, respeitará a propriedade individual resultante do fruto do trabalho próprio e que não seja utilizada como instrumento de exploração, garantirá o interesse material dos trabalhadores no desenvolvimento da produção, dentro do princípio do pagamento a cada segundo o seu trabalho, e desenvolverá gradualmente os principais serviços sociais para a sua utilização segundo as necessidades.

A experiência histórica mostra que o regime socialista pode assumir formas e particularidades diversas, segundo as condições existentes em cada país. Pode exercer-se com um sistema multipartidário ou a existência de organizações políticas de unidade das forças sociais revolucionárias.

A forma que o regime socialista assumir em Portugal dependerá do sistema de alianças do proletariado, da correlação então existente das forças de classe, do grau de realização da revolução democrática e nacional, da conjuntura internacional e da via revolucionária que vier a ser seguida.

Dada a composição de classes da sociedade portuguesa e o peso do proletariado industrial e rural, a realização da revolução democrática e nacional criará condições favoráveis para a passagem pacífica ao socialismo.

A política de unidade do PCP com outras forças progressistas é para hoje e para o futuro. O PCP luta e lutará para tornar possível que o regime socialista em Portugal seja caracterizado pelas mais amplas liberdades para todos os que desejam exercer, respeitar e defender as liberdades.

